



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 101

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 18 de Março de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura (Substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Francisco Barros) e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 25 minutos.

Período de Informação Parlamentar:

Após a leitura da correspondência, passou-se à apresentação, discussão e votação de um voto de congratulação sobre a União Europeia.

Usaram da palavra na discussão deste voto os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*) que fez a apresentação do mesmo, e Clélio Meneses (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Para **Tratamento de Assuntos Políticos para a Região**, proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*), António Gomes (*PS*), Aires Reis (*PSD*), António Loura (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), José Decq Mota

(*PCP*), Renato Leal (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*) e Lizuarte Machado (*PS*).

Período da Agenda Parlamentar:

1º - Continuação da discussão da Proposta de Resolução – “Regulamentação da produção de queijo de casa, doce caseiro e outros produtos alimentares de produção artesanal, apresentada pelo *PCP*.

Na continuação do debate desta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Medeiros (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Dionísio de Sousa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Posta à votação a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

2º - Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA.

Foi eleito o Sr. José Manuel Monteiro Lourenço

3º - Proposta de Resolução - “Matérias de interesse regional na Revisão do Tratado da União Europeia”, apresentada pelo *PCP*.

Usaram da palavra no debate desta Proposta de Resolução os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), que fez a apresentação, Clélio Meneses (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

4º - Petição pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico.

Após a apresentação do relatório da Comissão Permanente de Economia, feita pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

5º - Relatório da situação existente na Região relativamente às toxicodependências e às respostas dadas pelas diversas entidades, de acordo com a Resolução nº 23/2001/A, de 15 de Dezembro, da ALRA, da Comissão de Assuntos Sociais, o qual foi apresentado pelo Sr. Deputado José Rego (*PS*).

6º - Proposta de Resolução – “Combate às toxicodependências”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do *PS*.

Na discussão do Relatório e da Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*),

Alvarino Pinheiro (*PP*), Osório Silva (*PS*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*).

Submetida à votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

7º. Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução – “Encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório a ser apresentado no plenário de Junho de 2004 no qual se proceda ao exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Usaram da palavra no debate sobre o pedido de urgência os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*) e Dionísio de Sousa (*PS*).

Por decisão da Conferência, a Mesa apresentou uma Proposta de Deliberação, em substituição da Proposta de Resolução, a qual foi aprovada por unanimidade.

8º - Foi aprovada por unanimidade, a Proposta de Deliberação que declara findo o Período Legislativo de Março, apresentada pela Mesa da ALRA.

Os trabalhos terminaram pelas 20,00 horas.

—

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos com algum atraso e peço-vos desculpa por isso, mas terá sido por uma causa justa.

Vamos proceder à chamada

(Eram 10 horas e 40 minutos)

O Sr. Secretário da Mesa vai proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
José António **Cabral Vieira**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel **Avelar** da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Joaquim Ferreira Machado

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura de alguma correspondência que entretanto chegou à Mesa.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, Proposta de Resolução – “Encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório a ser apresentado no Plenário de Junho de 2004, no qual se proceda ao exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias”.

Secretário (Raul Rego): Do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pedido de aplicação do processo de urgência e dispensa de exame em comissão para a Proposta de Resolução que encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório e ser apresentado no Plenário de Junho de 2004, sobre o impacto da abertura da ZEE a barcos espanhóis ou outras frotas comunitárias.

Presidente: Lida a correspondência, vamos prosseguir com os nossos trabalhos. Chegou à Mesa um voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista. Para fazer a leitura deste voto, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputados Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora sem a ideia de desfazer a ideia de que o PS não se interessa pelas consecuições comunitárias, vou voltar em Março a cumprir aquilo que prometi e a repetir aquilo que fiz aqui em Fevereiro.

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

MARÇO E A UNIÃO EUROPEIA

1. Nestas comemorações congratulatórias mensais, reportadas à vida de individualidades ligadas à construção europeia ou a factos relevantes à mesma respeitantes, começemos as ocorridas neste mês de Março, por uma data relacionada com um dos pais fundadores da Comunidade Europeia. Precisamente aquele que é considerado o primeiro de todos eles – Jean Monnet. Jean Monnet faleceu, aos 90 anos de idade, em 16 de Março de 1979, há exactamente 25 anos.

De Jean Monnet se disse que não foi deputado, nem ministro, nem Presidente da República. Não foi professor universitário, nem médico, nem juiz, nem advogado. Não foi cientista ou investigador que tivesse feito alguma descoberta retumbante. Apesar disso, foi, indiscutivelmente, um dos homens mais notáveis do século XX.

Como diz um dos seus biógrafos, “Jean Monnet era, principalmente um espírito prático com vasta experiência, desde o campo dos negócios ao da planificação económica pública (comissário-geral do plano em França entre 1947 e 1952) até à política internacional (tinha sido secretário-geral adjunto da Sociedade das Nações). O Presidente Kennedy chamar-lhe-ia, mais tarde, “estadista do mundo”.

Disponha de grande influência sobre homens como De Gaulle – que lhe concedeu o epíteto de “inspirador” da integração europeia; Roosevelt – que ele convenceu a fazer da América, face aos alarmes da guerra, o “arsenal da democracia”, e Churchill – com quem compartilharia, em 1940, a ideia de uma união franco-britânica e, depois disso, o ideal dos Estados Unidos da Europa”.

O seu método para a nova Europa vai inspirar-se na sua experiência de responsável pela coordenação do aprovisionamento do esforço de guerra franco-britânico, durante a Guerra de 14-18.

Em Setembro de 1918, resume assim a ideia-força do seu pensamento:

“ É urgente chegar à formação, entre as democracias aliadas, de uma união económica que formará o núcleo central da união económica dos povos livres. Os quadros dessa futura aliança esboçam-se nos conselhos económicos interaliados que funcionam em plena guerra, para programas conjuntos e com a sua repartição na base da igualdade e da comunidade de sacrifícios”.

Considerando-a urgente, já em 1918, Jean Monnet porfiará por esta metodologia e linha de rumo até conseguir formalizá-la, em 1950, junto de responsáveis da França e da Alemanha, com o seu projecto de uma entidade supranacional para gerir os recursos destes dois países em carvão e aço de que resultará o “Plano Schuman” e a primeira comunidade europeia – a CECA.

Esta importância de Jean Monnet como precursor é sublinhada no texto dos Chefes de Estado e de Governo dos países dos Estados-membros que, em 1976, acompanhou a concessão do título a Jean Monnet de “Cidadão Honorário da Europa”.

Nele se acentua que, nos primórdios da Comunidade, Jean Monnet desempenhou “um papel de primeiro plano, quer a título de inspirador do Plano Schuman, quer a título de primeiro Presidente da Alta Autoridade ou de fundador do Comité de Acção para os Estados Unidos da Europa.

A esses diversos títulos, Jean Monnet atacou resolutamente as forças de inércia das estruturas políticas e económicas da Europa, para criar um novo tipo de relações entre os Estados, de fazer surgir as solidariedades de facto existentes entre os Estados europeus e de as traduzir em termos institucionais”.

Será esta capacidade de institucionalizar solidariedades, herdada de Jean Monnet, que marcará o rumo da Comunidade e há-de constituir o segredo dos seus progressos.

2. Salientemos três datas com relevo para a construção da Europa, ocorridas no mês de Março:

A de 25 de Março de 1957, data da assinatura dos Tratados que instituíram a CEE (Comunidade Económica Europeia) e a CEEA/EURATOM (Comunidade Económica Europeia de Energia Atómica);

A data de 13 de Março de 1979, data da entrada em funcionamento do SME (Sistema Monetário Europeu);

E, ainda, a data de 26 de Março de 1995, dia da entrada em vigor da Convenção Schengen.

A 25 de Março de 1957, no Capitólio, em Roma, os representantes da RFA, da Bélgica, da França, da Itália, do Luxemburgo e dos países Baixos assinam solenemente os tratados que instituem a CEE e a CEEA.

O Tratado de Roma estabelece, no preâmbulo, objectivos ambiciosos.

Os Estados membros declaram-se:

Determinados a estabelecer a união cada vez mais estreita entre os povos europeus;

Decididos a assegurar, em comum, o progresso económico e social, eliminando as barreiras entre os seus países;

Determinados a obter a melhoria constante das condições de vida dos seus povos;

Preocupados em reforçar a unidade das suas economias e a lutar pela redução das desigualdades entre regiões e contra o atraso das menos favorecidas;

Resolvidos a consolidar a defesa da paz e da liberdade, apelando aos outros povos europeus com os mesmos ideais que se lhes associem.

Para a concretização desses objectivos defendem políticas comuns:

Uma união aduaneira;

Uma política agrícola comum;

Uma política comercial comum;

Uma política de concorrência.

3. Como se constata pelas políticas comuns do Tratado de Roma, não se prevê a união económica e monetária, embora já se enunciem princípios para a coordenação das políticas monetárias.

Apenas na década de 70 surgirá o plano Werner para a união económica e monetária.

O passo decisivo, porém, só será dado com a entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu, em 13 de Março de 1979, também com 25 anos já cumpridos.

O SME tem como base três elementos fundamentais:

O ECU. Elemento central do sistema, constituído pelo cabaz das moedas dos Estados-membros;

MECANISMOS DE CÂMBIO. Cada moeda tem um valor de referência ao Ecu e limites de flutuação pré-fixados;

MECANISMOS DE INTERVENÇÃO. Os bancos centrais são obrigados a intervir quando as margens de flutuação ultrapassam determinado limite máximo.

Com o SME criou-se uma zona de estabilidade monetária na Europa, propícia ao crescimento e ao investimento e que culminará no EURO e antecipou-se também, algumas das questões hoje prementes, como a necessidade de articulação de políticas orçamentais e macroeconómicas.

4. O princípio da livre circulação de pessoas no espaço comunitário levou a repensar as questões da segurança interna e externa desse espaço.

Este objectivo implicou a cooperação entre os Estados-membros em sectores fundamentais dos assuntos internos e da justiça:

A harmonização do direito de asilo;

A imigração de países terceiros;

A cooperação policial no combate ao crime organizado;

Acordos de cooperação no direito civil e penal.

É para a cooperação reforçada nesses domínios que, há apenas 9 anos, a completar no próximo dia 26, se associam na Convenção de Schengen, sete

Estados-membros (Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha e Portugal).

5. Ao atentarmos nos últimos domínios referidos – da moeda, da justiça e assuntos internos - que já ultrapassam a simples institucionalização das solidariedades de facto de Jean Monnet, para invadir a soberania estadual e seus símbolos, podia parecer que a criatura – A Europa – teria definitivamente morto e enterrado o seu criador e o seu método.

Puro engano. Para o confirmarmos, voltemos ao texto de 76 dos Chefes de Estado sobre Jean Monnet. Nele se diz:

“ Realista, Jean Monnet partiu dos interesses económicos sem renunciar ao seu objectivo visionário de chegar ao entendimento mais amplo entre homens e povos da Europa que se estendesse a todos os domínios.

Teremos perdido de vista, por vezes, este objectivo no decurso das vicissitudes da construção europeia. Nem por isso ele foi alguma vez desmentido.

Agora, mais de que nunca, deve servir-nos de guia para permitir elevar-nos acima da nossa tarefa de gestão quotidiana, para que esta receba o seu verdadeiro relevo e coerência”.

É tendo em conta estes factos e o seu sentido positivo no processo de construção europeia que o Grupo Parlamentar do PS-Açores propõe ao plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de congratulação em boa, justa e justificada memória dos acontecimentos acima lembrados.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Março de 2004

Os Deputados Regionais do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,
Francisco Sousa, José Carlos San-Bento, Hernâni Jorge, Andreia Cardoso e
Dionísio Sousa.

Presidente: Está inscrito apenas o Sr. Deputado Clélio Meneses. Tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao presente voto, como já referiu isso na primeira parte desta série de votos.

De resto, a importância da Europa já foi evidenciada por várias vezes pelo Grupo Parlamentar do PSD, trazendo a esta Assembleia as discussões sobre esta matéria.

A importância actual e futura da Europa é decisiva para o nosso desenvolvimento, sendo certo que a sua abordagem histórica na figura de Jean Monnet, como foi aqui referido e da forma como foi feita, não exige da nossa parte que se acrescente o que quer que seja, porque entendemos que é com o conhecimento da história, mas é, sobretudo, com a participação no presente e no futuro, que esta Assembleia, em relação à Europa, também cumpra a sua função e, nesta medida, associamo-nos ao voto.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar às intervenções de interesse político para a Região.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aconteceu nos passados dias 17 a 19 de Fevereiro a visita do Governo Regional à ilha do Pico, conforme determina o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Cumpriu-se o Estatuto, mas fez-se muito mais. Evidenciou-se o elevado grau de cumprimento do programa eleitoral e de Governo no que à ilha do Pico diz respeito e cimentou-se entre os picarotos a convicção – que se tem vindo a formar ao longo dos últimos sete anos – de que o Pico é cada vez mais uma ilha com futuro, como muito futuro e não mais a eterna ilha do futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De entre as decisões tomadas merecem-nos particular destaque as relacionadas com a saúde. Saúde que sempre foi – e ainda continua a ser – uma das principais preocupações dos picarotos. As soluções preconizadas no actual Estatuto do Serviço Regional de Saúde apontam caminhos essenciais para que no Pico se possa, no mais curto espaço de tempo, concretizar o salto qualitativo e quantitativo que todos

ambicionamos. No âmbito da operacionalização da Unidade de Saúde do Pico foi dado um importante e decisivo passo com a nomeação do respectivo Conselho de Administração que tomará posse dentro de dias.

Neste domínio foram, ainda, tomadas medidas quanto à deslocação de especialistas e aquisição de equipamentos de diagnóstico que se reflectirão, de imediato, junto dos utentes dos serviços de saúde.

No sector da solidariedade social ficou decidido outorgar uma adenda ao contrato de cooperação e investimento celebrado com a Santa Casa Misericórdia das Lajes do Pico em 2003, com vista à construção do Lar de Idosos da Piedade, financiar as obras de remodelação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Madalena e mandar elaborar o projecto de construção do edifício dos Serviços de Segurança Social e Saúde da Piedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na sequência do protocolo celebrado com a SPRHI, SA, destinado à execução da empreitada de reabilitação e pavimentação de mais 25 quilómetros da Estrada Regional n.º 1 /2.ª, nos troços Silveira/Lajes, Arrife/Piedade, Prainha do Norte e São Roque/São Miguel Arcanjo, culminado a repavimentação da estrada à volta da ilha, decidiu o Governo Regional executar ainda nesse âmbito a obra de repavimentação do Ramal da Calheta do Nesquim.

Ainda no domínio das vias de comunicação terrestres foi autorizada, pelo Governo Regional, a elaboração do projecto da Variante à Vila da Madalena, obra crucial para o desenvolvimento e ordenamento urbano da referida vila.

Está também em curso a obra de consolidação do Porto Comercial do Pico, tendo o Governo Regional, em boa hora, optado por uma solução técnica que permitirá a necessária ampliação daquela estrutura portuária com a criação de mais um cais acostável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo o Governo Regional ao longo dos últimos anos efectuado um importante e reconhecido esforço no saneamento financeiro da lavoura do Pico e das respectivas organizações de produtores, associado ao desenvolvimento dos projectos de modernização das estruturas de recolha e transformação de leite, com a construção

da nova e moderna rede de recolha da LACTOPICO e com a construção da nova fábrica de lacticínio da PICOLAZE, é chegado o momento de encetar o processo de abastecimento de água à lavoura da ilha, que nesta primeira fase passará pela contratualização com a Câmara Municipal da Madalena da utilização de alguns furos existentes e pela instalação de tanques e captação no concelho das Lajes.

Em breve, iniciar-se-ão as obras do novo matadouro, encontrando-se o processo na fase de análise das propostas concorrentes.

Com a concretização destes investimentos ficarão criadas condições ímpares para um sector que, até 1996, conviveu, invariavelmente, com os pagamentos em atraso e com os calotes, constantemente assombrado pela falência iminente. Felizmente, que hoje tudo está diferente, não obstante os novos e, também, preocupantes desafios que se colocam a este sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O emergente sector do turismo assume um lugar crescente na nossa economia reivindicando um desenvolvimento sustentado que não ponha em causa e que até venha a evidenciar aquilo que possuímos de mais valioso – o Ambiente e o Património. Foi nesta linha que surgiu a candidatura da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico a Património Mundial – agora reformulada – e é nessa linha que estão em desenvolvimento obras como as da recuperação do Solar do Lajido, da Casa de Apoio à Escalada da Montanha e da Casa de Apoio aos Visitantes da Gruta das Torres.

Foi também nesta linha que – quebrando com mitos castradores da ilha – os Governos Regionais do Partido Socialista decidiram avançar com as obras do Aeroporto do Pico que, no seu conjunto, se constituem na maior e mais importante obra da Autonomia feita no Pico.

Com a ampliação da pista, bem como com a construção da nova aerogare – cuja primeira pedra foi colocada durante a visita do Governo – e com todos os outros avultados investimentos em curso naquela infraestruturas ficarão, até ao final deste ano, criadas as condições para a operação de aviões de médio curso o que a juntar à proposta de criação da rota Pico – Lisboa vem contribuir decisivamente para a colocação da Ilha nas rotas do progresso e do desenvolvimento.

É por tudo isto – por tudo o que foi possível fazer crescer e mudar em, apenas, sete anos de governação socialista e que durante décadas pareceu pertencer ao mundo da utopia – que os picarotos não querem voltar para trás.

Disse!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Parecendo não haver inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo ausentes:

Alguns recados da Ilha

Deputado José San-Bento (PS): Recados de amor!

O Orador: 1-Transportes – Aerogare do Aeródromo da Ilha de São Jorge.

Uma birra socialista irá prejudicar o futuro.

2-Desratização – Medidas de fundo são necessárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo ausentes:

O sistema de transportes detém uma importância fundamental ao nível da estruturação da actividade económica.

No conjunto dos sectores económicos o turismo é uma área estratégica privilegiada, tendo em conta que o Arquipélago em geral e a Ilha de São Jorge em particular revela neste âmbito, potencialidade que o vocacionam para um desenvolvimento sustentado.

Para tal as acessibilidades são determinantes para o maior ou menor desenvolvimento de uma Região, ou neste caso de uma Ilha.

A actual aerogare da Ilha de São Jorge, já não tem condições de funcionamento, sendo exígua para a dimensão do tráfego que ali se tem registado.

Felizmente o crescimento de passageiros a utilizar aquela aerogare te aumentado de ano para ano tendo-se verificado em 2002 cerca de 45.000 passageiros e em 2003 , cerca de 46.000 passageiros.

Esta obra tão necessária tem feito parte do discurso das visitas estatutárias do Governo Regional Socialista àquela Ilha.

Foi em 15 de Fevereiro de 2000: Disseram que iriam adquirir terrenos.

Foi em 10 de Julho de 2001 : Disseram que iriam aprovar um estudo prévio.

Foi em 8 de Agosto de 2002: Que o Governo Regional, através da resolução nº 135/2002 autorizou a SATA – Air Açores a lançar o concurso público.

Como agora o Partido Socialista, sobretudo o seu Presidente Carlos César está com a chamada “ **febre de lançar pedras**”, deixei em tempos uma sugestão, mas como sempre e porque vinha do PSD ninguém “socialista” ouviu.....paciência!!!

Desconfiava que o ainda Presidente do Governo Regional dos Açores e do PS Açores afectado pela tal febre...

Deputado José San-Bento (PS): É a febre amarela, com alucinações graves.

O Orador: ...de lançamento de pedras iria mais dia, menos dia, à Ilha de São Jorge lançar a primeira pedra da nova aerogare.

Pois se o tivesse feito, como sempre seria bem recebido, porque os jorgenses sabem receber bem, como os Srs. Deputados do PS presenciaram há poucos dias.

Mas considerando o tempo, ou seja os anos que se promete esta nova aerogare, e tendo em conta as sugestões sempre apresentadas pelo PSD, embora alguns socialista não o queiram admitir, teria sido bom que o Sr. Presidente tivesse feito o lançamento da primeira pedra no sítio certo.

Sim no sítio certo.

Ou seja, passo a explicar.

O novo projecto, que até é simpático, tanto quanto me é dado a saber, e por alguns **trabalhos apressados** que começaram, é para ser executado onde hoje está o parque de estacionamento, o que conforme vossa informação em resposta a requerimento meu, terão ou tiveram de adquirir vários terrenos envolventes, para fazerem um novo parque de estacionamento.

Em tempos deixei a seguinte proposta.

Porque não é construída a nova aerogare na zona em frente à Quinta dos Mistérios?
Ou seja a actual aerogare situa-se no extremo nascente da pista, junto à pista 3/1 e passaria a ficar sensivelmente a meio entre a pista 3/1 e a pista 1/3.

Aqui nesta zona todos os terrenos já são da Região, ou seja, não era necessário adquirir mais terrenos.

Tem uma área excelente para se fazer a nova aerogare, (projecto simpático como já afirmei) parques de estacionamento, entradas e saídas com bastante fluidez, apesar de alguns pseudo-técnicos afirmarem que não.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Cuidado com os pseudo-técnicos!

O Orador: A actual aerogare, remodelada, poderia servir, pior exemplo, para os Bombeiros que estão há muito anos, infelizmente, numa garagem.

Uma obra como esta não deve ser feita a pensar nos próximos 5 ou 6 anos.

Uma obra como esta deve ser feita a pensar no futuro e não nas próximas eleições.

Esta deverá ser uma obra para durar um quarto de século.

Nos últimos tempos alguns socialista da nossa praça tem vindo a ter **comportamentos senis e com falta de lucidez**. Paciência!

Por exemplo concordam que a localização da nova aerogare devia ser junto à Quinta dos Mistérios, mas como há 22 anos no tempo de Mota Amaral, fizeram a implantação no local errado, acham que a culpa foi do PSD e portanto **hoje cegos pela partidarite aguda** não aceitem sugestões. Continuam presos aos fantasmas do passado.

Se há 22 anos erraram, porquê errar novamente 22 anos depois.

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, francamente...

Então eis a oportunidade de hoje no presente em pleno séc. XXI, não voltar a cometer no mesmo erro.

Se é grave cometer erros, é gravíssimo 22 anos depois voltar a cometer o mesmo erro.

Há 22 anos eu nada tive nada a ver com o que se passou, mas hoje em 2004, enquanto deputado regional eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, tenho o dever e a responsabilidade de contribuir para que se tomem decisões acertadas.

Alegam alguns socialistas que tudo se prende por razões técnicas.

Quais? Não as conheço. Ele diz que tem, mas não apresenta as provas.

Um deputado Socialista apresentou vários argumentos, dos quais nenhum deles é técnico mas sim político de teimosia.

Lamento que um ex-comandante da SATA tenha em 12 de Março de 2004, proferido declarações na Rádio Local, sobre este assunto.

Digo lamento, porque o referido comandante penso que fez “um frete” ao Partido Socialista quando fez afirmações (e tenho a gravação de áudio) como por exemplo, e passo a citar:

“Irá gastar-se muito para fazer se uma nova placa para os aviões.

Obra que implicava grandes escavações.

Implicava gastos excessivos.

Existem condutas de redes de telefones etc.”

É lamentável que alguém com um curriculum tão bom na aviação civil tenha dado opiniões sobre construção civil. Viu-se que foi um frete.

O referido comandante também falou sobre o melhoramento da operacionalidade da pista. Aí concordamos e registamos religiosamente as suas opiniões para um futuro próximo.

O PS também usou, como ultimamente nos tem habituado, a publicação no seu “**boletim oficial**” de notícias dando o PSD como não tendo razão sobre este assunto.

Penso que as razões não são técnicas, mas sim por pura teimosia, próprio **de quem não tem ideias no presente, nem perspectivas para o futuro.**

Pela tal teimosia o Governo Regional não alterou a sua posição, ficamos mais uma vez prejudicados.

Ultimamente Carlos César tem dito que: “.. *as pessoas pensam muito com o partido na boca e não se pensa com os Açores no coração*”.

Deputado António Gomes (PS): Tenha respeito e contenção.

O Orador: Concordo plenamente, e **assenta como uma luva** no caso dos Socialistas em São Jorge e neste caso em particular.

Os Jorgenses já perceberam que para o PS, agora vale tudo.

Em ano de eleições é uma tal começar tudo, mesmo correndo o risco de hipotecar o futuro.

Com este tipo de atitudes os próprios **socialistas estão dando tiros nos pés.**

Em nosso entender os Jorgenses merecem melhor.

Deputado Manuel Campos (PS): Agradecemos a preocupação

O Orador: O PS ficará na história com sendo o Partido da Teimosia, que põe em primeiro lugar a teimosia partidária e em segundo lugar os interesses dos Jorgenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agora presentes:

Quero também deixar aqui uma preocupação e um apelo.

Nos últimos dias do mês de Janeiro foi trazido à opinião pública um assunto que está a preocupar os Jorgenses, e que penso merecer toda a atenção por parte de quem de direito.

Refiro-me a uma desratização na Ilha de São Jorge.

Os ratos invadem a Ilha e são necessárias medidas de fundo para combater esta praga.

No passado dia 23 de Janeiro do corrente ano, reuniram-se na Ilha de São Jorge a Associação de Agricultores daquela Ilha, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Serviços Florestais, Serviço de Desenvolvimento Agrário e Serviços de Ambiente.

Em 26 de Janeiro recebi um ofício da Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge a informar e solicitar-me o seguinte: E passo a citar: *“Solicitar apoio financeiro urgente, ao governo regional através das suas secretarias para fazer face à situação grave que se atravessa em São Jorge devido à infestação de ratos, e sendo esta a única ilha produtora de queijo com leite cru, há que haver maior exigência na qualidade e higiene, para além de ser um problema de saúde pública.*

Segundo o parecer de todos os intervenientes seria conveniente começar a campanha de desratização já no próximo mês de Fevereiro. Por indicação do Sr. Director do Serviço de Desenvolvimento Agrário, neste momento a disponibilidade orçamental é da ordem dos 15.000 euros, o que é manifestamente insuficiente para uma campanha desta dimensão.

Aguardo assim uma rápida e eficaz intervenção por parte de V.Ex^a, para resolver esta situação. Assina o Presidente da Direcção.

Na sequência desta carta, logo no dia seguinte enviei um requerimento à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para ser questionada a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas sobre esta matéria.

Coloquei ontem em requerimento, e coloco hoje e aqui desta tribuna as seguintes questões ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, aqui presente.

Tem ou não a Secretaria Regional consciência da dimensão deste problema?

Em caso afirmativo que medidas pretende tomar?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns socialistas mais distraídos poderão estar a pensar que estou a acusar o Governo Regional pela praga dos ratos.

Não. Não estou acusando ninguém, estou usando um direito que me foi conferido pelos Jorgenses para defender os seus interesses intransigentemente. Penso que este é um assunto que nos trás preocupação.

Trago aqui este assunto por considerar que é um assunto sério e que é necessário tomar medidas.

Tenho conhecimento de que as Autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) estão na disposição de colaborar para combater esta praga.

Penso que deve ser o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a ser o promotor desta operação.

Sobre esta matéria sinto-me também com a responsabilidade de colaborar.

De certa forma já o fiz, em 26 de Janeiro através de requerimento e hoje trazendo-o a esta casa para que aqui se debatam ideias e se cheguem a soluções para este problema.

Deixei assim aqui alguns recados vindos da Ilha.

Espero que não caiam em saco roto.

Porque os Jorgenses merecem o melhor.

Disse.

(Aplausos do PSD e PP)

Presidente: Tenho inscrito o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, o Sr. Deputado António Gomes e o Sr. Deputado Aires Reis.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

É com todo o gosto que lhe respondo, sem prejuízo de lhe responder também por escrito em relação ao seu requerimento. Não sei se invalida o requerimento o facto do assunto ficar esclarecido aqui, mas de qualquer das formas há dois planos que eu gostaria de colocar em relação às perguntas concretas que colocou sobre se o Governo Regional tem ou não consciência desse problema e que medidas está a tomar para essa questão.

Em relação à primeira o Governo Regional tem consciência desse problema, não só em relação à ilha de S. Jorge, mas a todas as ilhas da nossa Região onde esse problema se verifica.

Em relação às medidas concretas que estão a ser tomadas pelo Governo Regional, em algumas ilhas este processo está mais adiantado do que outras, como por exemplo em S. Miguel, Santa Maria e Faial está já em curso o processo de desratização, por motivos que se prendem com facilidades de aquisição do produto.

Mas, aquilo que eu lhe gostava de dizer em relação a esta questão é que a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, através da Direcção de Serviços de Protecção de Culturas, está a conduzir este processo.

No caso concreto de S. Jorge o que está a ser feito é uma reanálise da situação que se apresenta, em concreto, numa forma ligeiramente diferente daquilo que se avaliou no início e, neste momento, o que está a ser feito são contactos com as duas Câmaras Municipais, o que já aconteceu com uma delas, no sentido de garantir que os serviços fornecem, por exemplo, o raticida necessário para fazer essas campanhas de desratização, mas em que é necessário também uma colaboração das autarquias locais, nomeadamente ao nível de mão-de-obra e eventualmente comparticipação nos custos da aquisição desse raticida. Isto no que diz respeito às questões concretas. Eu gostava ainda de fazer uma referência em termos mais gerais.

Esta é tradicionalmente uma matéria que tem sido assumida pelo Governo Regional.

Penso que na situação presente, porque ela coloca-se com alguma urgência, não é, seguramente, o motivo para estarmos a definir novos modelos de colaboração ou novos modelos de participação. Nós temos aqui uma questão que importa resolver e estamos a trabalhar para resolvê-la.

Portanto, com mais calma e com mais ponderação, interessará analisar aquilo que são as competências das autarquias locais, as competências do Governo Regional nesta matéria e achar modos de colaboração que evitem que todos os anos se possa repetir a mesma questão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pelo amor de Deus.

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, também quer falar sobre ratos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu falo de ratos, mas há quem fale de ratas.

Deputado João Cunha (PSD): É porque há muita ratazana por esse lado.

O Orador: Sobre isso o senhor tem a sua preferência e eu não tenho nada a ver com isso.

Em relação a esta matéria era isto que eu gostava de dizer.

Ainda sobre o ponto de vista global desta questão, é necessário ter presente que, sendo certo que do ponto de vista de explorações agrícolas e de espaços rurais, pode haver condições que podem potenciar o surgimento de roedores, também do ponto de vista urbano existem alguns tipos de cuidados que são necessários ter.

Em relação a esta situação concreta que estamos a viver em 2004, o procedimento está na ser este.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(*) **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Eu nunca ouvi tantos disparates em tão pouco tempo e em tão poucas palavras. Se o gesto ficasse registado no Diário das Sessões, eu simplesmente punha as mãos à cabeça.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

O Orador: A sua intervenção pecou também muito por falta de ética.

O senhor fez insinuações que, sinceramente, não lhe ficaram bem.

Deputado Mark Marques (PSD): Quais?

O Orador: Referiu-se, por exemplo, a uma entrevista do Sr. Comandante da SATA, que eu não ouvi, nem conheço o senhor, relativamente a qualquer coisa que disse, que talvez se tenha conjugado com aquilo que eu disse.

Deputado Francisco Barros (PS): Isso é grave.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu disse-o dali.

O Orador: Eu queria mais uma vez fazer a seguinte chamada de atenção: o cargo que o Sr. Deputado ocupa exige de si alguma prudência relativamente a questões tão importantes como é o caso da aerogare de S. Jorge.

A maioria dos Deputados desta Casa já se aperceberam de qual é o seu raciocínio.

A sua preocupação é simplesmente o facto deste Governo estar a fazer obra. É essa a sua preocupação.

Mas, vamos a factos:

Há mais de um ano o Sr. Deputado teve a oportunidade de assistir, mesmo na aerogare existente, à apresentação do novo projecto para a aerogare de S. Jorge e durante um ano o senhor nunca se pronunciou sobre essa questão.

Durante um ano o Sr. Deputado nunca se pronunciou sobre essa questão e o senhor sabia que esta era uma obra para ser iniciada este ano, teve conhecimento, através do Jornal Oficial, da publicação do concurso e da adjudicação da obra onde lá está referido o prazo de entrega.

Sobre estas questões o Sr. Deputado nunca se pronunciou. Sempre soube que a localização é onde efectivamente a obra está a ser construída.

Eu pedi-lhe, em devida altura, que me apontasse um técnico da sua área para podermos discutir esta questão da implantação da aerogare de S. Jorge com responsabilidade e para o Sr. Deputado, de uma vez por todas, na presença desse técnico que lhe dei a oportunidade de escolher, perceber que para servir bem a ilha de S. Jorge, a aerogare terá que ser implantada onde hoje está a ser construída. O senhor recusou esse técnico.

Na sua intervenção também falou de ratos, mas não me vou pronunciar de ratos, porque sobre a matança de ratos tenho a certeza que o senhor percebe muito mais do que eu.

Sobre esta matéria da implantação da aerogare tenho a certeza que tenho muito para lhe ensinar.

Devo informar esta Câmara que fui o responsável pela implantação da aerogare de S. Jorge, inclusive fui um interveniente na elaboração do projecto para o acesso ao parque de estacionamento dessa aerogare e fui o responsável por toda a construção do parque de viaturas e acesso à respectiva aerogare.

Vou dar aqui pormenores técnicos para esta Assembleia perceber efectivamente as asneiras que disse ali naquela tribuna.

Presidente: Sr. Deputado, eu receio que não possa dar esses pormenores técnicos, porque já ultrapassou os três minutos.

O Orador: Assim sendo, inscrevo-me para a próxima.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(* **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao assunto da implantação da aerogare, assistimos agora aqui a uma explicação do Sr. Deputado António Gomes, muito parecida com aquela que fez no Conselho de Ilha e que os conselheiros pura e simplesmente rejeitaram e querem ouvir explicações de quem as tem para dar, que é o Governo Regional e não o Sr. Deputado.

Penso que mais importante que a sua explicação, devia ser a explicação do Governo Regional sobre esta matéria.

Relativamente ao processo de desratização e da intervenção que o Sr. Secretário fez sobre esta matéria, eu queria dizer que estranho bastante que o processo de desratização noutras ilhas esteja a decorrer com outro ritmo, quando o Governo Regional já tem sido alertado por nós, que somos deputados por S. Jorge, há mais de dois anos.

De vez em quando este assunto vem aqui a esta Assembleia, porque há mais de dois anos que este assunto é preocupante e neste momento o melhor resultado que se conseguiu foi os seus serviços reunirem com as Câmara Municipais e depois de um preâmbulo muito bem feito dizem que não têm dinheiro.

Eu penso que esta explicação tem de ser um pouco mais profunda da sua parte, para ficarmos esclarecidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão dos ratos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista parece que leva isto numa brincadeira. Penso que não tem consciência do que é que se está falar.

(Risos da bancada do PS)

Deputado Renato Leal (PS): A matiné é à tarde.

Deputado António Gomes (PS): Não percebe nada disso.

O Orador: O Sr. Deputado António Gomes, a jeito de ironia de baixo nível, ao vir dizer que quem percebe de matar ratos sou eu e que o senhor não percebe nada, parece-me que não está a levar este assunto a sério.

Mas, como o senhor que está em fim de carreira, está quase a pendurar as botas, deixou também de fazer parte da agenda de muitos e deixou de fazer parte da minha. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como disse aqui o meu colega, Deputado Aires Reis, é verdade que este assunto tem sido trazido aqui. Lamento que o seu colega de partido, Deputado António Gomes, não leve este assunto a sério.

Registo aquilo que disse e até agradeço a forma séria como colocou essa questão e as respostas claras que me foram dadas. Este é um assunto que nos preocupa já há muito tempo, mas também é verdade que também hoje aqui foi dada essa resposta. Felicito-o por isso.

Nós ficamos, como sempre, à espera do desenvolvimento em relação a esta questão. Em relação à questão da aerogare, este assunto já foi muito discutido em vários sítios e inclusive o Sr. Deputado António Gomes já me pediu um técnico, mas o que eu já lhe pedi há muito tempo foi que me entregasse um relatório técnico – se calhar o Sr. Secretário vai fazer isso hoje aqui e este assunto fica resolvido de uma vez por todas – que nos diga que tem que ser ali por esta ou por aquela razão.

Eu até aconselhei o Sr. Deputado António Gomes a ir ao miradouro do Parque das Macelas, mas como isso fica nas Velas o Sr. Deputado não deve conhecer bem, pergunte ao Sr. Deputado Manuel Silveira, que fica na Freguesia de Santo Amaro.

É isto que está aqui nesta fotografia que o senhor consegue ver. Não é preciso ser técnico nem saber matar ratos, como o senhor também não percebe, para ver isto. Este assunto para mim está esclarecido.

Como eu disse na minha intervenção, o PS ficará na história como sendo o Partido da Teimosia que põe em primeiro lugar o partido e em segundo os interesses dos jorgenses.

Sobre esta matéria, tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes:

(* **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Olhando para a carta da ilha de S. Jorge, é toda ela plana, não tem relevo. Porque é uma folha de papel, está tudo plano. É o caso da fotografia.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é Sr. Deputado. Isto vale mais do que palavras. Eu entrego-lhe no fim do debate.

O Orador: De poligonais para definir uma via terrestre eu sei um bocadinho dessa matéria, porque passou muitas coisas dessas pelas mãos.

O senhor tem na sua bancada um colega que podíamos conversar mais seriamente sobre esse problema, mas, infelizmente, não está no debate nem tão pouco conhece isso.

Vamos às questões técnicas.

Como sabe, Sr. Deputado e já lhe tinha dito isso, não se pode implantar uma estrutura física, por regra da aeronáutica, a menos de 185 metros do eixo duma pista.

Deputado Mark Marques (PSD): O relatório. Eu mostrei-lhe as fotografias. Entregue-me o relatório.

O Orador: Eu ouvi-o, agora ouça-me.

Em primeiro lugar, isso é um dado adquirido e não se pode fugir dele.

A zona onde o Sr. Deputado pretendia colocar a aerogare é numa zona onde há uma diferença de quota acentuada entre o eixo da estrada regional e a quota da hipotética localização da aerogare, que é a zona dos mistérios.

A agravar toda esta situação, está-se a proceder a uma ratificação da estrada regional, precisamente naquele local, ou seja, um alinhamento e um trainel definido, – ele não sabe o que é que eu estou a dizer – entre a curva da Igreja da Boa Hora e a Escola Profissional.

Isto quer dizer que a aerogare que o Sr. Deputado quer implantar ficaria debaixo de um talude duma estrada. É tão simples como isso.

Existe aqui ainda outro problema que é um acesso à via principal, que é o caso do acesso à aerogare, e sendo essa via de dois sentidos, tem que ser o mais perpendicular possível à via, precisamente para entrarem na via principal, tanto para a direita como para a esquerda, isto é, a via se tem dois sentidos, um no sentido da Calheta, outro no sentido das Velas, obviamente que os utentes da aerogares terão que ter esse acesso facilitado e isso só se consegue com uma perpendicular à estrada principal como, aliás, estava a dizer aí o seu colega, que sabe bem que as coisas funcionam assim.

Independentemente de tudo havia esta questão do acesso e esse acesso ou se fazia uma sinozóide enorme, com taludes e muros, que era uma coisa complicadíssima e criava um conflito rodoviário complicado, ou então teríamos que desviar o acesso para longe e fazer um acesso oblíquo à estrada nacional, permitindo um só sentido para essa via de acesso.

Isto são questões que o Sr. Deputado devia ter em consideração.

Portanto, em termos claros, não é possível implantar a aerogare ali.

O Sr. Deputado está aqui com uma preocupação que me leva a concluir que o senhor quer defender alguém que está preso à sua propriedade e não se quer desfazer dela e, se calhar, como tem algum relacionamento amistoso com essa pessoa, vem para aqui dizer uma quantidade de asneiras.

Deputado Mark Marques (PSD): Quem é? Eu desafio-o a dizer o nome aqui.

Presidente: Agradeço que conclua, pois já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Sr. Presidente, julgo que sobre esta questão estamos entendidos, mas por uma questão de seriedade e de ética faço-lhe mais uma vez o desafio que já lhe fiz no passado: O Sr. Deputado Mark Marques para deixar de dizer tantos disparates vai fazer-me o favor de me arranjar os engenheiros que entender...

Deputado Mark Marques (PSD): O relatório.

O Orador: O senhor é que os vai arranjar para não dizer que eles são suspeitos.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é que tem que provar.

O Orador: ... para eu ir lá consigo para ouvir as razões que o senhor evoca para implantar a aerogare onde o senhor quer.

O senhor é que vai arranjar os engenheiros e eu hei-de estar a conversar com eles para o senhor ouvir as nossas conversas, para não dizer as asneiras que disse aqui dentro.

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(* **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu questionava o Sr. Deputado sobre os terrenos e pergunto-lhe: Gostava que o senhor dissesse nesta Casa de quem é o terreno, quem é a pessoa que o senhor insinuou que eu estou aqui a defender? Ou isto é igual às cartas anónimas do Sr. Presidente.

Deputado António Gomes (PS): É suspeito!

O Orador: Não é suspeito. O senhor afirmou aqui e eu faço-lhe única e exclusivamente esta pergunta. aguardo a resposta.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Em relação aos esclarecimentos é isso que consta.

Quanto ao Sr. Deputado Aires Reis, eu tentei na minha explicação colocar a questão ao nível que foi reconhecido pelo Sr. Deputado Mark Marques. V. Exa. entende que não é assim que se devem fazer as coisas e, portanto, se quer dançar, segundo essa música, vamos a isso.

O Sr. Deputado conduz esta questão de uma forma desajeitada e atabalhoada.

O Sr. Deputado tem que ter calma na forma como se quer afirmar, do ponto de vista político, e que não é seguramente como o tem feito desajeitadamente nesta e noutras questões que dizem respeito à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e em relação a S. Jorge.

Exemplos concretos, por exemplo foi o faltar à verdade na última sessão da Assembleia quando V. Exa. disse que os projectos das cooperativas estavam suspensos. Eu tive o cuidado de contactar directamente com cada um dos directores das cooperativas para confirmar que isso não era e não é verdade.

Deputado Aires Reis (PSD): É verdade, sim senhor.

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado, e o problema não é não ser verdade, o problema é que o senhor sabe que não é verdade e mesmo sabendo que não é verdade, o senhor tem o descaramento de chegar aqui e colocar a questão nesses termos.

Deputado Aires Reis (PSD): Devolvo-lhe essas palavras.

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado tem que ter calma e, sobretudo, tem que reconhecer e ficar sabendo que a luta política tem regras que o senhor não conhece.

Deputado Aires Reis (PSD): O senhor é que não as conhece.

O Orador: É o senhor que não as conhece.

Em relação à desratização o que é que o senhor quer que eu lhe diga?

O senhor quer que eu lhe diga a composição química do raticida? Não sei.

O senhor quer que lhe diga como é que o raticida actua no organismo do rato? Não sei.

O senhor quer que eu lhe diga quanto tempo é que o rato leva a morrer? Não sei.

O senhor quer que lhe diga que efeitos é que a morte do rato provoca no resto da população de ratos de S. Jorge? Não sei.

Eu já dei as explicações que tinha a dar ao Sr. Deputado Mark Marques, que colocou a questão num determinado nível de explicações concretas em relação àquilo que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem para dizer.

O senhor vem questionar-me, na tentativa desesperada de conduzir esta questão para uma questiúncula política que eu não posso aceitar, nas funções que tenho neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(* **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um último esclarecimento.

Sobretudo, porque a Rádio Lomena está a transmitir este debate para S. Jorge,...

Deputado Mark Marques (PSD): Ah! Está? Eu não sabia!

O Orador: ... quero aqui desta tribuna confortar os jorgenses, porque o local certo para implantar a aerogare é precisamente o local onde ela está a ser construída. Só ali é que conseguimos ter uma aerogare com uma projecção futura, com uma implantação decente e com uma acessibilidade que não se encontrava em qualquer outro lugar.

Porque creio que esta teimosia do Sr. Deputado Mark Marques é para continuar, mais uma vez lhe peço, e agora por favor, que me arranje técnicos da sua área para que possamos, em conjunto, conversarmos com muita seriedade no local da obra, precisamente para não se continuar a atirar areia para os olhos das pessoas, porque isso não favorece nada e cria uma irresponsabilidade da sua parte e não podemos ser irresponsáveis nesta matéria.

Termino, porque sobre esta questão julgo que estamos entendidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(* **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

A postura que nós esperamos aqui da sua parte, é uma postura mais calma e que responda concretamente às nossas perguntas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Eu respondi ao seu colega. Se o senhor não aceitou a resposta o que é que quer que eu lhe faça?

O Orador: O senhor ficou nervoso na sua resposta.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

E continua nervoso.

O Orador: Quando nós falamos da desratização esperamos respostas mais claras do que aquilo que o senhor fez aqui, que mostrou que não estava por dentro desse assunto, assumo claramente e diga: Olhe eu não estou por dentro desse assunto. Não sei o que é que se está a passar em S. Jorge. É essa a postura que nós esperamos. Esta era uma postura de honestidade que é aquilo que lhe está a faltar.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Eu respondi ao seu colega.

O Orador: Sr. Secretário, o senhor ficou nervoso não foi com o assunto da desratização, mas com o assunto que eu trouxe aqui no último plenário e que o senhor me classificou de desonesto.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que o seu Grupo Parlamentar ouviu em S. Jorge tudo aquilo que nós dissemos aqui no último plenário e o senhor viu que não tinha razão, por isso ficou nervoso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Osório Silva (PS): Não é verdade. Diga a verdade.

O Orador: Sr. Secretário, nós esperamos de si mais honestidade nas respostas e mais clareza nos assuntos que nós levantamos aqui na Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões para terminar o debate.

Continua no ar a pergunta: quem é a pessoa que o senhor insinuou que eu estava aqui a defender, com terrenos junto à nova aerogare? Se o senhor não disser – vou

ter que usar o termo e peço desculpa – fica por “terrorista” se calhar ligado a algum grupo da “Al Queda socialista” lá em S. Jorge.

O senhor não pode vir aqui insinuar. Eu sei que o senhor aprende com o seu chefe que gosta de dizer que há cartas para Bruxelas, insinua, mas depois nunca diz de quem são.

Mas o senhor vai dizer aqui quem é a pessoa que eu estou a defender, ou então fica por mentiroso ou por um activista de alguma seita que por lá possa existir.

A outra questão tem a ver com o relatório que o senhor tanta fé faz nele. O dia que mo entregar este assunto morre.

O senhor é que tem que provar, porque os senhores é que estão a fazer a obra.

Já percebi que o senhor perdeu a razão e sobre isto não tenho mais nada a dizer.

Continuo a aguardar o nome da pessoa que o senhor diz que eu estou aqui a defender, porque eu não aceito insinuações e o senhor tem que provar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Em vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Gomes, mas peço-vos a todos alguma contenção verbal.

Tem a palavra.

(*) **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu quero-vos pedir imensa desculpa, porque já tinha dado este debate por encerrado e não vos quero maçar mais com esta matéria.

Sr. Deputado Mark Marques, o senhor está a ser terrivelmente teimoso.

Deputado Mark Marques (PSD): Diga o nome.

O Orador: Sobre esse assunto nós conversamos lá fora.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é lá fora, é aqui dentro!

Deputado Manuel Arruda (PSD): Então insinua e depois não é nada?

O Orador: Sr. Deputado, o que me interessa aqui é elucidar os jorgenses, porque são os principais utilizadores desta bonita obra que o Governo do Partido Socialista está a fazer e os jorgenses percebem muito bem aquilo que eu estou aqui a dizer, porque é voz corrente o assunto que agora está aqui a levantar e sobre esta questão estamos entendidos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não estamos.

O Orador: Os jorgenses sabem o que é que eu estou a dizer e sabem a quem é que eu me estou a referir e ponto final.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não sei. Diga lá!

O Orador: Quem fica aqui absolutamente sem argumentos é o Sr. Deputado Mark Marques, porque ele não quer ter a coragem de escolher quem perceba deste assunto para podermos discuti-lo no local da obra, para sabermos qual seria o lugar indicado para a implantação da aerogare de S. Jorge.

Ele continua a recusar-se a convidar um técnico, seu amigo, com a maior amizade que possa ter por ele. Gostaria de confrontar-me com esse técnico e consigo no local da obra e aí, certamente, iria aperceber-se de tanta asneira que tem dito sobre este assunto.

Infelizmente, só tem dito asneiras e eu já nem sequer vou para as questões financeiras, porque se entrássemos por aí tínhamos que referir o caso do parque de estacionamento de aviões, tínhamos as condutas, a iluminação da pista e dos anemómetros que estão destinados para aquele sítio. Tínhamos imensas coisas por onde entrar, como o próprio parque de estacionamento, o custo de uma e de outra obra, as terraplanagens que já estão feitas para uma e que falta fazer para outra.

Eu já nem vou para as questões financeiras que custariam, se calhar, perto de uma centena de milhar de contos.

Eu vou para as questões técnicas e não para as financeiras.

Sr. Deputado, convença-se definitivamente que é quase impossível colocar uma aerogare onde queria que ela fosse feita.

Convido-o desde já, e espero que tenha tempo para isso, para irmos ao local conversar e esclarecermos isto de uma vez por todas, para que não se continue, como lhe disse há pouco, a atirar areia para os olhos das pessoas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este debate já terminou, mas há aqui uma coisa que não pode terminar, porque o Sr. Deputado António Gomes diz que quer ilucidar os jorgenses, mas eu continuo à

espera da resposta sobre a insinuação que ele faz de que eu estou aqui a defender a questão da localização da aerogare por interesses de alguém.

O Sr., Deputado diz que me vai dizer lá fora, mas não é lá fora, é aqui que o senhor tem que dizer para ficar registado no diário das sessões.

O senhor acha bem que eu ou o Deputado Aires Reis tivéssemos vindo a esta Casa dizer que tinham feito um porto lá na sua fajã e que o senhor tinha recebido uma luvas, o senhor acha que eu dizia isto aqui, ficava impune e depois dizia lá fora?

Isto é a mesma coisa que o senhor disse que eu estou a defender alguém sobre a questão da aerogare.

Ou o senhor diz aqui quem é para ficar registado ou fica por mentiroso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vem para aqui armado a dizer que quer elucidar os jorgenses! O senhor perdeu a razão, entrou por baixo...

Deputado António Gomes (PS): O senhor é que faltou à verdade.

O Orador: ... e ao mesmo nível do seu chefe que, quando perde a razão, inventa que há umas cartas anónimas.

Deputado Paulo Messias (PS): Não é invenção.

O Orador: O povo açoriano não quer coisas destas.

O senhor vem para aqui insinuar e tem o distinto descaramento de dizer: “eu depois digo-lhe lá fora”.

Diz-me lá fora! Não senhor. O senhor insinua e diz aqui dentro. Lá fora não. Diz aqui dentro ou então no tribunal.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(*) **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais uma pequena questão.

Eu, felizmente, prezo-me de falar verdade.

Quem por duas vezes aqui faltou à verdade foi o Sr. Deputado Mark Marques quando na sua intervenção referiu que os terrenos no local onde queria implantar a

aerogare já estavam comprados. Isso é falso, porque quem elaborou os contratos de compra e venda de terrenos para implantar a aerogare fui eu que na altura era funcionário das Obras Públicas. Fui eu que assinei os contratos e sei que parcelas de terrenos é que foram compradas e se fosse para implantar a aerogare onde o senhor pretendia, falta comprar ainda muita área de terreno.

Portanto, isso não é verdade e já lhe disse isso por mais do que uma vez, mas continua a insistir, o que não lhe fica bem.

Depois veio dizer que havia uma ligação entre mim e o Sr. Comandante da SATA, que nem sequer sei quem é. Infelizmente nem sequer ouvi o que ele disse na rádio.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: O senhor disse ali daquela tribuna.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu disse que ele fez um frete, mas não falei em si.

O que o senhor disse há bocado, com verdade, é que os terrenos, no local onde hoje está a ser construída a aerogare, ainda não estavam todos comprados.

O senhor sabe, porventura, por que é que os terrenos ainda não estão todos comprados?

Deputado Mark Marques (PSD): Sou obrigado a saber?

O Orador: Não estão ainda todos comprados, porque se calhar estavam à espera que o senhor viesse resolver aqui esta questão de mudar a localização da implantação e a pessoa acabava por não ter necessidade de vender os terrenos.

Deputado Mark Marques (PSD): De quem são os terrenos?

O Orador: Ficamos por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Eu achava prudente que terminássemos aqui o debate. Não obstante estar a ser transmitido pela Rádio Lumena, já vamos em treze pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero deixar claro que tenho intervindo neste debate não é por este ou por aquele órgão de comunicação social estar a transmitir ou registar isto ou aquilo.

Penso que é isso que move o Partido Socialista, porque ficam todos eufóricos quando o Sr. Presidente anuncia isso ao Deputado António Gomes. Eu não me oriento por esses mecanismos.

De facto, este debate está esclarecido e o povo de S. Jorge percebe esta questão, mas queria só dizer ao Sr. Deputado António Gomes, que se não quis, cobardemente, dizer aqui dentro quem é que eu estava a defender por causa dos terrenos, há-de dizer na barra do tribunal, porque não pode vir para aqui fazer acusações dessas, sem dizer mais nada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

(*) **Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o devido respeito que tenho pela bancada do PSD, gostaria de dizer aqui que, já que o Sr. Deputado Mark Marques continua a insistir e a desviar-se da possibilidade de nos encontrarmos no local da obra para discutirmos o assunto, eu convidava um Sr. Deputado da bancada do PSD, que perceba daquilo que estamos aqui a falar. O Sr. Deputado João Cunha se quiser fazer uma visita a S. Jorge, pode ser o advogado de defesa do Sr. Deputado Mark Marques nesta matéria.

Deputado João Cunha (PSD): Muito obrigado pelo convite!

O Orador: Eu deixo-lhe aqui o convite e teria muito gosto de o ter em S. Jorge para, nesta matéria, representar o Sr. Deputado Mark Marques e para podermos definir bem esta questão tão importante para a ilha de S. Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 10 minutos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 05 minutos)

Agradecia que o Grupo Parlamentar do PS fizesse substituir na Mesa o Sr. Deputado António Loura que está inscrito para uma intervenção.

(Neste momento o Sr. Secretário da Mesa foi substituído pelo Sr. Deputado Francisco Barros)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura para uma intervenção.

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a chegada ao poder do Partido Socialista em 1996, e as alterações geradas a partir da tomada de posse do VII Governo Regional, modificaram com profundidade um conjunto de referências na vida política açoriana e projectaram, dia após dia, outro dinamismo na resolução dos problemas estruturais e quotidianos das actividades económica e social na nossa Região.

Uma das áreas que mereceu uma atenção muito especial por parte do Governo Regional foi a da Solidariedade Social, sobretudo no que respeita a uma política concertada e sistemática no combate à pobreza.

A inserção social tornou-se o núcleo das políticas sociais, passando a constituir, de facto, a grande diferença na intervenção social. Do conceito anteriormente existente, que se baseava no assistencialismo, passou-se para dinâmicas sociais que privilegiam a área da educação, da formação profissional e do emprego.

A implementação destas medidas obrigaram a criação de novas metodologias de acção, enquadradas em programas que procuraram criar condições de realização dos direitos das pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta alteração de políticas no que respeita ao Social, esta preocupação com as pessoas, este governar com o “coração”, cujos resultados estão bem presentes em toda a nossa Região, não deixou de fora o meu círculo eleitoral.

Em Santa Maria foram implementadas importantes medidas nesta área, nomeadamente e sem pretender ser exaustivo:

Foram reformulados os acordos de cooperação com o Recolhimento de Santa Maria Madalena e a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, reforçando os meios financeiros ao dispôr destas instituições para a execução dos seus projectos.

(A este propósito é de referir que a Santa Casa da Misericórdia recebeu durante o ano de 2003 um apoio financeiro que ascendeu a 282.500€.)

- Generalizou-se a prestação do rendimento mínimo garantido, hoje rendimento social de inserção.
- Foi alargado o serviço de apoio domiciliário aos mais idosos, através do acordo protocolado com o Recolhimento de Santa Maria Madalena.
- Foram executadas obras de remodelação e ampliação do Recolhimento de Santa Maria Madalena, obras que orçaram em 329 mil €.
- Está a decorrer a remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, no valor de 2.577 mil €.
- Foi criado o Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco, acordado com a Santa Casa da Misericórdia.
- Foram executadas obras de beneficiação no Jardim de Infância Mãe de Deus, da Santa Casa da Misericórdia.
- Foi criado o Centro de Actividades Ocupacionais em instalações provisórias, acordado com a Santa Casa da Misericórdia.
- Serão iniciados em breve trabalhos de adaptação do edifício da Zona Franca, para reinstalação do Centro de Actividades Ocupacionais.
- Foi construído o edifício para os Serviços de Segurança Social de Vila do Porto, no valor de 660 mil €.
- Foi remodelado e adaptado para Centro Comunitário o edifício da Escola Primária em Santa Bárbara, pelo valor de 215 mil €.

- Iniciar-se-á ainda este ano a construção do edifício para os Serviços de Segurança Social e Saúde em Santa Bárbara, obra orçada em 400 mil €.
- Projecto de Luta Contra a Pobreza, acordo assinado com a Associação Salvaterra, no valor de 45 mil €.

Em resumo, esta preocupação com as questões sociais traduziu-se num reforço do investimento que passou de 218.500€ em 1997, para um valor de mais de um milhão e meio de euros em 2003, o que significa que, em termos de percentagem, houve um aumento de 580%!

Factos, São Factos!

O percurso realizado até aqui está à vista de todos, as mudanças que se verificam nos Açores são bem visíveis e substanciais, em cada uma das ilhas e comunidades, bem como ao nível do bem-estar de inúmeras famílias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não desmereceu a confiança que os Açorianos, e de modo particular os Marienses, lhe concederam sucessivamente em 1996 e 2000.

Hoje vive-se melhor em Santa Maria e nos Açores!

Com o apoio dos Açorianos e dos Marienses vamos, a partir de Outubro, continuar a mudar os Açores para Melhor!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos sobre esta intervenção.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º2-A/2003/A, de 5 de Fevereiro, foi criada a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas – SA.

O seu objecto é e cito: “a promoção, o planeamento, a construção, a fiscalização e a gestão de parques habitacionais e de outro património...”. Fim de citação. E, embora o seu objecto seja assim lato, não deixa de ser verdade que a primeira razão que esteve na origem da criação desta Sociedade foi a tentativa de resolução do problema do financiamento do processo de reconstrução, agonizante entre o resvalar contínuo das suas contas, os limites nacionais impostos ao endividamento e o cancelamento das verbas que se esperavam da República em 2002.

Por isso, a criação desta Sociedade, proposta pelo Governo Regional num contexto em que ou era esta solução ou era a paragem da reconstrução por vários meses, acabou por ser aprovada por todos os partidos nesta Assembleia.

E embora algumas dúvidas já se pudessem vislumbrar sobre a real e profunda intenção da sua criação – que até motivaram que o PSD apresentasse uma proposta de alteração no sentido de ficar expresso no articulado que enquanto houvesse reconstrução para fazer, a prioridade da intervenção da SPRHI-SA seria a reconstrução de habitações -, a verdade é que todos os partidos de boa fé acreditaram nas rectas intenções desta solução.

Um ano depois, e com base no que é público, importa avaliar os resultados.

Desde logo, a referência de que em Julho de 2003 aquela Sociedade contraiu um empréstimo na Banca, na valor de 50 milhões de euros (10 milhões de contos) para, dizia-se, “financiar o processo de reconstrução”.

Embora nunca tenha ficado claramente explicitada a articulação da SPRHI-SA com o extinto CPR, repetimos aquilo que foram as afirmações do Secretário da tutela a este respeito: a SPRHI recebe e assume tudo o que tem a ver com as empreitadas públicas em curso e o CPR mantém a superintendência em todos os casos designados por administração directa, cujos apoios e fiscalização se manterão como anteriormente.

Em boa verdade, foi isso que aconteceu. E, depois de um início duvidoso, há indicadores de que pelo menos a nível da regularidade dos pagamentos às empresas a situação estabilizou.

Mas, a transferência das empreitadas para a SPRHI manteve, sem qualquer preocupação de abertura, todas as situações de injustiça entretanto criadas, com o afastamento de muitos sinistrados das empreitadas, quando era seu desejo expresso que fosse o Governo a realizar as obras.

Esta questão da integração dos sinistrados nas empreitadas públicas, foi prevista na Resolução n.º 230-A/98, de 19 de Novembro, quando estabelecia que, a requerimento do sinistrado do primeiro escalão de apoios o Governo podia optar por ser ele próprio a executar as obras necessárias.

Durante muito tempo, a verdade é que se possibilitou a todos os sinistrados que o solicitaram a inclusão nas empreitadas, sem criar excepções. Basta ver todas as circulares enviadas aos sinistrados nas vésperas das últimas eleições regionais, indicando a empresa e o número da empreitada em que estava inserida a reabilitação/reconstrução das suas moradias.

No entanto, a partir de finais de 2001, o processo retrocedeu. Não só, unilateralmente, foram colocados fora das empreitadas muitos casos que nelas estavam integrados, como todos aqueles que, entretanto, se foram desbloqueando já não eram aceites como fazendo parte da solução das empreitadas do Governo e, todos eles, foram remetidos para a chamada “administração directa”.

A justificação técnico-jurídico-financeira invocada, é conhecida e cito: “actualmente o custo das empreitadas encontra-se próximo dos montantes máximos permitidos pelo Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas, facto que prejudica a eventual inclusão de mais trabalhos nesses mesmos contratos.” Fim de citação.

Ora, esta argumentação justifica a não inclusão nas actuais empreitadas. Mas, a verdade é que nada obsta a que o Governo, exactamente para resolver os casos que ele próprio rejeitou e outros que entretanto se resolveram burocraticamente, nada obsta,

dizia, que o Governo possa abrir concurso para nova empreitada. E, devido à recusa do Governo em assumir uma solução, primeiro no contexto do CPR e agora no contexto da SPRHI, a verdade é que se criou uma situação de grande injustiça comparativa e que atinge, segundo os números que foram revelados no último Conselho de Ilha, cerca de trezentos casos.

Esta não é, portanto, uma questão residual nem uma questão menor. É uma questão de justiça e de equidade. E a sua solução não foi até hoje assumida porque deliberadamente não se quis avançar nesse sentido. É que dinheiro não falta.

E aqui voltamos à SPRHI-SA e à sua criação para resolver, em primeira linha, o problema da reconstrução. Pois esta Sociedade e este Governo Regional que a tutela, e que não querem assumir com justiça e equidade a resolução destes casos pendentes na reconstrução, são a mesma Sociedade e o mesmo Governo Regional que nas últimas semanas chegaram a acordo para a SPRHI pagar em obras nas estradas desta Região um valor que já ultrapassa os treze milhões de euros (2,6 milhões de contos).

Quando a reconstrução do parque habitacional do Faial e Pico ainda não está concluída, e não tendo a SPRHI receitas próprias, vemos com preocupação esta Sociedade lançar-se numa nebulosa e preocupante política de recurso continuado a empréstimos avalizados pelo Governo Regional, da qual pouco se sabe, nomeadamente nas questões que envolvem a sempre delicada hipoteca do Património da Região.

Não é justo, não é solidário, deixar abandonados, sem esperança nem qualquer compromisso, os mais indefesos, os mais problemáticos, os menos “espertos”, os mais idosos, aqueles que por não se terem “desenrascado” primeiro, ficam agora votados ao esquecimento. E não pode o Governo Regional invocar, como o tem feito, que estes casos continuam a ter todos os seus direitos a apoio na modalidade de administração directa porque todos sabemos que estamos a falar de pessoas, essas sim, que não têm capacidade para assumir a direcção efectiva das suas obras nem meios financeiros para fazer face à diferença entre aquilo que é a verba concedida e aquele que é o custo real da obra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Denuncio aqui mais esta injustiça. Porque não posso aceitar que uma Empresa e um Governo, desesperados em ano de eleições, gastem 2,6 milhões de contos em estradas quando esse dinheiro devia ser utilizado na conclusão da reconstrução e ainda por cima quando os valores que estão em causa permitiriam resolver cerca de 260 novos casos.

Deputado Luís Medeiros (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Não posso aceitar que uma Empresa e um Governo, desesperados em vésperas de eleições, desperdicem escandalosamente em propaganda o dinheiro que não querem usar para a conclusão da reconstrução.

Não é legítimo, não é aceitável e é mesmo imoral regatear e não assumir o direito de conceder a um sinistrado, em condições de igualdade e justiça, a habitação a que tem direito por lei, e não hesitar nem pestanejar os olhos para gastar no Boletim de Propaganda “Reconstruir” mais de 22 mil euros (cerca de 4 mil e quinhentos contos).

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não é legítimo, não é aceitável e é mesmo imoral regatear e não assumir o direito de conceder a um sinistrado, em condições de igualdade e justiça, a habitação a que tem direito por lei, e não hesitar nem pestanejar os olhos para pagar por cada exemplar da luxuosa propaganda “Reconstrução antes e depois” quase dez contos,...

Deputado José San-Bento (PS): É o que fez a Câmara de Ponta Delgada.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Não tem nada a ver. Estamos a falar do Governo Regional.

O Orador: ... o que faz com que cada uma das suas 38 páginas tenha custado a todos nós a exorbitância de 280 escudos.

Não é legítimo, não é aceitável e é mesmo imoral regatear e não assumir o direito de conceder a um sinistrado, em condições de igualdade e justiça, a habitação a que tem direito por lei, e não hesitar nem pestanejar os olhos para pagar por uma exposição de propaganda que andou por aí na última Semana do Mar a quantia de 32.912,38 euros (mais de 6 mil e quinhentos contos).

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Infelizmente a reconstrução que irá terminar este ano é a das empreitadas em curso. Ainda muitos sinistrados ficarão de fora sem perceber porque razão a Sociedade que o Governo Regional criou para lhes resolver os seus casos,

abandona-os e usa o dinheiro para pagar propaganda e estradas por esses Açores fora.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Francisco Sousa (PS): Não apoiado!

O Orador: O que se temia está já a concretizar-se: a SPRHI-SA já parece ser mais uma peça que o Governo Regional está a jogar no xadrez das próximas eleições.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados José Decq Mota, Renato Leal, Hernâni Jorge, Duarte Feitas, Dionísio Sousa, Alvarino Pinheiro, Lizuarte Machado e o Sr. Secretário Regional da Economia.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira trouxe aqui uma série de questões extremamente sérias e importantes e que não podem ser nem diminuídas, nem obscurecidas com questões marginais.

Eu tenho insistido ao longo do tempo de que uma das missões governamentais é a de concluir o processo de reconstrução até ao fim, ou seja, levar a aplicação da legislação de enquadramento do processo até que todas as pessoas, que se enquadrem nesse quadro legislativo, tenham legal e materialmente o seu problema resolvido.

Evidentemente que, e o Sr. Deputado Costa Pereira reconheceu isso, a SPRHI-SA é criada num contexto muito especial, na qual duas ou três vertentes pesaram decisivamente, que ele próprio também referiu, que foram entre outras o agravamento dos custos, o boicote financeiro que o Governo da República fez no ano de 2002, o que levou a que fosse necessário a criação desse instrumento.

Infelizmente, hoje tem que se concluir que o Governo Regional não quis, pelo menos até a este momento, aplicar esse instrumento de forma consequente na resolução de todo o problema, mas apenas na resolução de uma parte do problema que tinha pendente que era as empreitadas públicas em curso, depurando dessas empreitadas algumas dezenas de casos, diminuindo a sua dimensão. Isto é muito sério e é muito grave.

Evidentemente que se há razões técnicas, jurídicas e financeiras públicas para que as empreitadas tenham menor dimensão, não há nenhuma razão para que não possam existir mais empreitadas.

Se aqueles casos tiveram que sair, uns por razões de documentação tardia, outros por excesso de obra na mesma empreitada tiveram que sair dessa empreitada, então tinha que se fazer outra empreitada. Eu vou mais longe: tem que se fazer outras empreitadas, porque não é de forma nenhuma aceitável que crie uma situação de sinistrados com uma categoria e sinistrados com outra categoria menor e os Srs. Deputados do Partido Socialista e os Membros do Governo têm que ter a noção – o Sr. Deputado Renato Leal tem com toda a certeza – que estas famílias que foram excluídas das empreitadas são daquelas que têm menos possibilidades de resolver o caso por administração directa, quer em termos de posses, quer em termos de capacidade decisória própria. Portanto, são as que estavam mais atrasadas no tratamento do seu próprio problema e não podem agora ser penalizadas.

Tenho muita pena que o Sr. Secretário José Contente não esteja presente, mas o Sr. Secretário José Contente, o Eng^o. Nascimento ou o Dr. Luís Botelho não podem vir agora dizer: “desenrasquem-se”. Não é aceitável, porque a Região Autónoma dos Açores é uma pessoa de bem e não pode fazer isto.

Portanto, vai ter que ser feita nova empreitada para resolver estes casos.

É esta a questão e é este o único desafio que tem de ser lançado ao Governo.

Uma outra questão levantada tem a ver com a propaganda.

Em lembro ao Partido Socialista e ao Governo que em Janeiro fiz um requerimento sobre o problema desta propaganda abusiva, na minha opinião, no qual fazia a afirmação que se no prazo de 60 dias o requerimento não tivesse uma resposta cabal que pudesse ser divulgada, transformava-o em perguntas ao Governo.

O prazo de 60 dias acabou no dia 17 deste mês. Obviamente que como tinha que transformar o requerimento em perguntas ao Governo com 10 dias de antecedência, nessa altura ainda não tinha acabado o prazo.

Se entretanto até 10 dias antes do próximo plenário não tiver essa resposta, o Governo Regional e o Partido Socialista ficam a saber com toda a clareza que aquelas seis perguntas vão ser transformadas numa sessão de perguntas ao Governo e ele terá que responder aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

(*) **Deputado Renato Leal (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com a habitual atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e relativamente a ela gostava de, naturalmente, tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, fico com a sensação de que o Sr. Deputado Costa Pereira considera que a SPRHI-SA é uma sociedade que deveria ter tido o cuidado de se preocupar, nesta fase, exclusivamente com a reconstrução. Isso teria sido, na minha opinião, utilizando uma frase muito comum no Continente, “oiro sobre azul”, isto é: depois do seu partido, como o senhor muito bem sabe, não ter cooperado na resolução do problema financeiro, depois das diversas tentativas que o Governo do Partido Socialista nos Açores fez para resolver o problema de natureza financeira e quando, finalmente, se encontrou uma saída legal e célere, conviria que ficássemos todos amarrados apenas à reconstrução.

Não sei de cor o que nessa ocasião foi dito, mas recordo-me de ter tido o privilégio de, numa fase já muito avançada da elaboração deste diploma, ter sido chamado a dar a minha opinião e nessa altura ter transmitido a minha concordância para que esta sociedade pudesse ser utilizada para outras finalidades que não exclusivamente a reconstrução.

Aliás, fico com muitas dúvidas sobre o que é aquilo que o Presidente do seu partido tem vindo a anunciar, e penso que o terá feito, a avaliar por aquilo que os OCS referiram muito recentemente nesta ilha, quando falou da criação duma sociedade de desenvolvimento, proposta para o Faial.

Eu que sou um homem de letras, da área da filologia, tenho feito um esforço muito grande por ir aprendendo algo de outras áreas, mas fico sem saber quais serão as fontes de receita desta futura sociedade e se não carecerá também de avales do Governo, ou seja, fico com a sensação de que a sociedade por nós criada, a SPRHISA, tem o pecado venial e transportará sempre o pecado mortal e esta outra sociedade virá, tal como a Virgem Maria, imaculada *ad aeternum*. Tenho dúvidas, muitas dúvidas sobre esta matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente a outro nível de questões colocadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira, eu penso que a determinada altura terei afirmado que a reconstrução, que é um processo demorado, doloroso e penoso, permitia alguma comparação com as deficiências no abastecimento de água, ou seja, à medida que se vai resolvendo as questões...

Presidente: Sr. Deputado Renato Leal, terminou o seu tempo.

O Orador: Assim sendo, pedia que fizesse o favor de me inscrever para uma segunda oportunidade e agradeço que me chame a atenção, para ser o mais rigoroso possível no cumprimento do Regimento, gesto que não terei pesar nenhum de ser um dos poucos que se esforça para que, efectivamente, assim aconteça.

Deputado Mark Marques (PSD): Há mais!

O Orador: Eu esforço-me.

Deputado Mark Marques (PSD): Há outros que se esforçam e conseguem e há outros que se esforçam e não conseguem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Recomendo que siga o exemplo do seu camarada de bancada.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei certamente rápido neste pedido de esclarecimentos à bancada do PSD e particularmente ao Sr. Deputado Costa Pereira.

O Sr. Deputado Costa Pereira brindou-nos com uma intervenção absolutamente demagógica, jogando alguns peões no tabuleiro do xadrez político, numa missão difícil que a coligação lhe exige que é de recuperar o segundo deputado na ilha do

Faial e, portanto, jogou os primeiros peões neste tabuleiro do xadrez eleitoral, usando e abusando da demagogia, trazendo algumas questões importantes e relevantes, confundindo-as e comparando-as com questões acessórias, com questões que mais não são do que meros *fait divers* do Deputado Costa Pereira nesta questão da reconstrução.

Sr. Deputado Costa Pereira, de injustiças está o processo da reconstrução, a começar pela injustiça das normas aprovadas aqui pela oposição e que a bancada do PSD e o Sr. Deputado Costa Pereira têm grandes responsabilidades.

O Sr. Deputado Costa Pereira, que nos fala de injustiças no processo da reconstrução, queria que os faialenses e os picarotos pagassem, uma vez que demonstrou, disse-o e afirmou daquela tribuna, ser contra a que a SPRHI invista e realize as empreitadas de 28 km nas estradas do Faial e de mais 25 km nas estradas do Pico.

Já sabemos que o Deputado Costa Pereira é contra essas duas obras e aproveitando que o Deputado Duarte Freitas está inscrito, faço a seguinte pergunta: O Deputado Duarte Freitas concorda com a posição manifestada pelo Deputado Costa Pereira que é contra estas obras nas estradas das Ilhas do Pico e do Faial? Uma questão muito directa.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe o que está a dizer ou não está a ser sincero.

O Orador: O Sr. Deputado Costa Pereira manifestou uma preocupação interessante e importante quanto à disponibilidade e aos meios próprios de financiamento da SPRHI-SA, preocupação importante do ponto de vista teórico e que aqui nos trouxe. A questão que lhe coloco é se o Sr. Deputado manifestou essa mesma preocupação ao seu partido e ao seu líder quanto às sociedades de desenvolvimento regional que nos são prometidas à dúzia?

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, respondendo à interpelação do Sr. Deputado Hernâni Jorge, dizer que da minha parte e da parte do PSD, aliás, não se pode fazer outra leitura da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, nós estamos a favor das obras que se vão fazer nas estradas do Faial e do Pico...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ainda bem que esclarece.

O Orador: ... e estamos, inclusivamente, a favor das estradas que se vão fazer na Terceira à custa dos sinistrados do Faial e do Pico.

Vozes da bancada do PS: À custa dos sinistrados?!

O Orador: Estamos, como é óbvio, a favor destas empreitadas e delas serem feitas o mais célere possível, mas também percebemos recentemente, com estas soluções que foram encontradas, porque é que quando o PSD, na altura da discussão do diploma da SPRHI-SA, propôs aqui dentro que ficasse um articulado no diploma a dizer que a prioridade seria a reconstrução até que ficassem resolvidos os problemas do sismo, os senhores votaram contra. Já nessa altura nos apercebemos que poderia haver “gato escondido com o rabo de fora”, mas ficamos sempre a dar o benefício da dúvida.

De facto, veio a comprovar-se que muita da guerra e muitos dos problemas que foram avançados pelo Partido Socialista tinham a ver com arranjar fórmulas para poder investir em matérias que eleitoralmente acham importantes...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para bem dos açorianos.

O Orador: ... e que nós também achamos que são importantes para a população, mas fugindo dos esquemas habituais.

Por que é que os senhores não cumpriram as suas promessas através do Orçamento Regional?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pergunte ao seu Governo.

O Orador: Já vamos chegar lá, Sra. Deputada Andreia. É bom lembrar isso, porque já me ia esquecendo.

Não sei se a senhora teve acesso à resposta que tive a um requerimento meu em que dizia que desde 1999 não tinha vindo um escudo do Orçamento de Estado para a reconstrução e os senhores, desde essa altura, estiveram sempre calados. Isto já foi dito aqui por mim e repito-o novamente.

Isto veio provar, à posteriori, que nós tínhamos razão quando dizíamos que muitas vezes os senhores estavam a usar os sinistrados para fazer guerra político-partidária ao Governo da República...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e a solução que encontraram, em relação à SPRHI-SA veio prová-la. Se havia uma solução por que é que não a criaram antes?

Se essa solução era para resolver os problemas da reconstrução, por que é que não resolveram os outros problemas, nomeadamente das estradas, com a solução correcta que é através do Orçamento Regional ou criassem uma sociedade, como fizeram com as SCUTS, para resolver os problemas das estradas do Pico e do Faial?

Deputado Andreia Cardoso (PS): Para quê? Para os senhores fazerem demagogia novamente. Os senhores votaram a favor das SCUTS.

O Orador: Tenha calma Sra. Deputada.

Nós votámos obviamente a favor das Scuts e quando nós, PSD e o PP, formos governo as pessoas já sabem que vamos constituir sociedades de desenvolvimento, mas com uma lógica diferente, Sra. Deputada. Nós vamos constituir sociedades de desenvolvimento para aproveitar as sinergias, a colaboração e a participação, porque queremos fazê-lo com a colaboração das autarquias locais, com outros agentes e com uma definição clara, simples e estratégica do desenvolvimento de cada uma das ilhas, tentando com isso evitar aquilo que os senhores fizeram que foi cavar o fosso entre algumas ilhas que têm mais capacidades e ou outras que só por si não se podem desenvolver.

Presidente: Agradecia que concluísse, pois o seu tempo já terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Em relação ainda a uma conversa que foi aqui dita, que tem a ver com as injustiças que foram criadas com a legislação.

As injustiças, Sr. Deputado Hernâni Jorge, o senhor não estava cá, mas a legislação foi aprovada por unanimidade, mas se ela é injusta, agora que têm maioria, por que é que não a alteraram?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para não criar mais injustiças.

O Orador: Injusto é aquilo que alguns sinistrados nos vêm dizer, que é chegarem com os seus processos aos responsáveis do CPR e eles dizerem: “agora não podes ir para empreitada. Tens que ir para a administração directa ou arriskas-te a não ter nada”. Temos testemunhos disso. Dizem-no a nós e penso que dizem também ao Sr. Deputado José Decq Mota, dizem aos vossos deputados e são pressionados e encostados à parede pelos responsáveis do CPR, quando lhes dizem: “ou aceitas a administração directa ou então não apanhas nada”. É esta estratégia política de tentar empurrar pessoas para fora das empreitadas para dizerem que a reconstrução acaba no final de 2004.

Isto não está correcto, assim como não está correcto usar a SPRHI, SA para não dar a prioridade necessária aos sinistrados e resolver outros problemas que têm que ser resolvidos, mas cuja prioridade, em relação à SPRHI, SA, devia ser a reconstrução das casas.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que eu não conheço em detalhe todos os problemas da reconstrução. Sei que é um problema complexo.

Assisti na Terceira à reconstrução de 1980, porque vivi lá até 1993 e quando de lá saí ainda existia problemas da reconstrução.

Em relação à SPRHI, SA muito já foi dito. Eu penso que os objectivos definidos para a SPRHI, SA são claros e foi fundamental para resolver aquilo que o Sr. Deputado Decq Mota disse, que foi o boicote financeiro do Governo da República, que não quis que a reconstrução terminasse em 2004, mas em 2006.

É evidente que a reconstrução vai seguindo o seu próprio ritmo, contra muitas vontades aqui expressas. Vai seguir um ritmo apressado e vamos concluir em 2004, fazendo aquilo que muitos dos senhores queriam que nós não fizéssemos, que não tivéssemos meios para o fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para acabar em 2001.

O Orador: Existe um ritmo próprio que está a ser seguido. Não será o de 2006.

Nós estamos a trabalhar para que cada vez mais as pessoas reconheçam a obra feita. Hoje há cada vez menos pessoas que ouvem os senhores da oposição a falar da reconstrução. Hoje os senhores sentem que a água vos está a faltar, porque, de facto, há cada vez mais problemas resolvidos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores é que estão a meter muita água.

O Orador: ... e faltam muito poucos para resolver.

Uma coisa é a reconstrução e outra coisa são os objectivos da SPRHI, SA que foram sempre, desde o início, mais latos que a própria reconstrução.

Eu tive efectivamente alguma responsabilidade na criação da SPRHI, SA e sei que, desde a sua origem, teve no seu objectivo mais do que a própria reconstrução.

É evidente que vamos utilizar esta sociedade para fazer muitas obras que não são só a da reconstrução. Aliás, este exemplo tem sido seguido no país. Basta olhar para a Madeira e ver a quantidade de sociedades de desenvolvimento regional que estão sendo criadas e basta só lembrar aos senhores que quando nós quisemos criar aqui a SODESA, uma sociedade de desenvolvimento regional, aquilo que se disse na altura era que era um crime de *lesa majestade*, não se podia tocar nos privados e os discursos do Deputado Victor Cruz, na altura líder da vossa bancada, hoje Presidente do PSD, merecem ser lidos para compararmos com o que ele diz hoje.

Portanto, vamos trabalhar com a SPRHI, SA em outras áreas, em outras actividades para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não se esforcem muito. Os senhores têm apenas mais 6 meses.

O Orador: Em relação à propaganda, é muito simples.

Em relação às críticas feitas àquilo que se faz da reconstrução, eu não olho para as críticas que se faz também nas autarquias, em outros locais sobre a promoção que sempre tem que se fazer da obra feita.

Os eleitores têm que conhecer o que se faz, têm que saber o ponto da situação da reconstrução.

Vejo cartazes de 8 por 3 em todo o lado a dizer. “obra adjudicada”. Assim sendo, nós também temos todo o direito de dizer à população o que é que já fizemos, o que é que estamos a fazer e o que falta fazer.

Em relação aos requerimentos, eles vão ter o processo normal de resposta, como normalmente o Governo faz.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado:

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira tem, como é natural, nos tempos que vão correndo, duas partes, uma mais de natureza político-partidária e outra mais virada para os sinistrados e para o processo da reconstrução.

Isto não é nenhuma crítica, é próprio dos tempos que vamos correndo.

O processo de reconstrução é, naturalmente, um processo que foi aprovado nesta Casa e, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista social, é discutível como qualquer processo desta ou doutra dimensão. Relativamente a isso não há qualquer dúvida.

A Sociedade Promotora de Investimentos Imobiliários surgiu, como bem disse o Sr. Deputado Decq Mota, numa altura de estrangulamento e de boicote financeiro por parte do Governo da República. Foi uma necessidade e surgiu com o objecto que se entendeu que devia surgir, que é claro, que foi definido nesta Casa e está a levar a cabo as empreitadas da reconstrução e irá levar a cabo outros investimentos no Pico, no Faial e também em outras ilhas, não à custa dos sinistrados do Pico e do Faial.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Evidentemente, é preciso que esta sociedade recorra ao endividamento, mas é muito diferente recorrer ao endividamento para resolver este tipo de problemas, nomeadamente os problemas habitacionais dos sinistrados e dotar as ilhas de infra-estruturas que são fundamentais para o seu desenvolvimento, do que vender activos para reduzir artificialmente défices, quando se sabe que essa venda de activos para redução de défices corresponde exacta e rigorosamente a aumentos de passivo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Estamos a falar de coisas e a tratar de situações completamente diferentes.

Sr. Deputado Decq Mota, o senhor colocou uma questão, do meu ponto de vista, muito importante que é a questão dos sinistrados do 1º escalão que não estão nas empreitadas.

O meu entendimento, e julgo que esse só pode ser o entendimento dos deputados das ilhas sinistradas, é de que logo que esteja em fase de conclusão o actual processo de empreitadas, e que será o final deste ano com as obras concluídas ou, pelo menos, com todas elas em andamento, é evidente que tem que haver um levantamento sério e rigoroso dessas situações e tem que se encarar seriamente a possibilidade duma nova empreitada para colocar essas pessoas que têm, de acordo com a lei, os mesmos direitos de todos os outros que, nessa circunstância, também tiveram direito à empreitada.

Este é o meu entendimento e julgo que só pode ser este o entendimento, pelo menos, dos deputados das duas ilhas que foram afectadas pelo sismo.

Gostaria que isto ficasse claro, porque julgo que terá que ser este o entendimento e terá que ser este o caminho.

A SPRHI, SA tem tido como primeira prioridade o processo de reconstrução e quanto a isso não há dúvida nenhuma.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi isso que o Sr. Secretário disse.

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não estou a falar do que disse o Sr. Secretário, estou a falar daquilo que é o meu entendimento e tenho esse direito, assim como qualquer deputado desta bancada.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Portanto, por uma questão de justiça e de igualdade, é este o caminho que terá que ser seguido.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor votou ao lado da sua bancada contra uma proposta para a reconstrução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

(* **Deputado Renato Leal (PS)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final da minha primeira intervenção quando estava a falar do abastecimento de água, estava a tentar desenvolver um raciocínio que me iria conduzir àquilo que o meu camarada de bancada, Lizuarte Machado, acabou de proferir.

Eu penso que em determinada altura deste processo, como já referi, da mesma maneira que há medida que o abastecimento que vai sendo cada vez mais frequente nas populações, aqueles que ainda não o têm aumentam o volume da contestação para que ninguém se esqueça de que eles não estão ainda efectivamente servidos.

Desta forma queria dizer que o facto de haver cada vez menos casos, uns mais complexos do que outros, por resolver, não significa que neste processo haja um descontentamento generalizado, que haja um grande descontentamento, mas que aqueles casos que ainda não estão completamente resolvidos ou nem sequer têm o início dum processo devidamente organizado, devam ser esquecidos.

Eu estou em perfeita consonância com aquilo que disse o meu camarada de bancada, Deputado Lizuarte Machado, e ninguém necessitará que eu diga, para ficar registado no diário das sessões, que continuo a ter posições nem sempre coincidentes com quem tem a primeira responsabilidade relativamente a este processo.

Todavia, da mesma forma que em determinada fase do processo houve casos que parecia que não tinham solução à vista como é o caso dos “*sem terra*”, e perdoem-me utilizar esta expressão, mas nós nos corredores é assim que os identificamos. Eu não quero que os sinistrados nem os seus familiares se sintam ofendidos com esta designação.

Portanto, este caso específico que em determinada altura também não teve o acolhimento rápido e unânime que muitos de nós estávamos à espera que acontecesse, vai, finalmente, ser contemplado.

Eu não tenho expectativas de que comece a ser contemplado em 2004, porque o diploma ainda não veio a plenário e até que se inicie todo esse processo, tendo quase a certeza de que será o ano de 2005 que será o ano de iniciação deste processo.

Por tudo isto continuo a acreditar que alguns dos casos que têm que ver com os sinistrados e que neste momento ainda não estão resolvidos hão-de ter a sua resolução pela mão do Partido Socialista.

Não gostaria de terminar esta segunda intervenção sem deixar aqui uma nota de que ando atento pelas outras ilhas.

Entre o último plenário e este, o Partido Socialista realizou Jornadas Parlamentares na Graciosa e em S. Jorge.

Na Graciosa, sem prazer, e fazendo o possível para que a minha presença não fosse tão visível como a de um fiscal de obras, verifiquei que dois pré-fabricados de sinistrados do sismo de 80 e cujo assunto tinha sido tratado no âmbito da reunião da Comissão de Política Geral, realizada no último trimestre de 2002, ainda existem junto do que suponho serem umas piscinas municipais. Não tenho nenhum prazer em que esta situação ainda subsista, mas para quem tão alto tem levantado a bandeira gloriosa de que o processo de reconstrução de 1980 foi efectivamente exemplar, este nicho não valoriza em nada tão epíteto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E este Governo ainda não fez nada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Houve realmente um esforço grande da parte do Deputado do Partido Socialista de procurar desviar o essencial daquilo que eu aqui coloquei, para questões que têm a ver com campanha eleitoral, com questões que têm a ver com o Governo da República e com outra série de questões sobre o enquadramento da SPRHI-SA, mas sobre essas eu pu-las ali com toda a seriedade e com toda a clareza e não vale a pena estar a ressuscitar problemas e oposições que estão ultrapassadas e ainda bem que o estão para bem dos sinistrados e, por isso, estas questões para mim são laterais.

Eu quero é o essencial do problema que aqui levantei que tem a ver com a função da SPRHI, SA em relação ao objectivo para que foi criada. Eu não tenho dúvidas de que a SPRHI, SA foi criada com um objectivo lato e que aquilo que ela está fazendo nas estradas está de acordo com os seus estatutos.

O que eu contesto é que se criou a SPRHI-SA em primeiro lugar, e a justificação foi dada nesta Casa nesse sentido, para resolver o problema da reconstrução e para o qual se disse que se foi à banca buscar 50 milhões de contos, 13 milhões já vão em estradas.

Se os senhores dissessem que estavam a resolver todos os problemas da reconstrução e vão também fazer estradas, mil amores. Mas pior do que isso é que os senhores avançam com a SPRHI para fazer estradas em detrimento da reconstrução.

Acho muito bem que façam todas as estradas que prometeram e que não vão fazer, mas façam-nas com o Orçamento da Região e não com o dinheiro que a SPRHI, SA foi buscar à banca para financiar a reconstrução. Foi isso que foi dito.

E mais:

Os senhores acham bem que sinistrados idosos, que são aqueles que neste momento estão mais em causa, porque não resolveram os problemas a tempo, estão colocados fora das empreitadas e não conseguem, apesar das boas palavras.

Registo aqui a posição consensual que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui colocou, mas a verdade é que o senhor diz isso e a SPRHI, o CPR e o Governo dizem e fazem exactamente ao contrário do que o senhor disse, dizendo o seguinte: “O senhor quer a administração directa, está aqui o dinheirinho. Não quer a administração directa, fica de fora”.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O senhor acha bem dizer isto a um sinistrado, e estão em causa cerca de 300 casos, quando se gasta milhares nesta brincadeira que está aqui. O senhor sabe quanto é que isto custou ao erário da Região, pago pela SPRHI, SA? Custou 10 contos cada uma. O senhor acha bem? Nem uma tese de doutoramento das melhores deste mundo custa 10 contos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é demagogia.

O Orador: Isto não é demagogia, é a verdade. Cada um destes exemplares custou 10 contos e cada página que aqui está custou 280 escudos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é o essencial da sua intervenção.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Na Terceira como é que foi? Não foi por administração directa?

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira, terminou o seu tempo.

O Orador: Já vou concluir, Sr. Presidente, dizendo simplesmente isto: Eu ainda não me esqueci, e seguramente os sinistrados destas ilhas que ainda têm o seu problema por resolver ainda não se esqueceram...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas vão-se esquecendo de si!

O Orador: ... das palavras que o Sr. Presidente do Governo disse e essas palavras foram que não descansava enquanto houvesse um sinistrado sem casa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E não descansa.

O Orador: O descanso dele é fazer estradas para ganhar as eleições e deixar os sinistrados pendurados como ainda estão.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Srs. Deputados, tenho ainda inscritos os Srs. Deputados José Decq Mota, Hernâni Jorge, Renato Leal e Duarte Freitas.

Pedia ao Sr. Secretário que me desse os tempos.

O PS ainda dispõe de 14 minutos

O PP ainda tem 10 minutos

O PSD já não tem tempo

O PCP tem 5 minutos

Governo tem 10 minutos.

Isto significa que os nossos trabalhos vão ser interrompidos agora e recomeçamos às 15,00 horas ainda neste período de tratamento de assuntos políticos.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

(Neste momento o Sr. Secretário, Deputado António Loura, ocupou o seu lugar na Mesa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate motivado pelas questões levantadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira, eu gostaria, em relação às intervenções que me antecederam, de fazer duas ou três observações, dentro do tempo que disponho.

Em primeiro lugar, referindo-me ao Sr. Secretário Regional da Economia e à sua intervenção, gostava apenas de chamar a atenção para um aspecto concreto.

O Governo Regional e os membros da maioria durante uns meses afirmaram sempre que a reconstrução ia acabar em 2004. Depois essa afirmação foi rectificada aqui nesta Casa e as empreitadas públicas em curso acabariam em 2004. De facto vão acabar, salvo, eventualmente, um ou outro aspecto pontual de atraso.

O Sr. Secretário Regional há pouco fugiu-lhe outra vez a expressão de que a reconstrução acaba em 2004 e eu gostava só de chamar a atenção de todos para o seguinte aspecto: é que sempre que isto é dito por um responsável do Governo, lança um alarme enorme nas centenas de sinistrados que não têm ainda os seus casos com perspectiva de resolução. Os senhores, por favor, nunca se esqueçam disso, porque é efectivamente assim que acontece, é automático. Hoje mesmo, amanhã e nos próximos dias, podem ter a certeza, vou receber telefonemas de sinistrados a perguntar o que é que se passa, porque afinal a reconstrução vai acabar

este ano. Os senhores não tenham dúvidas de que é isto que, de facto, sucede e chamava a vossa atenção para isto.

Queria também dizer que ouvi com muita atenção e com muito agrado aquilo que os Srs. Deputados Lizuarte Machado e Renato Leal disseram, nomeadamente o Sr. Deputado Renato Leal vir sublinhar e apoiar aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Chamava a atenção para aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, e com o qual não posso deixar de estar de acordo, é exactamente aquilo que eu na minha intervenção disse e apelei para que fosse feito, ou seja, abrir, quando for possível, mais uma empreitada.

O que eu gostava de colocar à bancada da maioria, ao Governo e a todos as bancadas desta Casa é uma questão muito concreta e objectiva.

Nós temos em tramitação, vinda do Governo, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que, uma vez aprovada com os devidos acertos que eventualmente possa necessitar, poderá resolver os 117 casos dos chamados “*sem terra*”.

O desafio que vos lanço é que nessa Proposta de Decreto Legislativo Regional seja incluído um, dois ou três normativos que assegurem, que garantam e que descansem todos os sinistrados de que, para além desses 117, todos os casos serão resolvidos.

Portanto, vamos ter a oportunidade, em Abril ou Maio, de nesta Casa tomar uma atitude, tomar uma decisão que pode contribuir para que toda a gente fique descansada, independentemente de demorar mais ou menos um ano, de que tem uma clara base legal para que os seus casos sejam resolvidos e que nenhum deles seja administrativamente arquivado, que é o cutelo que está sobre a cabeça de alguns sinistrados neste momento.

Se tivermos vontade política de fazer isso, nós pela nossa parte temos, se tivermos vontade política de encontrar as soluções correctas e se tivermos capacidade de o fazer, acho que prestaremos um belo serviço e todos nós nos poderemos orgulhar desse serviço, nesta ponta final da reconstrução.

Fica o desafio, fica o apelo. No fundamental fica a proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas ou três observações relativamente a este debate, também motivadas pela última intervenção do Deputado José Decq Mota, para reafirmar aquela que tem sido sempre a posição deste Grupo Parlamentar, várias vezes também trazida aqui pela minha voz, de que o essencial da reconstrução estará concluído até ao final deste ano. Esta tem sido a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que todos nós podemos constatar e que o Sr. Deputado José Decq Mota também constatou na sua própria intervenção.

O que foi afirmado há pouco pelo Deputado Lizuarte Machado traduz fielmente a posição deste Grupo Parlamentar, ou seja, que uma vez concluídas as actuais empreitadas, ou em fase final de conclusão, deve ser feita uma avaliação séria do estado da reconstrução e em face dessa avaliação, se se entender que existe necessidade de se avançar para mais alguma ou algumas empreitadas, a posição deste Grupo Parlamentar é de que se deve ir por aí, se essa for a conclusão a que se chegue nessa altura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Prescindo.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos passar ao **Período da Agenda da Reunião**, que tem como primeiro ponto a continuação da discussão da **Proposta de Resolução – “Regulamentação da produção de queijo de casa, doce caseiro e outros produtos alimentares de produção artesanal”**, apresentada pelo PCP.

Eu queria informar a Câmara que o PCP apresentou uma proposta de alteração à sua Proposta de Resolução. Creio que já foi distribuída pelos Srs. Deputados.

Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputados Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julguei que este debate tinha terminado ontem, pelo menos para mim. Não fazia tenção de o continuar não fora a última intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia sobre esta matéria, a qual veio trazer-me um conjunto de dúvidas com que neste momento me debato e que gostaria de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar, uma afirmação quase constante de que o que aqui se propõe é um atentado à saúde pública ou, de qualquer forma, um não respeito pelas regras da higiene e da segurança alimentar. Confesso que não vi em parte nenhuma que isso fosse assim.

A segunda questão prende-se com a essência da problemática que está em discussão e eu começaria, e julgo que é importante para se colocar a questão, por dizer que nós estamos a tratar uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo a regulamentação de um Decreto Legislativo Regional, decreto esse que adapta à Região legislação nacional que tem a ver com a actividade artesanal.

Desde logo, a legislação nacional define a actividade artesanal, dizendo que: "... ela deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno", dizendo depois, "... sem prejuízo da abertura à inovação consagrada no artigo seguinte." E quando fala de inovação diz: "... adaptação dos processos produtivos, equipamentos e tecnologias de produção, por imperativos de ordem ambiental e de higiene e segurança no local de trabalho".

Essa mesma legislação nacional, que o Decreto Legislativo Regional adapta à Região, em alteração posterior, que faz parte integrante do Decreto-Lei 41/2001, e salvaguardando os aspectos específicos da produção de géneros alimentícios, diz: "Tratando-se da produção e preparação artesanal de bens alimentares, o artesão tem de exercer a sua actividade em local devidamente licenciado para o efeito e cumprir as normas aplicáveis, nomeadamente as relativas à higiene, segurança e qualidade alimentares".

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): E o licenciamento industrial?

O Orador: Sr. Secretário, deixe-me terminar.

Portanto, isto está legislado a nível nacional e tem que ser respeitado.

Mais adiante diz-se: "Fica submetido a parecer vinculativo dos serviços competentes do Ministério da Agricultura, o reconhecimento do estatuto de artesão e da unidade produtiva artesanal". Portanto, estão salvaguardados os aspectos relativos à higiene e à segurança alimentar.

Temos depois uma portaria regulamentadora que reforça esses aspectos.

O nosso Decreto Legislativo Regional diz apenas que: “A aplicação do dispositivo do Decreto-Lei 41/2002, de 9 de Fevereiro, à Região, faz-se de acordo com as adaptações constantes do presente diploma”.

Diz-se inclusivamente: “Os artesãos detentores do cartão de artesão, emitido nos termos do Decreto Regulamentar Regional 74/88, deverão no prazo de um ano, a contar da publicação das normas regulamentares à execução deste diploma, sujeitar-se ao novo regime de acreditação”. Normas regulamentares que ainda não foram publicadas.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já foram publicadas.

O Orador: Há, pois, todo um novo regime de acreditação...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Acreditação é uma coisa e certificação é outra.

O Orador: ... e no artigo 6º diz-se: “No prazo de 180 dias, a contar da publicação do presente diploma, serão aprovadas as normas regulamentares necessárias à execução das disposições nele contidas, no que respeita à definição e elaboração do reportório regional das actividades artesanais, ao processo de acreditação dos artesão e das unidades produtivas artesanais”.

Portanto, é o próprio Governo Regional que propõe à Assembleia Legislativa Regional que aprove a matéria objecto de regulamentação...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já está regulamentado.

O Orador: ... e que fixa um prazo de 180 dias para que essa regulamentação se faça.

A regulamentação não foi feita e estamos inteiramente de acordo que se recomende ao Governo que a produza com urgência, porque se isto tudo estivesse clarificado, de facto, não estaríamos agora a tentar resolver isto.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não tem nada a ver com licenciamento.

O Orador: O Sr. Secretário não me deixa terminar.

Eu gostaria de analisar estas questões de uma forma serena, calma, tranquila, coisa que não me parece que V. Exa. esteja neste momento a fazer.

O que eu queria dizer, Sr. Secretário, é que a própria legislação comunitária prevê, não obriga e nem impede que haja venda directa de produtos alimentares. Isto está consignado.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não tem nada a ver com licenciamento.

O Orador: Sr. Secretário com este diálogo permanente é impossível. Deixe-me falar agora e inscreva-se para falar depois. Assim não nos entendemos.

Portanto, o que eu queria aqui referir é que faz todo o sentido que se recomende a regulamentação e permita-me que lhe faça o seguinte apelo: pare, pense sossegada e serenamente nisto que eu aqui lhe disse e verá que o seu bom senso lhe dirá que a razão não lhe assiste, porque, em boa verdade, basta ler o artigo 6º para termos a certeza que isto tem razão de ser.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar repensar a discussão de ontem, vou procurar lembrar-me de alguma coisa daquilo que o Sr. Secretário Regional referiu e vou procurar dar alguns elementos em relação a esta matéria.

Em primeiro lugar, a nível nacional esta matéria foi regulamentada com a publicação da Portaria 1193/2003, de 13 de Outubro.

Para além do reportório das actividades artesanais, no anexo II haveria o modelo em que os artesãos poderiam conseguir o seu cartão de artesão e nos modelos seguintes haveria a carta de unidade produtiva artesanal, etc.

Portanto, a nível nacional esta situação foi ultrapassada e que eu saiba nunca foi posto em causa os problemas de higiene e de segurança, conforme é a grande preocupação do Sr. Secretário Regional.

Nós, pela nossa parte, não pomos em causa os problemas das higiene e da segurança, bem pelo contrário, nós entendemos que os problemas da higiene e da segurança são fundamentais para os produtos alimentares, quer sejam para venda directa, quer sejam para venda em mercados, quer sejam para o consumo do próprio agricultor. Não se pode pôr em causa, e nós não o fazemos, problemas de higiene e segurança.

Sobre esta matéria estamos entendidos e da minha parte não volto a reafirmar aquilo que foi aqui reafirmado e que, aliás, tem sido também referido pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Esta é, portanto, uma matéria que está encerrada.

Agora, há um outro conjunto de matérias que têm efectivamente que ser regulamentadas.

O Sr. Secretário Regional ontem disse que: “Está regulamentado e amanhã estará publicado no Jornal Oficial”. Certamente estará, porque eu tenho aqui o despacho 13/2004 que apareceu hoje de manhã através da Internet, mas, em face dos trabalhos, não tive tempo de aprofundar a matéria, como é lógico. Naturalmente que o Sr. Secretário a tem aprofundada. Eu não tive tempo de aprofundar a matéria e ainda há pouco o Sr. Deputado Joaquim Machado também referiu o mesmo.

No entanto, foi publicado e apesar de apenas ter lido transversalmente esta matéria, já tenho uma grande preocupação, que não a vou aprofundar hoje aqui, mas que a quero deixar, porque uma das bases para que o artesão seja classificado para acesso a melhorias das suas instalações ou para ter a sua actividade, é ter, pelo menos, dois anos de actividade.

Se o artesão ainda não se pode inscrever como artesão, se ainda não tem o cartão de artesão, se a legislação regional ainda não o tornou artesão, no entanto, ele para ser contemplado com os apoios, já tem que ser artesão há dois anos.

Esta é uma abordagem que não tive tempo de aprofundar, mas nesta primeira abordagem, para mim, é uma incongruência grave, porque se há vontade em que se

ponham os artesões a funcionar devidamente, com as condições de higiene, com as condições de segurança, tem pura e simplesmente que se iniciar todo o processo de novo, tem que se dar condições a que os artesãos possam, a partir de hoje, exercer as suas actividades, ou melhor, criar condições para ter instalações que lhes permita trabalhar nas melhores condições de higiene, nas melhores condições de segurança, usando as técnicas tradicionais, usando o conhecimento consuetudinário que eles têm e que lhes vêm de há centenas de anos.

Portanto, penso que é matéria que apesar de estar aqui a ser equacionada, não quer dizer que não volte a ser.

Nós da nossa parte, como disse já ontem o Sr. Secretário e quero aqui repetir, até não vamos tão longe como foi o Sr. Deputado europeu Paulo Casaca do Partido Socialista, porque em nosso entender ele vai muito mais do que isso. Nós não dizemos que está a ser dinamitado a ocupação do espaço artesanal. Não dissemos, nem dizemos isso. Quem o disse foi o Sr. Deputado Paulo Casaca, Sr. Secretário Regional.

A nossa intenção não é querer criar à volta disto situações de incompatibilidades, seja do que for e que eu não quero classificar.

O que nós queremos é dar um contributo sério para que, com seriedade, se comece da base a resolver uma situação, que é importante e essa situação tem que reconhecer o que está para trás e tem, a partir de agora, que criar condições para que os nossos produtos artesanais sejam valorados, sejam, de facto, produtos que possam ser comercializados, dentro do nosso meio, nas melhores condições.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(*) **Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Reconheço que ao fazer esta intervenção começo com alguma dúvida se efectivamente se vai conseguir sair desse monólogo em que nós falamos para as nossas bancadas. Vou fazer um esforço, embora voltando um pouco atrás e ao nascimento desta Proposta de Resolução.

Foi apresentada uma Proposta de Resolução pelo PCP com dois pontos, que foi alterada em Comissão para três pontos, distinguindo uma coisa que achamos importante que são os dois aspectos que aqui têm estado em discussão, embora com alguma confusão.

Por um lado, a regulamentação, que é o que está no novo ponto um, do Decreto Legislativo Regional nº 19/2001/A, de 10 de Dezembro.

Em relação a isto, eu queria só, porque se volta repetidamente a falar nos 180 dias que estavam no artigo 6º desse diploma, recordar que esses 180 dias, que já foram aqui suscitados várias vezes e até lidos literalmente, eram exactamente a transcrição *ipsis verbis* da mesma disposição que estava no diploma nacional, artigo 21º, que previa a nível nacional, diploma 41/2001, de 9 de Fevereiro, a regulamentação no prazo de 180 dias a contar da publicação do presente diploma, a aprovação das normas regulamentares necessárias à execução das disposições, no que respeita à definição do reportório.

Aquele texto já foi aqui lido e não volto a lê-lo, previa exactamente o mesmo prazo de 180 dias. O que é que aconteceu a nível nacional? Esse diploma só foi regulamentado a nível nacional...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Guterres não o regulamentou.

O Orador: ... por uma portaria que aqui foi citada, a Portaria nº 1193/2003, de 13 de Outubro, ou seja, apesar de ter a disposição de 180 dias só foi regulamentado dois anos, 8 meses e 4 dias depois, que é o intervalo que há entre 16 de Fevereiro e 13 de Outubro de 2003.

Se compararmos isso, e podemos fazê-lo, com aquilo que aconteceu a nível regional, porque sabemos que a Portaria está feita e vai ser publicada hoje ou amanhã, dá comparativamente 2 anos, 4 meses e 9 dias para a regulamentação. De qualquer maneira são menos 3 meses e 26 dias do que foi a nível nacional, apesar dos diplomas nacional e regional terem os 180 dias.

Podem dizer que mesmo assim houve atraso regional, mas há uma explicação para esse atraso. Esse atraso deve-se só a uma preocupação que é a de acompanhar a legislação nacional sobre essa matéria. Não fazia sentido nenhum fazer, por exemplo, um reportório das actividades artesanais nos Açores, sem que houvesse

um reportório das actividades a nível nacional que até tem que ter equivalência com a classificação das actividades económicas e isso só foi publicado exactamente com esta Portaria, ou seja, 2 anos, 8 meses e 4 dias depois, que abrange não sei quantas vezes os tais 180 dias iniciais.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Isto a nível nacional poderá ter mil e uma explicações, a nível regional explica-se por uma razão muito simples, é que a nós não nos interessa ter uma classificação de actividades artesanais regionais que não seja compaginável, que não seja coordenável com a nacional.

Depois desse reportório de actividades a nível nacional ter sido publicado e se encontrarmos alguma diferenciação em relação a elas, então introduziremos nova regulamentação a esse respeito. Provavelmente não vai ser necessário para o caso concreto que aqui está.

Nós temos no grupo 12 todas essas actividades artesanais de bens alimentares cobertas, onde estão os bolos, doçaria e confeitos, onde está a produção de queijo e outros produtos lácteos.

Portanto, há aqui uma razão, porque não se pretende criar um gueto regional nessas actividades, como não se cria noutras, que tem de haver uma correspondência nacional.

É isso que explica o não respeito pelos 180 dias. Não era possível fazer doutra forma e o que se fez foi feito no tempo próprio, que só podia ser depois de Outubro de 2003. É isso que se sabe que está feito.

Por isso aprovamos esse primeiro ponto em Comissão e voltamos a aprová-lo agora, porque ele traduz, quer aquilo que poderá vir a ser feito a partir daqui, quer aquilo que foi feito dentro desse condicionalismo que se assumiu politicamente e que pôs em desconformidade a perspectiva política de realização dessas coisas com os 180 dias, que não puderam ser respeitados a nível nacional, mas que foram feitos com mais rapidez, volto a sublinhar este pensamento...

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem que concluir.

O Orador: É uma primeira intervenção.

Presidente: Não me disse nada e eu julguei que era para esclarecimentos.

O Orador: Já agora, quanto tempo ainda disponho.

Presidente: Tem ainda 4 minutos.

O Orador: Portanto, suponho que em relação a essa questão estamos todos esclarecidos.

Em relação aos outros dois pontos em 3 meses e não sei quantos dias o Governo Regional fez mais. Está tentando fazer, embora isso seja extremamente difícil, o que está no ponto 2, que foi sublinhado na Comissão e as pessoas que lá tiveram sabem isso, que é essa regulamentação necessária à situação artesanal. Será possível ou não fazer?

É uma questão que está em aberto e como está em aberto deixa de ser continuada aqui, porque o que existe actualmente em vigor é um tipo de legislação nacional que tem que ser respeitada na Região.

Aliás, de acordo com o espírito do segundo diploma nacional, introduziu uma diferença em relação à classificação de artesão. Não é apenas o artesão considerado como tendo aquele que tem o cartão, porque está lá nos 14 artigos dos 16 que foram modificados que ele também tem que fazer isso numa unidade produtiva artesanal, o que aponta para nova legislação diferente em relação à legislação que existe em vigor para o licenciamento dessas actividades, mas essa legislação diferente não está feita nem a nível nacional, nem a nível regional. Existe a possibilidade de ser feita, mas terá que ser sempre feita, como a anterior legislação, em coordenação com os passos que forem dados a nível nacional, exactamente pela mesma razão, porque não queremos ter actividades com categoria artesanal licenciadas para essa categoria, mas sem a capacidade de serem reconhecidas a nível nacional ou mesmo a nível comunitário, em relação ao qual se está tentando fazer legislação, existindo directivas a esse respeito.

Suponho que fiz o possível para falar para a minha bancada e para fora dela em relação a estes dois aspectos.

Em relação ao terceiro aspecto que é o dos apoios que já estão reconhecidos e já estão publicados, vão fazer aquilo que é necessário que se faça para que se possa dar as condições financeiras para que essas pequenas actividades tenham condições para serem licenciadas de acordo com a legislação.

Portanto, o quadro actual está completo. Pode ser perfeito, pode não ser. É natural que seja sujeito a alterações.

Como vimos essas alterações foram feitas sucessivamente em diplomas nacionais e em diplomas regionais que nunca deveriam ter tido, como bem se reconheceu a nível nacional, embora não se tenha reconhecido a nível regional, nenhum prazo limite para serem regulamentados, porque isso efectivamente não é possível, nem foi possível a nível nacional onde havia total autonomia jurídica e política e a nível regional não havia vantagem em fazer uma regulamentação que não fosse precedida e coincidente com a nacional.

É dentro desta perspectiva que o Governo Regional está trabalhando, que nós vamos aprovar esta resolução com um ligeiro retoque que foi sugerido para o ponto 2 do texto inicial em que poderia ter uma interpretação negativa para a Inspeção das Actividades Económicas e que aceitamos que ela possa ser arredada.

Gostaria ainda de chamar a atenção apenas para um aspecto que essa Proposta Resolução põe em evidência que é a aplicação das novas disposições do Regimento da Assembleia com um tratamento diferente para as Resoluções. Sublinho isso, porque se não fosse essa possibilidade de fazer essas alterações, que no anterior Regimento não existiam, nesse caso o que teria acontecido era que nós não poderíamos aprovar esta Proposta de Resolução, como aconteceu em outras situações.

Com essas alterações e com este quadro que foi explicado, aprovamos estes três pontos da Proposta de Resolução, estando em consonância total com aquilo que aqui se propõe, com aquilo que vem sendo a prática do Governo Regional, quer no que já regulamentou, quer naquilo que faltará, porventura, aperfeiçoar nessa legislação.

Não pretendo encerrar de maneira nenhuma a discussão, mas o que eu desejava era definir a posição do PS e na medida em que pudesse servir de alguma coisa para esclarecer algumas nebulosas que pudessem ter ficado, sobretudo em relação a prazos, a atrasos ou não atrasos.

A situação é efectivamente esta. Entendemos que não há atrasos, que a legislação tem sido feita e a regulamentação em tempo oportuno. Há inclusivamente avanços e

é isso que está traduzido no ponto 2, sobre o que é a legislação nacional, em relação ao licenciamento, mas essa perspectiva fica apenas aberta e não concluída.

Muito obrigado.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho um compromisso e tenho de sair daqui a um quarto de hora, mas vou tentar ser rápido e breve, explicando algum mal entendido que houve aqui ontem e hoje.

Em relação à regulamentação, o Decreto Legislativo Regional do Licenciamento Industrial foi publicado em 88 e no seu artigo 15º dizia que no prazo de 60 dias o Governo Regional aprovará, por Decreto Regulamentar Regional, a regulamentação do presente diploma.

Passou-se 89, 90, 91 e só passados 4 anos e meio é que o Decreto Regulamentar surgiu.

Portanto, em relação ao cumprimento de prazos estamos conversados.

Perguntam-me por que é que só surge hoje ou amanhã a Portaria que vai regulamentar o Decreto Regional. Já foi explicado, mas vou voltar a explicar.

O Decreto-Lei que apareceu a nível nacional surgiu em 2001. Nós que acompanhamos de perto o que se está a fazer a nível nacional, porque temos assento na Comissão Nacional de Promoção das Actividades Artesanais, sabíamos que passado pouco tempo este Decreto-Lei ia ser alterado e quando publicamos o nosso, não fizemos a sua regulamentação e esperámos que o novo Decreto-Lei surgisse, o que aconteceu em 2002, mas só foi regulamentado pela Portaria que surgiu em 2003, como já foi aqui descrita e vou explicar por que é que só agora é que publicamos a nossa Portaria.

Uma das coisas que nós temos nesta Portaria é o cartão de artesão e nós queríamos que ele fosse o mais parecido possível com o nacional, ou seja, para que o cartão de artesão nacional e regional fossem semelhantes, variando apenas em Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Economia e Centro Regional de Apoio ao Artesanato, a nível nacional surgia a Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Micro-empresas Artesanais, em que teria o mesmo logotipo e tudo

o que fosse semelhante e, portanto, só podíamos publicar depois que aparecesse a nível nacional. Tivemos algum tempo hesitante relativamente às cores e só por isso é que mandámos para publicação em Fevereiro.

Vamos arrumar este assunto de uma vez por todas.

Leiam a Portaria nacional, leiam a Portaria regional e vão ver que estas Portarias não resolvem em nada o problema do licenciamento e aqui dirijo-me directamente ao Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, que tinha obrigação de falar de uma forma diferente, pela sua formação profissional e pela experiência que teve no cargo.

Se o Sr. Deputado percebesse e estudasse um pouco melhor todos estes documentos, verificava uma coisa muito simples:

O Decreto-Lei nacional sobre o artesanato diz de uma forma muito clara que para se reconhecer o cartão de artesão é preciso que se esteja a trabalhar numa unidade que esteja licenciada.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Foi isso que eu disse e isso não está regulamentado.

O Orador: A unidade artesanal para ser reconhecida tem que ser previamente licenciada.

Mais:

Nos projectos de venda directa fica claramente definido que se tem que obedecer ao licenciamento industrial

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Não!

Deputado Francisco Sousa (PS): Sim! Essa é que é a diferença.

O Orador: Sr. Deputado, aquilo que está aqui definido tem que obedecer ao Decreto-Lei nº 57/99, de venda directa, que é o mais simples deles todos. Eu já lhe expliquei isto ontem, mas o Sr. Deputado parece que não ouve ou não quer ouvir.

Mesmo para a fabricação de queijo até 10 mil litros de leite por ano eles são obrigados a ter, para efeito de licenciamento industrial, os estabelecimentos de venda directa e, portanto, ficam sujeitos à disciplina do Decreto Regulamentar nº 25/93

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Então são incompatíveis.

O Orador: Meus senhores, eu tenho conhecimento claro desta questão, e os senhores têm que reconhecer isso, porque eu tenho uma Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia que está em contacto com a Direcção-Geral de Comércio, Indústria e Energia, tenho uma Inspeção das Actividades Económicas que está em contacto com a Inspeção-Geral das Actividades Económicas, tenho um Centro Regional de Apoio ao Artesanato que está em contacto directo com a Comissão Nacional das Artes e Ofícios.

Também quero dizer que aqui na Região nunca farei legislação regional sobre segurança alimentar.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Acho bem que o faça.

O Orador: Nunca o farei e acho muito bem que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, como veterinário que é, diga exactamente ao contrário daquilo que disse, porque a segurança alimentar é geral.

O senhor sabe perfeitamente que a nível nacional e a nível europeu nós seguimos uma determinada legislação do Codex Alimentárias. A nível dos Estados Unidos seguimos a FDA (Food and Drug Administration)

Portanto, em regras de segurança alimentar nós não inovamos, nem o Sr. Deputado, que é veterinário, vai inventar regras de segurança alimentar,...

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Eu não invento nada.

O Orador: ... nem sou eu que vou inventar regras de segurança alimentar. Elas existem, são aplicadas a nível nacional e nós devemos cumprir aquilo que está definido a nível nacional.

Podemos influenciar a nível nacional, podemos até influenciar a nível comunitário, mas existe uma posição comum, tomada recentemente, em 24 de Fevereiro de 2004, que recomenda aos países a adopção de regras claras sobre este assunto.

Sr. Deputado, as regras que são aplicadas a nível comunitário, serão aplicadas a nível nacional. Poderemos evoluir alguma coisa, mas é a nível nacional que isso deve ser feito.

Eu nunca faria legislação a nível regional sobre segurança alimentar.

Se é preciso, para que a actividade artesanal seja licenciada, ter uma casa de banho autónoma, terá que ter.

Se na classe C, que actualmente são até dois trabalhadores e até 200 m², é obrigatório que as paredes sejam laváveis, que o tecto tenha 3 m de pé direito, terá que ser. Isso eu não posso alterar, Sr. Deputado. Há regras de boas práticas de fabrico que são gerais e elas terão que ser obrigatórias para todos, quer seja artesanal, quer seja industrial e não há ninguém que possa modificar isso. Não é o senhor, não sou eu, nem outra pessoa qualquer que pode alterar essas regras.

Elas são definidas a nível nacional e terão que estar em consonância a nível comunitário e a nível internacional, porque recebemos turistas de tudo o que é mundo, não queremos que um turista que vá às Flores ou ao Corvo, possa ter um problema qualquer de intoxicação alimentar e morrer em consequência duma actividade que foi licenciada indevidamente, não obedecendo às regras nacionais ou comunitárias. Para isso não contem comigo.

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar, pois já ultrapassou em muito o seu tempo.

O Orador: Podem contar comigo para trabalhar a nível nacional para tentar encontrar soluções. É por isso que concordo com esta Resolução.

Eu conheço as pessoas que estão a trabalhar a nível nacional nesta área e por essas pessoas terem visitado as pequenas fabriquetas que existem nas Flores, é que surgiu este problema.

Nós estamos a ser inovadores, porque fizemos algumas regras que enviámos para a Comissão Nacional de Apoio às Artes e Ofícios, que foram bem aceites, mas que têm que ter a evolução natural a nível nacional para poderem fazer parte da legislação nacional. Isso nunca será feito a nível regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

V. Exa. pôs na minha boca e na minha mente coisas que eu não disse e não pensei.

Felizmente orgulho-me da minha profissão e de a ter exercido há quase 30 anos, da forma mais competente que pude e soube e julgo que tenho prestado um bom serviço a esta Região, exactamente nessa área dos licenciamentos sanitários.

Agora, julgo que há aqui uma certa confusão em relação ao licenciamento industrial.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não há nenhuma confusão.

O Orador: Eu digo-lhe desde já, Sr. Secretário, que pode haver higiene e segurança alimentar fora de qualquer contexto de licenciamento industrial.

O que é importante aqui é definir um conjunto de actividades artesanais que produzam um determinado número de produtos que fazem parte da nossa identidade, que são produzidos de acordo com as tradições que fazem parte do nosso acervo, do nosso património. É esta a questão que se põe.

Confundir ou obrigar isso a um licenciamento industrial...

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Economia)

O Orador: Sr. Secretário, eu estive calado enquanto V. Exa. falou. Agradecia que ouvisse serenamente aquilo que eu tenho para dizer. Ouvimos o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que deu um excelente contributo quanto à questão dos prazos da regulamentação e ficamos todos cientes das dificuldades do Governo Regional em proceder à regulamentação.

Sr. Secretário, para mim há aqui um aspecto, que é o mais importante de todos, e que é o seguinte:

Há cidadãos desta região que toda a vida produziram um determinado produto que faz parte do nosso acervo e da nossa identidade como povo, que estão a ser impedidos de actuar e estão a ser multados porque não há legislação.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Há legislação.

O Orador: Sr. Secretário, eu não pretendo inventar coisa nenhuma. Ninguém mais do que eu, até por imperativo profissional, defende a saúde pública e a segurança alimentar e far-me-á V. Exa. a justiça de me reconhecer isso. Tem sido esse o objectivo da minha profissão durante toda a vida e, portanto, não aceito que agora me ponham isso em causa.

O que eu quero dizer é que a actividade artesanal está definida no Decreto-Lei nacional. Pode haver outros que sejam incompatíveis com este, mas o que se está a pôr aqui é este Decreto-Lei que diz que: “A actividade artesanal caracteriza-se pela

fidelidade aos processos tradicionais em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno”. Isto é que é importante.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Para além disso tem que ser licenciado.

O Orador: E diz-se ainda na acreditação da unidade artesanal ou da unidade produtiva artesanal que, no caso de produtos alimentares, deverá ser submetido a parecer vinculativo dos serviços competentes do Ministério da Agricultura. Quando se trata de produtos de origem animal, que eu saiba, o licenciamento sanitário, a verificação do cumprimento das normas de higiene, não são uma competência da sua Secretaria, mas do seu colega Vasco Cordeiro, da Secretaria da Agricultura e Pescas.

Por isso mesmo é que se exige o parecer vinculativo dos serviços do Ministério da Agricultura e Pescas.

Aqui e agora, o que se pede é que se regule a actividade e que se faça o repertório. Há toda a conveniência em haver uma compatibilização das actividades artesanais com classificações regionais com as nacionais, mas o nosso próprio Estatuto inclui nas matérias de interesse específico e na definição dos poderes legislativos e da iniciativa legislativa da Região, turismo, folclore e o artesanato. Sublinho, o artesanato.

Portanto, havendo a lei quadro publicada, o Decreto-Lei que a regulamenta, nada impede que nós tenhamos o nosso próprio repertório, que nós tenhamos a matéria regulamentada.

Sr. Secretário, o facto que está aqui em discussão é que, independentemente das regras de higiene e de segurança alimentar, que são para cumprir de acordo com as normas, é urgente regulamentar esta matéria para que cidadãos desta Região, que produzem bens alimentares, que podem estar incluídos na actividade artesanal e serem produzidos de acordo com esta actividade, não sejam prejudicados.

É apenas isto, Sr. Secretário.

(Aplausos das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu pedi para intervir neste debate em função da intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, Presidente da Comissão de Economia, tendo eu também participado nos debates desta matéria nesta Comissão e não é para nenhuma polémica especial, bem pelo contrário.

Em primeiro lugar, queria concordar com o Sr. Deputado Dionísio de Sousa em relação, genericamente, àquilo que disse sobre a evolução da discussão.

Queria concordar e manifestar compreensão pelas questões da regulamentação e das dificuldades, neste caso concreto, de cumprimento de prazos e gostaria de dizer, também sem nenhuma espécie de complexo, que a nossa motivação política para tratar politicamente este assunto, também teve a ver com o facto de em determinado momento, no final do ano passado, ter aparecido regulamentação nacional e, portanto, também teve a ver com isso, porque percebemos claramente que desbloqueia um bocado o evoluir normal e natural que as coisas têm.

Com toda a serenidade e sem entrar no debate que já está feito, quer pelo Deputado Paulo Valadão, quer pelo deputado Sequeira de Medeiros, quer pelo Sr. Secretário Regional, queria apenas sublinhar o seguinte:

Tenho a ideia e saio de todo este processo com a convicção reforçada de que a iniciativa, que é política, do Grupo Parlamentar do PCP, não só teve justificação como ajudou a que fosse feito um debate à volta de um problema que, do ponto de vista social e económico, é um problema importante, que vai continuar a ter o tratamento que deve ter pela parte do Governo, que vai ter a sua resolução.

Percebendo-se como se percebe que por vezes pode haver situações que são difíceis e até algo confusas, estou convicto que este debate, esta iniciativa, no plano político, foi um contributo para uma clarificação.

É por tudo isso que o Grupo Parlamentar do PCP fica satisfeito por ter tomado a iniciativa e espera que a sua aprovação seja, de facto, um sinal do interesse político

unânime em que estes assuntos tenham uma evolução, que pode não ser fácil, mas que tem que existir e que tem que ser positiva para encontrar-se o objectivo final.

Era só isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, estamos em condições de votar.

Antes de passarmos à votação eu tenho necessidade de esclarecer a Câmara para ficarmos conscientes do que vamos votar.

Como disse o Sr. Deputado Dionísio de Sousa há uma proposta inicial do PCP que tem dois pontos. Depois na Comissão essa proposta, como poderão verificar, foi alterada e passa a ter três pontos. O terceiro ponto não está aqui escrito, mas o Sr. Deputado José Decq Mota esclareceu-me que este terceiro ponto era igual ao segundo da proposta inicial.

Entretanto o Grupo Parlamentar do PCP, para efeitos práticos de votação, assumiu a alteração que vem da Comissão e, finalmente, entregou hoje uma nova proposta para os pontos 1 e 2.

Assim sendo, quando o PCP assume a proposta de alteração da Comissão, está a assumir apenas em relação ao terceiro ponto, porque o primeiro e o segundo pontos acabou de alterar.

Creio que está tudo entendido. Vamos votar em conjunto esta Proposta de Resolução, compreendendo exactamente estes três pontos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O nosso próximo ponto da ordem de trabalhos, por acordo entre os Presidente dos Grupos Parlamentares, é a **“Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA”**.

Como sabem tínhamos um na Rádio e outro na Televisão, tendo sido agora unificado.

Fomos notificados para eleger o nosso representante e é isso que vamos fazer de imediato.

O Partido Socialista fez chegar à Mesa uma proposta que diz o seguinte:

“Nos termos legais e regimentais aplicáveis, propõe-se para representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA, o Sr. Dr. José Manuel Monteiro Lourenço”.

Entretanto, também já tenho aqui a declaração de aceitação do Dr. José Manuel Monteiro Lourenço.

Portanto, do ponto de vista processual está tudo resolvido.

Os votos vão ser distribuídos, fazendo-se a votação de imediato.

(Neste momento procedeu-se à votação para a eleição do Representante da Região no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA)

Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para anunciar a votação.

O resultado da votação foi o seguinte:

Sim – 30 votos

Não – 14 votos

Abstenções – 3 votos

Foi eleito o nosso representante no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA, Dr. José Manuel Monteiro Lourenço.

Passamos agora ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – “Matéria de interesse regional na Revisão do Tratado da União Europeia”, apresentada pelo PCP.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A apresentação desta Proposta de Resolução visou, como disse no momento da sua divulgação, contribuir para que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores pudesse registar, em termos de decisão, o seu entendimento relativo a matérias de especial interesse regional no contexto da Revisão do Tratado da União Europeia.

É convicção política do Grupo Parlamentar do PCP que um Parlamento Regional com poder legislativo, como o nosso é, não se deve eximir de ter posição concreta registada sobre essas questões.

Se há razões, e todos concordamos que há, para que tenhamos, no âmbito do nosso País, um sistema político próprio, com um elevado grau de autonomia, mau seria se face à União Europeia não tivéssemos a mesma perspectiva de defesa das nossas especificidades.

Essa perspectiva exige que não percamos de vista a necessidade de existirem, no plano comunitário, instrumentos e procedimentos próprios em relação às Regiões Ultraperiféricas e a toda a problemática que deriva da Ultraperiferia.

Hoje há um elevado grau de consenso, nas RUP, no que respeita à avaliação destas questões.

As RUP querem ser parte da União Europeia, é este o sentimento claramente dominante em todas elas; as RUP sabem, entretanto, que se não existirem instrumentos e procedimentos que definam um verdadeiro Estatuto da Ultraperiferia nunca podem ser, de corpo inteiro e em pé de igualdade, membros da União Europeia.

Aquilo que foi conseguido com o Tratado de Amesterdam (Art.º - 299 - 2º) constitui um passo muitíssimo importante e positivo, mas, como todos sabemos, não teve a projecção na política concreta que era necessário que tivesse.

Na revisão do Tratado em curso é necessário assegurar, no que respeita ao Estatuto das RUP, que a redacção final garanta a possibilidade delas poderem usufruir de medidas específicas, incluindo derrogações de aspectos de políticas comuns, quando estejam em causa interesses estratégicos essenciais.

É exactamente esta formulação que agora propomos na proposta de alteração, na medida em que nos parece mais útil consagrar um princípio, do que tentar sugerir redacções concretas para um processo negocial que está a ser evolutivo.

Recordo apenas que quando fizemos entrar a Proposta de Resolução levantava-se a possibilidade da Conferência Intergovernamental decidir até Dezembro, o que não veio a acontecer, o que está a possibilitar uma negociação mais lenta e já com resultados na redacção, no que toca a alguns aspectos.

No que respeita ao Comité das Regiões mantemos como proposta o texto inicial porque nos parece fundamental a consagração do seu Estatuto como instituição comunitária.

Quanto ao papel dos Parlamentos Regionais com poder legislativo, centramos a nossa atenção, no texto alterado, na criação, no plano nacional, de mecanismos que garantam a participação em todo o processo decisório que irá resultar da execução do novo Tratado. Estendemos essa recomendação ao Governo, porque é também fundamental que o Governo Regional participe nesse processo decisório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A presente Proposta de Resolução depois de ter estado na Comissão de Política Geral e de ter gerado um processo político inter-partidário de troca de impressões, está hoje no Plenário para debate.

Aproveitava esta oportunidade para fazer uma observação relativamente à nova regra regimental, no que diz respeito às resoluções, e gostava de dizer sem nenhuma espécie de complexo que, ponderadas todas as questões, me parece que esta nova regra é uma regra efectivamente adequada ao fomento do debate político de problemas concretos.

Portanto, abandonou-se aquela perspectiva anterior de entregar propostas de alteração que até podiam modificar por completo o objectivo político que presidia a uma proposta de resolução e hoje, sendo só o proponente a ter o poder de apresentar proposta de alteração, o proponente sabe, depois de haver a discussão na Comissão, que tem que dialogar para chegar ao texto final, assumindo essas alterações.

Gostava de dizer isto, porque pode ser um aspecto muito positivo para o tratamento político de questões concretas no presente e no futuro.

Gostava de dizer isto aqui neste momento, porque nós todos temos muita facilidade em detectar, criticar e surgir os eventuais autores das normas que possam estar menos bem encontradas.

Gostava ainda de dizer, e o autor da norma está na minha frente, que quando as normas são bem encontradas, também deve ser sublinhado.

Gostaria apenas e tão só de reafirmar a importância que tem este Parlamento Regional com poder legislativo ter posição própria sobre estes temas, neste momento histórico.

Para o Grupo Parlamentar do PCP a questão do Estatuto da Ultraperiferia e a questão do peso institucional das Regiões na União Europeia são questões essenciais para a evolução futura, absolutamente essenciais para a definição do nosso futuro.

A articulação institucional entre a Região e o Estado é também essencial, mas a articulação institucional, que nem sempre é fácil neste novo tipo de processo decisório que irá haver, ou funciona e nós temos alguma voz, ou não funciona e nós ficaremos completamente isolados.

As várias questões que não têm corrido bem na articulação entre a Região e o Estado bem demonstram a necessidade de darmos a maior atenção a este tipo de questões.

A necessidade de defender os interesses próprios e específicos dos Açores exige que saibamos, com serenidade e firmeza, defender as soluções adequadas.

Esta Proposta de Resolução, com a redacção actual, depois de debate havido, é o nosso contributo para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PSD vai votar a favor da Proposta de Resolução em discussão, porque vem de encontro às posições que Grupo Parlamentar do PSD e o Partido Social Democrata têm tomado sobre uma questão tão importante como é a questão da Europa, em diversas circunstâncias, em diversos momentos e enquadramentos.

De resto, a importância da Europa para os Açores é decisiva e é cada vez mais evidente a forma como devemos participar, como devemos conhecer este processo.

De facto, quanto melhor conhecermos, quanto mais e melhor participarmos neste processo de construção europeia, mais apto estamos para contribuir para o desenvolvimento da Região.

Nestes dois aspectos do conhecimento e da participação penso que reside grande parte da forma como devemos abordar esta questão da Europa.

Numa altura em que está em discussão a alteração do quadro jurídico-institucional da União Europeia, é importante que os Açores apresentem a sua posição sobre esta matéria.

Gostaria de fazer referência, em particular, a dois aspectos que dizem respeito a esta Proposta de Resolução, sendo certo que foram de certa forma clarificados em Comissão. Um deles diz respeito à importância das medidas específicas para a ultraperiferia e há forma como, no texto inicial, era proposto a relatividade da expressão “integridade”, parece-nos que a redacção que está agora em discussão vai mais de encontro àquilo que deve ser a posição dos Açores sobre esta matéria.

Com efeito, entendemos que não poderá defender-se uma política europeia para os Açores e Madeira e outra para o centro da Europa, ou seja, não há uma política europeia para as diferentes partes da Europa, devendo haver uma política europeia integrada que tenha medidas específicas, medidas próprias que possam até derrogar as normas gerais da União, mas com este pressuposto de que o próprio regime jurídico da ultraperiferia integra a política europeia e, nesta medida, integrando o regime de ultraperiferia na política europeia, parece-nos que estão defendidos os pressupostos da nossa intervenção nesta matéria.

Por outro lado, gostaria de fazer referência também à intervenção dos parlamentos nacionais no processo de construção europeia e na evolução que a redacção teve na sua proposta inicial até àquilo que está em discussão.

É muito importante, no ponto em que estamos do processo de construção europeia, a participação dos parlamentos regionais envolvidos com os parlamentos nacionais.

Perante a possibilidade da discussão que está em cima da mesa, que será, em princípio, aprovada, sobre a fiscalização prévia por parte dos parlamentos nacionais, sempre que esteja em causa o princípio da subsidiariedade, através do denominado “alerta prévio”, é importante que fique claro que os parlamentos regionais possam participar sempre que estas matérias digam respeito às regiões autónomas.

Por isso, o que está aqui em causa vem de encontro a outras posições da Assembleia, através da Comissão de Política Geral, sempre que consultada sobre estas matérias em diplomas da República, sempre que estejam em causa matérias que digam respeito às autonomias e no âmbito do alerta prévio do Parlamento

Nacional deve haver uma ligação estreita entre o Parlamento Nacional e o Parlamento Regional, por forma a serem defendidos os interesses das regiões autónomas.

Com estes pressupostos, com uma ressalva e um relevo final para o consenso que se gerou sobre esta matéria, é muito importante que se consiga alcançar uma posição concertada de toda esta Assembleia em nome da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, com o contributo de todos, com o entendimento entre todos, espero que tenha sido dado mais um passo para o envolvimento dos Açores no processo de construção europeia, no processo, como se disse no início, decisivo para o nosso desenvolvimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Conforme já foi dito pelos oradores que me antecederam, o processo de construção europeia é um processo que nos convoca a todos e face à importância destas matérias o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem respondido sempre presente a esta convocatória.

Toda a Região e particularmente esta Assembleia tem vindo a acompanhar este processo relativo ao Projecto do Tratado da Constituição Europeia.

Foi nesse âmbito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista há alguns meses fez entrar nesta Casa a presente Proposta de Resolução, agora em debate.

Este Grupo Parlamentar, comungando das motivações da proposta e genericamente do seu conteúdo, que já constava do parecer que esta Casa emitiu sobre o Projecto do Tratado, mas considerando o actual momento deste processo, deixou e fez, em sede de Comissão, algumas observações quanto à formulação e à natureza das recomendações que constavam e que constam da proposta do PCP e considerando, designadamente que já foi feita a revisão técnico-jurídica do texto, com vista à apreciação e decisão no âmbito da Conferência Inter-governamental.

Não sendo, na nossa perspectiva, este o momento para se fazer uma apreciação técnica, – e o Sr. Deputado José Decq Mota referiu isso na sua intervenção – não deixa de ser pertinente uma tomada de posição política, tanto mais que esta é a

altura dos acertos políticos, acertos políticos esses que, como é óbvio, assentam na defesa dos interesses nacionais de cada um dos estados-membros e que quando se trata do Estado Português são também os interesses das Regiões Autónomas.

Na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é sempre tempo de reafirmarmos e reclamarmos o aprofundamento do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas, do conceito de ultraperiferia, mas, como aludiu o Sr. Deputado Clélio Meneses, sem nunca pormos em causa os princípios basilares do Mercado Comum e da União.

Assume ainda toda a oportunidade a recomendação à República, já que estamos perante uma situação que deve ser tratada ao nível interno e ao nível nacional, para que sejam criados mecanismos que assegurem a informação e participação dos parlamentos e dos governo regionais no processo de construção europeia, sempre que estejam em causa interesses das Regiões Autónomas.

Recordo, neste domínio, que neste momento estão pendentes na Assembleia da República dois Projectos de Lei relativos ao acompanhamento deste processo pelos parlamentos nacionais.

É neste contexto, e uma vez que foram colhidas, no essencial, as observações que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista havia feito em Comissão, que apoiamos votando favoravelmente a Proposta de Resolução do PCP, conforme o texto de substituição que foi apresentado pelo autor da iniciativa.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso apresentar o relatório da Comissão de Economia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório relativo à Petição “Pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico”

A Comissão de Economia reuniu, no dia 5 de Março de 2004, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada, com uma ordem de trabalhos de que constava a apreciação da petição “pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico”.

Apreciada e discutida aquela petição, a Comissão elaborou o seguinte relatório de acordo com o n.º 1 do artigo 191.º do Regimento:

Em Junho de 2003, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional, um abaixo-assinado de cerca de mil assinaturas que requeria ao Governo que efectuasse o projecto e iniciasse as obras com vista à construção do Porto de Passageiros na Zona do Cais velho, em São Roque do Pico, em simultâneo com o ordenamento da baía, por forma a aproveitar a capacidade instalada decorrente das obras do Porto Comercial.

Afirmava-se naquele abaixo-assinado que a referida obra é “imprescindível e inadiável” e que “o Porto encontra-se congestionado, prestando um mau serviço”.

No mesmo sentido dizia-se que se trata “de uma antiga vontade comum do Povo do Concelho de São Roque ” e que estão reunidas as condições de “facilidade e poupança” em face de se encontrarem a decorrer as obras no Porto Comercial.

Remetido aquele abaixo-assinado à Comissão de Economia por despacho do Senhor Presidente da Assembleia, a Comissão procedeu ao seu exame, verificando que cumpria todos os requisitos de admissibilidade para aquele documento poder ser enquadrado nas condições previstas na Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho para o exercício do direito de petição.

Aferidos os requisitos legais, a Comissão decidiu proceder às seguintes audições:

1. Junta Autónoma do Porto de São Roque;
2. Presidente da Câmara Municipal de São Roque;
3. Presidente da Junta de Freguesia de São Roque;
4. Signatários;
5. Direcção da AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico;

6. Secretário Regional da Economia.

Com o intuito de proceder às referidas audições, a Comissão de Economia deslocou-se à ilha do Pico nos dias 1 e 2 de Outubro de 2003.

A primeira entidade a ser ouvida foi a **Junta Autónoma do Porto da Horta**, representada pelo seu Director, Eng. Ângelo Andrade.

O Eng. Ângelo Andrade apresentou as condições da actual estrutura portuária, considerando o responsável a obra de consolidação do molhe do porto comercial como aquela que se afigura prioritária dados os galgamentos que ocorrem actualmente.

As referidas obras consistem na recarga e consolidação do molhe e terão uma duração prevista de 18 meses.

Acrescentou que a actual infraestrutura apresenta muitas dificuldades em termos de operacionalidade por se tratar de um porto muito exposto.

Relativamente à questão do núcleo de passageiros, entende a sua criação como necessária alertando para o facto da solução dever ser convenientemente estudada e planeada.

O Sr. Director afirmou que já foram realizados alguns estudos para as diversas valências contudo levantam alguns problemas pelo facto de, em seu entender, a baía ser muito perversa pela insegurança do mar. Terminou afirmando que os estudos não foram conclusivos.

O Presidente da **Câmara Municipal de São Roque** entende que a recuperação do porto é urgente e deve ser complementada com equipamento para actividade náutica, de pescas e de recreio.

O Presidente da Câmara afirmou, que em face do aumento da actividade náutica, a operacionalidade do porto torna-se muito difícil. No fundo, a infra-estrutura tem problemas de conjugação da actividade comercial com a actividade náutica.

Acrescentou que embora tivesse feito parte da equipa de trabalho que estudou as alternativas não teve acesso às soluções encontradas.

Concluiu referindo que, em seu entender, é essencial retirar os passageiros do Porto Comercial e como tal deve ser dada prioridade ao Porto de Passageiros em detrimento da ampliação do Porto Comercial.

O Presidente da **Junta de Freguesia de São Roque** afirmou que a construção do porto de passageiros é uma obra inevitável para o desenvolvimento de São Roque, entendendo como fundamental o reordenamento da zona ribeirinha do concelho.

Terminou afirmando como prioritária a obra para a zona de passageiros e destacando como essencial o aproveitamento da presença da empresa no local como forma de embaratecer a obra.

Os **signatários** referiram que a construção do Porto de Passageiros é uma ambição de toda a gente ligada ao mar e de todos aqueles que se vêem obrigados a utilizar transportes marítimos.

Afirmaram que a simultaneidade de utilização do cais por passageiros, contentores e náutica é muito difícil.

Entendem que a presença do estaleiro da empresa competente torna muito mais barato o investimento, daí o entendimento de que esta seria a altura mais oportuna.

Concluíram dizendo ter conhecimento de que vários estudos foram feitos e que cabe ao Governo Regional decidir qual a solução mais viável e fiável.

A **Direcção da AMIP** mantém a posição que vem assumindo o próprio Conselho de Ilha e que é coincidente com a do Presidente da Câmara Municipal de São Roque e do Presidente da Junta de Freguesia de São Roque do Pico.

A audição do Senhor Secretário da Economia decorreu a 6 de Fevereiro de 2004, tendo o responsável começado por afirmar que todos estamos empenhados e desejamos a melhoria das condições de operacionalidade do Porto.

O Sr. Secretário entende que a única forma de viabilizar o prolongamento passa pela obra que está agora a decorrer.

Assim sendo, só o aumento do cais acostável estabilizará a bacia interior e permitirá a separação das diferentes valências.

Acrescentou que a separação operacional das diferentes valências passa necessariamente pelo aumento do cais acostável por forma a garantir a estabilidade do espelho líquido.

Em face do exposto, a Comissão de Economia entendeu por maioria o seguinte:

São as obras que se encontram a decorrer, que se consubstanciam na consolidação da infra-estrutura e construção da cabeça monolítica, que permitem o

prolongamento do cais acostável e a construção de um segundo posto de acostagem. Por sua vez, o prolongamento, sem o qual nenhuma outra obra poderá ser feita, afigura-se como a obra prioritária, a qual possibilitará a construção dos diferentes núcleos: passageiros, pescas e recreio náutico.

Que a presente petição e respectivo relatório devem ser agendados e apreciados em plenário, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 191.º do Regimento, visto que é subscrito por mais de trezentos cidadãos.

Angra do Heroísmo, 12 de Março de 2004

A Relatora, *Andreia Cardoso da Costa*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Dionísio de Sousa*.

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate sobre esta Petição.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Lizuarte Machado, Duarte Freitas e José Decq Mota.

Como sabem, os Srs. Deputados têm 10 minutos para intervir. Podem fazê-lo desde que respeitem os 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A economia mundial tem vindo a viver um processo de expansão generalizada da economia de mercado por força de maior abertura comercial e desmantelamento das barreiras tarifárias, emergindo novas economias e polarizando-se em torno de "regiões", ao que não é alheia a maior liberdade de circulação de informação, pessoas e capitais.

A internacionalização e globalização dos mercados tem levado à realocação das indústrias de produção, à produção do mesmo produto, por vezes num só local, para

todo o mundo, ao crescimento económico, em paralelo com o aumento das transacções entre parceiros económicos e consequentemente ao crescimento do mercado do transporte de mercadorias.

As dinâmicas económicas globais, indissociáveis das dinâmicas de desenvolvimento colectivo e individual originam novos e complexos desafios para os sistemas de transporte.

Os Açores, região ultraperiférica de um país, Portugal, cada vez mais periférico, com uma pequena economia aberta ao exterior, têm vindo, com grande esforço a desenvolver os factores endógenos que lhe permitam crescer de forma sustentada. A logística e as acessibilidades são vectores fundamentais de sustentação desse desenvolvimento. Muito se tem feito nestas áreas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Toda a cadeia de transporte conduz aos terminais onde as unidades de transporte operam. O desenvolvimento portuário é pois de primordial importância. Face às mudanças permanentes dos parâmetros envolvidos mercados, tecnologia, concorrência, políticas nacionais e comunitárias aos enormes volumes de investimento e de exigência de qualidade e à escassez de recursos, todo o investimento tem de ser profundamente estudado, planeado e ponderado.

Traçar o plano estratégico de desenvolvimento de um porto a curto, médio e longo prazo implica estudar a sua envolvência ao nível do ambiente, da pesca, do turismo, da movimentação de mercadorias e da náutica de recreio. Importa pois saber o que queremos e que tipo de tráfego e de navios vamos ter. São necessárias infra-estruturas de apoio ao transporte que respondam com eficácia, qualidade e rapidez, bem como a definição clara e rigorosa de critérios de racionalidade na utilização dos recursos de que a Região dispõe.

É por demais óbvio o esforço desenvolvido, nos últimos anos, no sentido de dotar a Região de infra-estruturas capazes de responderem com eficácia às solicitações a que possam vir a estar sujeitas. Se, no que diz respeito ao país, a centralidade marítima no Atlântico poderá ser factor de compensação e desenvolvimento certamente que para a nossa Região, ultra-periférica, pouco competitiva, distante dos mercados abastecedores e das auto-estradas marítimas, tal não terá grande peso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Vem isto a propósito dos inúmeros investimentos levados a cabo em todos os portos da Região os quais têm, por um lado, consolidado as referidas infra-estruturas e, por outro lado, melhorado a sua operacionalidade. O porto comercial do Pico, estrategicamente bem localizado em São Roque do Pico, não ficou alheio a esta dinâmica de consolidação e desenvolvimento a qual tocou transversalmente em todos os sectores da vida económica açoriana.

Mas, porque factos são factos, repito, factos são factos, convém lembrar que em 1996 o Pico vivia uma situação de degradação e abandono com a sua economia em recessão, parcialmente falida. Nessa época as preocupações com a gestão do dia a dia eram tantas que não havia tempo nem espaço para reivindicações que se situassem para além das necessidades imediatas. Nessa época até o porto comercial era grande. Felizmente, hoje, vivemos outros tempos e por isso mesmo as reivindicações situam-se a outros níveis.

A situação de degradação no porto comercial era de tal ordem que foram necessários levar a cabo estudos profundos e ensaios em modelo reduzido por forma a poder-se elaborar o projecto de recuperação. A obra em curso consta basicamente do seguinte:

Demolição da cabeça do molhe actual com remoção do material que constitui a cabeça tronco-cónica até à cota - 10m (ZH), com substituição por nova cabeça vertical constituída por caixotões pré-fabricados de betão armado assente em plataforma de enrocamentos devidamente regularizada, a criar;

Reforço do enraizamento do molhe com tetrápodes de 160 KN recuperados do tronco do molhe actual;

Reperfilamento do tronco do molhe até à cota - 2 m (ZH) com tetrápodes de 250 KN;

Reforço da protecção aderente ao muro cortina do terraplino e parque de combustíveis;

Reparação das anomalias do muro cortina adjacente, incluindo a colmatação de locas, demolição e reconstrução da superestrutura do muro cais, reparação das juntas entre os blocos do cais, reparação das lajes do pavimento e das caleiras técnicas.

Tudo isto num valor global que ascende a mais de oito milhões e setecentos mil euros.

Mas será que esta obra é suficiente para resolver o congestionamento do porto comercial do Pico presentemente? É evidente que não. Entre 1996 e 2003 o número de navios que demandaram o porto cresceu 66,9% passando de 181 para 302, a carga movimentada cresceu 52,9 % passando de 69.800 para 106.733 toneladas, o número de contentores movimentado cresceu 45 % passando de 5.986 para 8.681 sendo que em 2003 o número dois mandatos de governos socialistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Com todo este movimento, facilmente se percebe que, tendo este porto apenas um posto de acostagem para navios de médio porte está evidentemente congestionado. Trata-se claramente de uma situação em que não estão satisfeitas as necessidades básicas, as quais passam pelo prolongamento e construção de um segundo posto de acostagem para navios de médio porte, obra que se espera ocorra na vigência do quarto quadro comunitário de apoio.

É portanto fundamental construir um segundo posto de acostagem que possibilite a operação, em simultâneo, de dois navios de médio porte. Acresce que este porto não possui espelho líquido que lhe possibilite obras de grande volumetria no seu interior ou no seu eixo de aproximação sem que fique drasticamente reduzida a sua operacionalidade e a segurança dos navios que o demandam. É contudo, também, necessário separar os passageiros da zona de movimentação de mercadorias mas, é tecnicamente possível fazê-lo de forma absolutamente satisfatória ao nível do actual molhe, depois do prolongamento, estabilizando a bacia interior e deixando esta para obras de menor volumetria destinadas à pesca e à náutica de recreio. É e sempre foi esta a nossa posição, é e sempre foi esta a solução que defendemos.

Disse!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(* **Deputado Duarte Freitas** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos, em termos parlamentares, no culminar dum processo que teve início com uma petição assinada por mais de mil pessoas não só de São Roque do Pico, mas de toda a Ilha, relativamente àquela que é, sem dúvida nenhuma, a alguns anos para cá, a obra mais importante e mais requerida pelos habitantes do Concelho de São Roque e também considerada, consensualmente, como uma das mais importantes da ilha.

Esta obra, segundo as informações que foram recolhidas e já era do conhecimento geral, estava apenas e só dependente duma decisão política.

Por mais que o Sr. Deputado Lizuarte Machado ou qualquer outra pessoa escolha os técnicos para negar esta pretensão, não é possível iludir que qualquer obra que se faça agora poderia e deveria não ter consequências para uma futura ampliação do molhe do porto comercial.

Não vale a pena tentar iludir, porque é claro que hoje em dia todos podemos perceber que se poderia fazer esta obra para passageiros na zona do cais velho, neste momento, porque havia condições para a estudar e ser feita, sem que tivesse qualquer inconveniente quanto a qualquer obra futura no molhe acostável. Isso é óbvio e é isso que se faz em todos os processos.

Aliás, deste relatório da Comissão apenas transparece a posição, nomeadamente do Sr. Deputado Lizuarte Machado que sempre foi contra a obra que as pessoas de São Roque mais querem e a posição do Sr. Secretário Regional da Economia, porque o Director da Junta Autónoma não disse, tecnicamente, que era impossível fazer esta obra.

O Presidente da Câmara, as Juntas de Freguesia, os signatários que conhecem isto melhor do que ninguém e melhor até que o Sr. Deputado Lizuarte Machado, embora seja um especialista da área, e as centenas de pessoas que assinaram esta petição conhecem bem, e ninguém, neste momento, negou a possibilidade de se fazer esta obra na zona do cais velho.

Apenas da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente do Sr. Deputado Lizuarte Machado e do Sr. Secretário Regional da Economia há o

alavancar de questões técnicas para fazer com que esta pretensão da população de São Roque do Pico seja negada.

Devo lembrar que podem crescer o molhe do porto comercial e é importante que ele cresça, repito, é importante que ele cresça logo que seja possível e até admito que, se calhar, agora era melhor, mas também percebo que pode não haver condições financeiras para fazer tudo neste momento, até porque, e é bom lembrar, o Sr. Director da Administração Portuária dizia, na reunião que teve connosco, que estimaria, neste momento, que a obra requerida pelas populações poderia custar sensivelmente metade do que custará a eventual ampliação.

A eventual ampliação é importante, mas não se resolve o problema da confluência de passageiros, recreio náutico, pescas e transporte de mercadorias, porque há uma confluência na zona onde está a actual gare que será sempre dificilmente ultrapassada.

Mas, mais do que isso, é possível e era fácil neste momento, porque a obra está feita por natureza e as pessoas que são de lá é que sabem e conhecem, ou seja, em toda aquela zona do baixio em frente à pesqueira do cais velho, é perfeitamente possível e simples fazer, neste momento, a obra que as pessoas exigem.

Portanto, não há vontade política e não a havendo resta, a quem tem a maioria, alavancar-se em questões técnicas que não fazem sentido, até porque poder-se-ia estudar neste momento as questões técnicas, fazer a obra agora, tendo em conta aquilo que é para fazer no futuro.

Mais:

O Fundo de Coesão aprovou esta obra que está em curso com o apoio de 85%. Já que não era possível avançar-se com a ampliação do molhe, porque eventualmente custaria muito dinheiro, mas face o custo desta obra poderia ter-se incluído tudo neste momento. Não foi essa a decisão política.

Eu nem sequer estou a pôr a questão de ser ou não respeitada. A decisão de não ter avançado com esta obra agora é respeitável, mas é aceitável alavancar essa decisão em questões técnicas.

Se não querem fazer agora a obra na zona do cais velho, como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, assumam-no politicamente, perante as pessoas de S. Roque e da ilha do Pico.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está assumido desde há muito.

O Orador: O Sr. Deputado Hernâni Jorge, tal como o Sr. Deputado Lizuarte Machado, certamente como o PS do Pico e também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no global, estão contra, e é bom que todos saibam, a obra na zona do cais velho em S. Roque do Pico. Estão agora e sempre contra. Nunca estarão a favor. Querem apenas aumentar o molhe do porto comercial, mas não fazer obras na zona do cais velho.

A decisão é vossa e é com essa decisão que os senhores vão ter que enfrentar as populações de S. Roque e da Ilha do Pico.

Da nossa parte, da parte do PSD, estamos solidários, estamos ao lado destas mais de mil pessoas que subscreveram esta Petição, ao lado das pessoas de S. Roque e da Ilha do Pico que estão a favor desta obra.

Portanto, fica aqui muito claramente definida duas posições: os senhores nem agora, nem nunca vão fazer obras na zona do cais velho em S. Roque do Pico. O PSD, a partir de Outubro, se os açorianos assim quiserem, garante que vai fazer essa obra.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Gostava de transmitir algumas opiniões do Grupo Parlamentar do PCP a este respeito.

Evidentemente que ficamos a saber que a futura sociedade de desenvolvimento da ilha do Pico tem mais um trabalho para fazer. A lista vai crescendo.

(Risos da bancada do PS)

Desculpe a brincadeira, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é brincadeira, é sério!

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

O Orador: Em relação a esta matéria, com o maior rigor possível, que procuramos colocar nas nossas posições e sem nenhuma espécie de paixão, gostava de pôr a posição que temos em relação a esta matéria.

A primeira coisa que me impressionou nesta Petição foi o facto de ser um documento curto, que é perfeitamente respeitável, até porque é assinado por muita gente e basta ver-se as assinaturas para se perceber que é assinado por gente de todos os quadrantes políticos, mas ser uma Petição que estabelece como que uma espécie de conselho técnico, ou seja, não é uma petição para tentar equacionar a questão política duma necessidade que é óbvia, que é a necessidade de se vir a encontrar um terminal de passageiros no porto de S. Roque do Pico.

É evidente que o porto de S. Roque tem ganho importância, é evidente que o porto de S. Roque do Pico, e todos nós temos que desejar isso e congratular-nos com o que já se conseguiu, vai ganhar mais importância.

É evidente que o Porto de S. Roque do Pico é hoje uma estrutura portuária completamente insuficiente, como foi dito, para as necessidades.

Também é evidente que a natureza nos prega ali algumas partidas que torna extremamente difíceis e caras intervenções naquela zona, mas também é evidente que elas têm que ser feitas. Tem que se encontrar as soluções.

A ilha do Pico não pode ter um porto de mar apenas com um único posto de acostagem para um navio de médio porte. A ilha do Pico e mais concretamente o porto de São Roque do Pico tem de ter um terminal de passageiros.

As necessidades em termos da pesca e do recreio também existem e tem de haver resposta.

Agora, quando vejo um conjunto de cidadãos, no uso do seu pleno direito, dizer que a solução é aproveitar o antigo cais velho, eu não sou técnico e não sei se é ou não, mas faz-me impressão que se defenda a construção de um terminal de passageiros

que fique em mar aberto, porque não fica protegido por nenhum molhe de protecção.

Deputados António Gomes e Hernâni Jorge (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isto é voltar atrás, é voltar ao tempo em que o Terra Alta tinha que encostar ali, porque não havia outra solução.

Eu já atraquei lá barcos e estando no cais velho e virando-me para S. Jorge, o molhe do porto do Cais do Pico fica à minha esquerda e o mar aberto fica em frente.

Portanto, fazer um terminal de passageiros em mar aberto, parece-me uma coisa que não é adequada ao momento actual.

Agora, o que é que se tem que fazer? Obviamente tem que se aumentar a bacia do porto artificial de S. Roque, o que é caro, mas é necessário, é indispensável e para isso o molhe tem que crescer, resolvendo o problema dos dois postos de acostagem para navios de médio porte, criando uma bacia que pode ser aproveitada.

Se os passageiros ficarem do lado do porto artificial, o recreio pode então ficar na zona do porto velho, quando ele passar a estar protegido. Eu não vejo qual é a dificuldade.

É evidente que seria muito vantajoso que se fizesse agora a consolidação da cabeça monolítica e prosseguisse, mas admito que haja efectivamente problemas financeiros.

Devo dizer ainda o seguinte:

O objectivo de prolongar o porto de S. Roque não deve ser um objectivo para nenhuma sociedade de desenvolvimento promovida seja por quem for, deve ser, de facto, um objectivo da Região Autónoma dos Açores para o Quadro Comunitário de Apoio seguinte e deve ser um objectivo com alta prioridade, que vai permitir resolver e equacionar uma série de problemas.

É esta a razão fundamental, percebendo perfeitamente a vontade dos cidadãos subscritores, respeitando integralmente a sua iniciativa e louvando o facto de lutarem pela resolução dum problema que é fundamental para o desenvolvimento não só do Cais do Pico, mas de toda a Ilha do Pico,

Este é um problema estratégico, na minha opinião, comparável à importância que tem o aeroporto e que tem todas as outras infra-estruturas.

Reconhecendo tudo isso, penso que o relatório da Comissão não corresponde apenas à posição do Sr. Deputado e Comandante Lizuarte Machado, mas penso que corresponde a uma posição de bom senso. Penso que corresponde a uma posição que é pura evidência que aquele porto tem que crescer e depois de crescer tem que ser dotado de todas as infra-estruturas, nomeadamente no que respeita a passageiros. Agora, fazer um terminal de passageiros em mar aberto, a meu ver, parece-me que não é defensável neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(* **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser rápido, porque o tempo também não me permite ir muito mais além.

Quero dizer, nomeadamente ao Sr. Deputado José Decq Mota, pessoa também com alguma experiência e interessado nestas matérias, que há alguns estudos que resolvem esse problema que o Sr. Deputado José Decq Mota apresentou.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não resolvem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade.

O Orador: Há estudos que resolvem esse problema que o Sr. Deputado José Decq Mota falou.

Quero também dizer que esses estudos, e é bom que fique aqui registado, uns mais razoáveis outros menos, por alguma razão foram pedidos e nunca esses estudos foram entregues nem aos autarcas, nem aos deputados pelo Sr. Secretário Regional. Porquê esconder esses estudos? Nós sabemos, por várias fontes, que esses estudos resolvem parte dos problemas que o Sr. Deputado José Decq Mota levantou, mas também aqui, pelo facto de negarem sistematicamente a obtenção e a apresentação desses estudos, fica claro que a decisão é política e os senhores do Partido Socialista vão ter que arcar com essa decisão política perante os cidadãos de S. Roque e da Ilha do Pico. Já estão e vão continuar a arcar com a responsabilidade dessa decisão e não o podem negar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Subscrevendo integralmente a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota, respeito a posição das pessoas que têm uma opinião diferente, nomeadamente dos amigos do Sr. Deputado Duarte Freitas que passam por ali todos os dias, que olham para o porto e para a bacia, mas lembro ao Sr. Deputado Duarte Freitas que não é por ir à urgência todos os dias que o doente sabe mais que o médico.

Gostava de lhe dizer que não é verdade que nós tenhamos dito que não queremos obras ao nível do porto velho ou seja do que for, o que nós dissemos é que devemos fazer o prolongamento do cais actual e depois que se façam as obras no interior.

Gostava ainda de lhe dizer também que para já e até ao momento não há estudos que resolvam esse problema, porque enquanto o porto não crescer, conforme disse o Sr. Deputado José Decq Mota, esse problema simplesmente não é resolúvel. Será resolúvel do ponto de vista da execução da obra, mas não ao nível da sua operacionalidade.

Portanto, percebo a boa vontade das pessoas e o voluntarismo em quererem um porto de passageiros. Nós também o queremos, mas a solução não é essa. O caminho a percorrer é outro. O caminho que é tecnicamente sustentável e até mesmo politicamente defensável, por ser realista, é aquele que nós propomos, ou seja, prolongamento, estabilização do espelho líquido do interior e então que se programem as obras a seguir com a volumetria necessárias a que não se inviabilize a operação nem a segurança do porto comercial, nem dos núcleos das diferentes valências que internamente se venham a criar.

Esta é que é a solução, este é que é o caminho e não é por estarmos em vias de campanha eleitoral, que nós vamos prometer aqui o mar e o fundo, quando sabemos que, por um lado, não é preciso dá-lo e, por outro, não é possível executá-lo.

Nós não entramos nesse discurso.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Informo que o Partido Socialista esgotou o seu tempo e o PSD ainda dispõe de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

Entre os amigos meus que passam naquela zona estão alguns amigos seus e lembro-me, por exemplo, do candidato do Partido Socialista a Presidente da Assembleia Municipal de S. Roque do Pico, Sr. Guido Teles, que eu respeito muito. É um dos meus amigos, mas também é seu amigo. Lembro-me, por exemplo, do candidato do Partido Socialista a Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. Roque do Pico, Sr. Professor Quaresma, meu amigo, mas também seu e que subscreveu esta Petição. De facto, houve quem não subscrevesse e era candidato do Partido Socialista, porque o senhor talvez tenha dito que era melhor não subscrever, mas, se calhar, está pagando politicamente pelos seus conselhos.

Quero colocar-lhe mais uma questão, que é a seguinte:

Afinal existem esses estudos. Eu tenho informação de que eles existem e tenho noção do que é que eles prevêem, mas o senhor, pelos vistos, conhece-os e eu gostaria de saber por que é que o senhor tem direito de conhecer esses estudos e eu, que também sou deputado, embora da oposição, não tenho esse direito, quando já pedi por várias vezes?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Por via da conspiração.

O Orador: É isto a democracia? É isto a transparência, Sr. Deputado? É esta a transparência que os senhores têm para comigo, que represento o povo do Pico, e para com as mais de mil pessoas que assinaram esta Petição?

Os senhores escondem os estudos para poderem continuar a dizer e alavancar a sua posição política contra aquela obra. Eu acho que isto não é correcto, não é transparente.

Venho mais uma vez vincar que os senhores estão a esconder a questão e estão a alavancar questões técnicas apenas e simplesmente porque não querem fazer aquela obra e também porque já perceberam que agora não têm recuo, mas nós vamos fazê-la, vamos aumentar o porto e com isso todos vão ficar muito mais satisfeitos em S. Roque e na ilha do Pico.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Srs. Deputado, terminou o debate sobre esta Petição.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 17,00 horas)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Passamos agora ao ponto seguinte, que diz respeito ao **Relatório da situação existente na Região relativamente às toxicodependências e às respostas dadas pelas diversas entidades, de acordo com a Resolução nº 23/2001/A, de 15 de Dezembro, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**, apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Em relação a este assunto existe uma **Proposta de Resolução – “Combate às toxicodependências”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Ficou acordado entre os Presidentes dos Grupos Parlamentares que a apresentação e debate do relatório se fazia conjuntamente com a Proposta de Resolução, que já deu entrada na Mesa, e que seria feito por tempos globais, com excepção da apresentação do relatório.

Assim sendo, passo a anunciar os tempos distribuídos por cada um dos Grupos Parlamentares:

PS – 35 minutos

PSD – 17 minutos

PP – 12 minutos

PCP – 12 minutos

Governo – 35 minutos

Anunciados os tempos, dou a palavra ao Sr. Deputado José Rego para apresentar o relatório.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

“Relatório da situação existente na Região relativamente às toxicodependências e às respostas dadas pelas diversas entidades, de acordo com a Resolução n.º 23/2001/A, de 15 de Dezembro, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Capítulo I

Introdução

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 15 de Dezembro de 2001, aprovou a Resolução n.º 23/2001/A, na qual encarregou a Comissão Permanente de Assuntos Sociais de, no prazo de um ano, estudar a situação existente na Região relativamente às toxicodependências e às respostas dadas pelas diversas entidades, nomeadamente o Governo Regional, no sentido de encontrar medidas mais eficazes ao seu combate e mais adequadas às grandes mutações que se vivem nesta área e, por outro lado, conhecer as respostas que estão a ser implementadas a nível nacional e comunitário.

Esta Resolução resulta de uma Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, na qual pretendia que a Comissão Permanente de Assuntos Sociais acompanhasse o fenómeno das toxicodependências, assim como as respostas que o Governo Regional tem encontrado no combate que dia a dia tem de ser feito para evitar que as pessoas sejam atingidas por aquele flagelo, para encontrar soluções para os atingidos e para impedir o tráfico de estupefacientes.

O presente relatório dá resposta à referida Resolução, tendo o seu prazo sido ultrapassado, quer devido ao número de entidades e pessoas ouvidas, quer aos múltiplos trabalhos parlamentares que se desenvolveram neste período, no âmbito da Comissão.

Capítulo II

Enquadramento Regimental

A Resolução foi aprovada nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 126.º do anterior Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, actual alínea d) do n.º 1

do art.º 105.º do novo Regimento e os trabalhos da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais desenvolvidos nos termos do mesmo artigo.

Capítulo III

Desenvolvimento

A fim de dar cumprimento à Resolução, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais ouviu em audição diversas entidades, visitou várias instituições ligadas à problemática das toxicodependências e recolheu legislação e material bibliográfico sobre a matéria em estudo. Os relatos destas audições e visitas, bem como o material documental, fazem parte do presente Relatório.

Entidades ouvidas e Instituições visitadas:

- Secretária Regional dos Assuntos Sociais
- Presidente do IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência
- Hospital do Divino Espírito Santo – Ponta Delgada
- Hospital de Santo Espírito – Angra do Heroísmo
- Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores
- Posto de Saúde da Ilha do Corvo
- Casa de Saúde de S. Miguel
- Casa de Saúde de S. Rafael – Angra do Heroísmo
- Associação “Alternativa” – Ponta Delgada
- Clínica do Outeiro – Porto
- Polícia Judiciária – Ponta Delgada
- Polícia de Segurança Pública – Ponta Delgada
- Brigada Fiscal da GNR – Ponta Delgada
- Director do Estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada
- Directora do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo
- Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Ponta Delgada
- Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Angra do Heroísmo
- Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência da Horta

- Escola Básica 3/S Padre Jerónimo Emiliano de Andrade - Angra do Heroísmo
- Escola Básica Integrada /S de S. Roque – Pico
- Escola Básica Integrada /S Padre Maurício de Freitas – Flores
- Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira – Corvo
- Escola Básica 3/S Antero de Quental – Ponta Delgada
- Escola Básica 3/S das Laranjeiras – Ponta Delgada
- Escola Básica 3/S Domingos Rebelo – Ponta Delgada
- Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz – Flores
- Presidente da Câmara Municipal das Lajes – Flores
- Presidente da Câmara Municipal da Vila Nova do Corvo
- Secretária Regional Adjunta da Presidência

Audição à Secretária Regional dos Assuntos Sociais

No dia 4 de Março de 2002, a Comissão ouviu em audição, em Angra do Heroísmo, a Secretária Regional dos Assuntos Sociais, tendo a mesma entregue no início da audição um conjunto de materiais e documentos produzidos com apoio da secretaria que tutela, entre eles um desdobrável que foi entregue a todos os jovens no início do ano escolar, um marcador em papel que foi distribuído a todos os alunos, um desdobrável sobre o dia da droga e um livro elaborado pela unidade de alcoologia da Casa de Saúde de São Rafael destinado a todas as crianças do ensino básico das ilhas dos grupos central e ocidental.

Relativamente aos meios e recursos existentes na Região, a Secretária informou que para o tratamento das toxicodependências existe: em S. Miguel, uma consulta de Psiquiatria no Hospital do Divino Espírito Santo e uma clínica de tratamento na Casa de Saúde de S. João de Deus; na Terceira, uma unidade ambulatória, no serviço de Psiquiatria do Hospital de Santo Espírito, para além do apoio psiquiátrico levado a efeito nas Casas de Saúde Psiquiátricas de São Rafael e Espírito Santo; no Faial, os toxicodependentes têm feito o seu tratamento ambulatório no Hospital da Horta, havendo também neste hospital um serviço de Psiquiatria. Na Terceira estão a desenvolver-se esforços de modo a mobilizar um conjunto de técnicos que, agregados a uma IPSS, farão tratamento ambulatório. Seria também importante que fosse criada uma associação semelhante à “Alternativa” que existe em S. Miguel.

Na Região, sempre que um doente seja indicado para fazer o seu tratamento fora do seu meio familiar e social, é enviado para as comunidades terapêuticas dependentes ou com protocolo com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT).

Entretanto, foi criado o Núcleo de Coordenação do Programa Regional de Luta Contra as Dependências, no sentido de se colher experiências e coordenar medidas relevantes na abordagem destas problemáticas no contexto regional.

Para melhor conhecer a dimensão dos fenómenos de consumo lícito e ilícito de substâncias psicoactivas, a Região participou no Inquérito Nacional Droga – Meio Escolar, coordenado pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT). Os seus resultados irão permitir um conhecimento mais actualizado desses fenómenos, facilitando a tomada de decisões, técnicas e políticas, mais consentâneas com a realidade no que diz respeito às dependências.

No início do ano escolar 2001/2002, fez-se uma Campanha de “Prevenção e Luta Contra a Droga” cujo o objectivo foi informar os jovens acerca das consequências do consumo de drogas e transmitir atitudes saudáveis de vida como medidas de prevenção face àquelas substâncias.

A Secretária Regional dos Assuntos Sociais celebrou, no dia 22 de Fevereiro de 2002 um protocolo com a Presidência do Conselho de Ministros, no qual se estabeleceram as regras de cooperação técnica e financeira em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência. Com este protocolo é garantido, através do IPDT, o apoio técnico e as verbas necessárias ao financiamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência existentes na Região, o apoio a projectos de prevenção primária e ao funcionamento de uma “Equipa de Rua”. Pretende-se que a “Equipa de Rua” funcione em conjunto com a equipa da SIDA de modo a minimizar os danos e reduzir os riscos dos jovens.

Com o objectivo de potenciar a inserção social e profissional de ex-toxicodependentes pretende-se implementar, na Região, em cooperação com a Direcção Regional de Juventude, Emprego e Formação Profissional, o Programa Vida – Emprego.

Com o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2001/A de 27 de Abril, criaram-se na Região três Comissões para Dissuasão da Toxicodependência, a funcionar em S. Miguel, Terceira e Faial, em instalações provisórias desde 1 de Julho de 2001.

A comissão da ilha Terceira será a primeira a ter instalações definitivas, através do arrendamento de um imóvel. Os elementos das comissões já tiveram formação com o apoio do IPDT. Outra medida interessante relacionada com as Comissões de Dissuasão será a instalação de um sistema de video-conferência, em cada uma das ilhas onde não exista comissões instaladas, de forma a evitar a deslocação dos indiciados para efeitos de audição.

A Região tem vindo a fazer um investimento nos cuidados assistenciais a estes doentes, verificável através do número de pessoas que são assistidas. Em 1999/2000/2001 foram feitos 581 internamentos, 377 dos quais considerados primeiros internamentos. O número de consultas foi 3 134, das quais 56 são primeiras consultas. A diferença entre o número consultas e primeiras consultas que poderá ser desproporcionado, não é se tivermos em conta a problemática em análise. A Psicoterapia exige um número elevado de consultas.

O Programa de Redução de Danos, com Metadona, no ano 2000 abrangeu 97 indivíduos em S. Miguel e 86 na Terceira. Hoje mantêm-se estes números sem grandes alterações.

O Deputado Paulo Valadão questionou a Secretária Regional se se terá melhorado a situação na Região com alguns dos doentes que estão a ser tratados com Metadona. O programa da Metadona visa a redução de danos e não a cura destes doentes, respondeu a Secretária Regional. “A nossa expectativa é não aumentarmos os números existentes, o que significaria que o número de doentes que se recusam ao tratamento não aumentava. Todos os doentes que aderem ao Programa da Metadona são obrigatoriamente seguidos em consulta”.

O Deputado Raul Rego fez algumas considerações sobre o aumento da criminalidade e a sua associação às toxicodependências. A Secretária Regional, sobre esta matéria, considerou que, com a implementação das Comissões de Dissuasão, os toxicodependentes que não estão a ser seguidos por tratamentos poderão vir a ser encaminhados por estas. Ficando assim os serviços de saúde com o

conhecimento de uma faixa que até então era desconhecida. A toxicodependência é uma problemática complexa, provoca alguma angústia, exigindo a intervenção de diferentes tipos de programas para os vários grupos específicos, sendo, para isso, necessário o seu conhecimento integral.

Hoje conhecem-se os doentes, podem-se caracterizar os comportamentos dos jovens ou os dados das forças policiais, apesar destes últimos estarem muitas vezes relacionados com crimes de tráfico. O que importa na Região é ter um conhecimento o melhor possível desta realidade.

O Deputado Paulo Valadão questionou a Secretária Regional se a prevenção primária existe em relação a todas as ilhas, em especial se há a garantia da distribuição de todos os materiais e documentos nas ilhas mais pequenas e se há uma preocupação de interligação entre os serviços de educação, saúde e polícias. Quanto à última questão a Secretária afirmou que as Comissões vêm trazer uma maior interligação e a formação foi conjunta com a polícia. No que respeita à garantia de que nas ilhas pequenas se desenvolvem as mesmas actividades do que nas outras, será necessário aguardar-se pelos relatórios finais ou intermédios para aferir esta matéria.

A Deputada Cláudia Cardoso colocou à Secretária Regional questões relacionadas com o apoio às famílias dos doentes que estão no tratamento com metadona, razão porque o tratamento em comunidades terapêuticas tem um sucesso pequeno e se do número de pessoas no Programa Metadona nas ilhas Terceira e S. Miguel não apontava para uma problemática mais evidente da toxicodependência na ilha Terceira tendo em conta a sua dimensão populacional.

Relativamente aos apoios, estes fazem-se através de esclarecimentos e têm que actuar de forma intensa, porque o apoio das famílias é extremamente importante. Quanto aos tratamentos em comunidades terapêuticas, estas são locais com regras muito rígidas, importantes nestes processos terapêuticos. Muitas das vezes as pessoas estão quinze dias, não conseguem aguentar e regressam. Quanto aos números de doentes no Programa Metadona nas duas ilhas, não se pode especular com estes números, pois está-se perante realidades diferentes, tendo que se ter em conta aspectos financeiros, tipos de comportamento e aspectos culturais.

O Deputado José San-Bento considerou o fenómeno da toxicodependência de difícil tipificação, e estando perante uma situação de alastramento que poderá implicar outras metodologias, como o empenhamento das autarquias, o tratamento itinerante da metadona, a criação de equipas de rua, delegações de comunidades terapêuticas e a implementação do programa Vida-Emprego. Sobre esta intervenção, a Secretária Regional comentou que neste momento não se devia pensar em criar mais coisas mas dedicar a maior atenção à implementação do protocolo agora celebrado e só depois pensar-se noutras estratégias.

Audição com o Presidente do IDT

Uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais deslocou-se a Lisboa, no dia 30 de Janeiro de 2003, e ouviu na sede do IDT, o seu Presidente, Dr. Fernando Negrão, que se fez acompanhar nesta audição da Dra. Cecília Escarameia, também membro da Direcção daquele Instituto.

O Dr. Fernando Negrão começou por afirmar que era como muita honra que recebia no Instituto a Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que, em relação ao Protocolo existente entre o Governo da República e Região, existem “coisas” que poderão ser melhoradas a começar por criar uma figura para fazer a interligação entre o Instituto e a Região Autónoma.

Relativamente à realidade da Região, considerou que não deveria ser muito diferente da do Continente, realçando que havia feito há muito pouco tempo uma visita a uma comunidade terapêutica de Santarém na qual ouviu que os jovens dos Açores lá internados querem voltar aos Açores, porque sentem necessidade de estar junto das famílias. Por isso gostavam que houvesse uma comunidade terapêutica nos Açores.

De seguida, o Deputado Francisco Sousa, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, fez uma resenha da situação existente nos Açores.

O Deputado Bento Barcelos falou do diploma que criou o IDT, questionou se não ia ao IDT um técnico da Região e se não deveria haver outras estruturas nos Açores, como por exemplo CATES, concluindo que o Governo Regional tem que ter uma maior aproximação nesta matéria ao Governo da República.

O Dr. Fernando Negrão informou que desde que tomara posse da direcção do IDT que tem sido entendimento desta que a problemática das toxicodependências não é um problema dos partidos é uma causa que atravessa todas as camadas sociais. Existem dois espaços políticos, o Governo Central e o Governo Regional e como coordenador espera fazer uma política comum, com respeito pela Autonomia. Reiterou a maior disponibilidade para fazer esta interligação, de forma a potenciar as relações e os objectivos nesta área e que não será necessário ir mais longe do que está previsto na lei.

O Deputado Paulo Valadão voltou a levantar o problema da não existência de uma comunidade terapêutica nos Açores, e traçou alguns comentários à problemática da prevenção primária questionando se esta não teria que ser igual a nível nacional e regional.

O responsável pelo IDT, relativamente à prevenção primária feita ao nível das escolas, declarou que é um problema com que também lidamos no continente, em que há muitas vezes um alheamento, apesar de ser um problema nacional. Nos Açores, a coordenação terá que ser feita pelas Secretarias Regionais da Educação e dos Assuntos Sociais. A prevenção primária passa pela colaboração do IDT com toda e qualquer estrutura desburocratizada onde haja um interlocutor. Neste momento, existem núcleos regionais nas capitais de distrito que fazem a interligação com o IDT e existem protocolos com as Câmaras Municipais com apoio técnico-financeiro neste domínio.

Quanto às comunidades terapêuticas, existem várias teorias, umas que apontam para se tirar o doente do seu local e colocar noutra diferente, mas a ligação às famílias é muito difícil e estes sentem-se muito isolados; por vezes ainda a realidade cultural também poderá ser diferente o que leva a que os jovens não se identifiquem com a nova realidade e o seu sucesso ser dificultado. O mais importante é sensibilizar as famílias para que entendam a toxicodependência como uma doença e, como tal, é preciso tratá-la. Relativamente ao consumo de Cannabis não o poderemos desvalorizar, mas hoje deparamo-nos é com os policonsumos, os consumidores utilizam as mais variadas drogas. O Presidente do IDT aproveitou a oportunidade

para se pôr à disposição da Comissão de Assuntos Sociais da ALRA para participar numa conferência organizada por esta.

O Deputado José San-Bento questionou o Presidente do IDT sobre a futura política no combate às toxicodependências, em especial sobre o programa de redução de danos, e se a crise financeira existente iria afectar os investimentos previstos pelo IDT. Referiu que existem instrumentos compulsivos que muitas vezes são os próprios juízes que são renitentes em aplicá-los e, por fim, solicitou um comentário aos números que Portugal apresenta no domínio das toxicodependências, dos presos existentes nas nossas cadeias relacionados com esta matéria e ao número de mortes e doentes com SIDA ou outras doenças associadas à toxicodependência.

Para o responsável pelo IDT, os números que Portugal apresenta são números que nos envergonham a todos, se se perguntar se existe uma política definida para amanhã a resposta será negativa, temos que continuar a cumprir os compromissos com a comunidade internacional e ter uma política com novas propostas, participada com todas as pessoas da sociedade civil. Quanto aos tratamentos com opiáceos integrados no programa de redução de danos, estes irão continuar. Relativamente à crise financeira, esta também terá a sua influência nas políticas do Instituto levando a que se faça uma gestão mais apertada dos recursos existentes. No que concerne à resistência dos juízes em enviarem os doentes para tratamentos compulsivos, considerou que não se pode tratar um doente quando ele não o quer. Os médicos solicitam muitas vezes o internamento compulsivo porque são casos que exigem o tratamento compulsivo. Por fim, o Dr. Fernando Negrão concluiu que o trabalho com as “equipas de rua”, as famílias, a comunicação social, as campanhas sobre as novas drogas, a formação das polícias e a coordenação entre a oferta e a procura que não é feita, serão, entre outros, motivos de acção e empenho do IDT.

Audições a Hospitais e Centros de Saúde:

Audição ao Hospital do Divino Espírito Santo – Ponta Delgada

No dia 10 de Abril de 2002, a Comissão de Assuntos Sociais ouviu os responsáveis pelo Hospital do Divino Espírito Santo, tendo estado presente o Presidente do Conselho de Administração, o Director Clínico e os responsáveis pelos Serviços de Psiquiatria e de Infecto-Contagiosas.

O Director Clínico começou por afirmar que o Hospital funciona neste momento como uma retaguarda para as situações relacionadas com as toxicodependências. Os Serviços de Psiquiatria têm uma ligação especial a esta temática, existindo preocupações nestes serviços relacionadas com esta matéria e há interligação destes com os Serviços de Medicina Interna e o das Doenças Infecto-Contagiosas.

Nos Cuidados Intensivos houve uma afluência maior de doentes aquando do aumento do consumo cocaína nos Açores, proveniente do iate que largou essa substância na costa norte da ilha de S. Miguel. A Dra. Paula Macedo, do Serviço de Psiquiatria, está destacada para prestar apoio à Clínica de S. João de Deus. Sobre a problemática da toxicodependência, o Hospital do Divino Espírito Santo tem uma ligação especial ao Hospital da Universidade de Coimbra e ao Hospital de Santarém. A Dra. Joana Gago Câmara, responsável pelos Serviços de Psiquiatria, informou que, historicamente, as toxicodependências têm estado ligadas aos serviços de psiquiatria, mas os seus resultados foram nulos, pelo que houve necessidade de se criar serviços de tratamento.

Quanto ao número de dependências, estas têm aumentado. No alcoolismo não se tem verificado uma diminuição e nota-se a presença desta dependência em idades cada vez mais baixas. Na droga tem-se verificado um aumento, em parte devido ao problema dos repatriados.

Na Clínica de S. João de Deus, é feito o tratamento ao alcoolismo e droga, a desabituação e a reintegração social. Considerou ainda que, em seu entender, não haveria necessidade de haver duas estruturas, para não dobrar os serviços. O Hospital tem assumido o atendimento dos casos com sobredosagem ou com complicações agudas. Existem alguns pacientes que preferem continuar o seu processo de tratamento ao nível hospitalar. A psiquiatra informou também que é necessário inculcar no doente a postura de “eu quero tratar-me” e não “quero que me tratem”. Para além destes serviços, existe um acordo entre a Região e Comunidades Terapêuticas no Continente. Para as ilhas de S. Miguel e Sta. Maria existem condições para quem se quer tratar nas unidades de saúde, sendo fácil a sua acessibilidade.

O Deputado José San-Bento perguntou se era possível aceder a indicadores que apontassem a prevalência dos óbitos, doenças contagiosas e números de tratamentos relacionados com a toxicodependência. Colocou também uma questão relacionada com a prevenção secundária que visasse sensibilizar todos os serviços hospitalares, em especial, contra o alcoolismo.

Relativamente ao último assunto, os responsáveis hospitalares informaram que têm havido acções de formação internas de combate ao alcoolismo e estas visam atingir todos os funcionários, cerca de 1200. Quanto aos dados estatísticos é mais complicado, apesar do esforço que o hospital tem vindo a fazer ao nível da sua informatização.

O Dr. Melo Mota, responsável pelos Serviços Infecto-Contagiosas informou que o número de casos com Hepatite C aumentou no ano anterior (25/26) devido, em parte, à partilha de seringas, por indivíduos cujas idades estão compreendidas entre os 17 e 30 anos. Quanto à SIDA, em 98/99 houve 9 casos, em 2000, 19 e em 2001, 9 casos.

Em 2000 é o ano em que aparecem os repatriados ou em que a doença se manifesta com maior exuberância, alguns dos casos intimamente ligados à toxicodependência. Na Hepatite B não aparecem tantos casos e talvez os resultados sejam mais satisfatórios devido à vacinação que se tem feito. A computarização destes registos nem sempre é fácil apesar de serem doenças de “Declaração Obrigatória”.

O Deputado Bento Barcelos questionou os responsáveis hospitalares se concordavam com o tratamento à base da metadona, tendo-lhe sido respondido que concordavam. Este é um programa de redução de danos, com limiares diferentes, e o seu sucesso está na manutenção do doente no programa. O programa é uma via para levar o doente à abstinência. O tratamento de metadona movimenta cerca de 100 doentes. A metadona é só para determinados indivíduos pelo que, para além deste programa que deve continuar a existir, deveriam existir outros programas. Hoje existe um outro programa, o subntex, com base na buprenorfina. O Dr. Melo Mota, como responsável pela Comissão Regional da SIDA, entende que esta deve estar interligada com a Comissão Regional da Droga.

O Deputado Costa Pereira interpelou estes responsáveis sobre os protocolos existentes com centros nacionais e se na Região não deveria haver o tratamento em comunidade terapêutica, para além do existente na Clínica de S. João de Deus.

Para os responsáveis do Hospital, a desintoxicação rápida não melhora o doente, só alivia a ressaca, pelo que terá de passar sempre pela reintegração. Para o Continente só são enviados doentes para desintoxicação e tratamento em comunidade. Na Região só deverá haver alguns programas e deverão manter-se os protocolos com outras instituições do Continente.

O Deputado Bento Barcelos questionou sobre o aumento ou diminuição do consumo de drogas na Região. Foi-lhe respondido pela Dra. Joana Gago da Câmara que tal, como já havia afirmado, o número tem aumentado, devido ao barco que deu à costa e através dos repatriados. A publicidade desta temática poderá também aumentar a curiosidade de potenciais consumidores. Quanto ao álcool, esta dependência tem aparecido em populações cada vez mais jovens. A Dra. Joana Gago da Câmara conclui que os problemas reais da saúde não passam pelas toxicodependências, mas sim pelos 25 000 esquizofrénicos, pelos oligofrénicos (atrasados mentais) e pelos idosos, aos quais se deveria prestar um maior conjunto de apoios.

A Comissão foi ainda informada que no Hospital do Divino Espírito Santo existe uma consulta de Tabagismo que começou há cerca de um ano na Pneumologia.

Audição do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo

No dia 28 de Maio de 2002, a Comissão de Assuntos Sociais reuniu com o Director Clínico do Hospital de Santo Espírito, Dr. Alberto Rosa, que se fez acompanhar pelo Director da unidade de psiquiatria daquele hospital, Dr. José Madeira.

Nesta audição, começou por afirmar que os toxicodependentes sempre se trataram com fármacos e a maior problemática que já vem de antes relaciona-se com o alcoolismo. Ao falar-se da toxicodependência, aquilo que foi feito só foi possível pela disponibilização de pessoal dos hospitais. Hoje, uma das maiores preocupações está relacionada com as novas drogas. O que podem considerar estático é o tabaco e o alcoolismo.

A unidade de metadona foi concebida para ser orientada por médicos, porque estes tratamentos devem ser feitos nos hospitais. Para a abertura desta unidade, contaram

com a colaboração do Centro das Taipas. A Região equipou-se para esta tarefa e o seu crescimento tem sido grande. Contam com o apoio do pessoal de enfermagem porque não basta o acompanhamento médico. Esta unidade de metadona para a substituição dos opiáceos tem uma importância relativa e questionou-se quanto ao tempo que deveria estar no tratamento um doente, afirmando que este poderia ser de 4 meses a 2 anos, dependendo das características do doente .

Já estiveram na unidade de metadona 187 doentes. Hoje, no activo, existem 127. Como razões para a diminuição, apontaram que alguns doentes foram transferidos para outras ilhas, outros abandonaram o projecto e outros já não necessitam. Há um acordo com o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo.

No Hospital, 28 indivíduos estão a fazer um novo tratamento com norpermorfina, em que pagam parte do tratamento. No tratamento com metadona, 57 tomam no hospital, e os outros levam para casa.

Sobre uma questão colocada se seria possível criar um centro na Praia da Vitória, responderam que seria necessário fazer um estudo.

Quanto ao número efectivo de doentes, não é possível apontar dado que muitos destes são atendidos na Urgência do Hospital e, como esta não está informatizada, é difícil efectuar este cálculo. As novas drogas de fim de semana, como o ecstasy, são muito preocupantes, e de difícil detecção. Aparecem casos cada vez maiores de psicoses em vez dos normais casos de esquizofrenia. O álcool continua a ser uma tragédia dos países do Sul da Europa e é uma problemática em cuja irradiação ainda não se apostou.

O Deputado José San-Bento questionou estes responsáveis quanto ao tipo de rasteios que têm sido efectuados a estes doentes. Cerca de 60% dos 187 doentes têm hepatite C e existem 6 casos de HIV. Relativamente ao HIV, este estava antes relacionado, em primeiro lugar, com os homossexuais e hoje são os toxicodépendentes os principais portadores. É oportuno referir que, em 1994/95 com seis doentes, se gastavam para o tratamento da SIDA mil contos. Hoje, com 20 doentes e 3 fármacos, gasta-se entre 60 a 200 contos/mês com cada doente, o que leva a que anualmente se gastem entre 20 000 a 30 000 contos.

O Deputado Bento Barcelos colocou a questão do relacionamento do Hospital de Angra com as Casas de Saúde da ilha Terceira, e se o tratamento da alcoologia era só dirigido a homens.

O relacionamento do Hospital com as Casas de Saúde é muito antigo, os doentes do hospital estão lá internados e este dispensa algumas enfermeiras para lá prestarem serviço. O Hospital tem hoje ao seu serviço quatro psiquiatras. A realidade no apoio a estes doentes é muito diferente do passado. Existe falhas que poderão ser consideradas do Estado: o acesso ao álcool é livre e os jovens acedem facilmente. Existem leis, mas não há controlo. A publicidade às bebidas; a própria Selecção Nacional está a promover uma cervejeira. Existe pouca coerência em certos órgãos do Estado, em especial em áreas como a da publicidade. As Casas de Saúde estão a fazer formação no combate ao álcool e estes cursos deveriam ser mais implementados. O alcoolismo começa cada vez mais cedo. Quanto ao tratamento, se um indivíduo quiser ajuda, poderá tê-la no próprio dia. As famílias deverão acompanhar os filhos, pois normalmente quando há uma baixa no rendimento escolar este poderá estar relacionado com perturbações provocadas pelo álcool. A formação dos pais é extremamente importante.

O Deputado Paulo Valadão questionou sobre as causas do abandono de 60 doentes aos tratamentos, tendo-lhe sido respondido que existem casos em que se perde o rasto, muitos porque abandonam os tratamentos ou porque vão morar para outros lados.

Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores

A Comissão ouviu em audição no dia 17 de Junho de 2002, a Directora Clínica do Centro de Saúde de Santa Cruz, das Flores.

A Directora Clínica do Centro de Saúde de Sta. Cruz informou a Comissão que não existem dados estatísticos da Ilha, podendo afirmar-se que existe um ou dois consumidores, deslocando-se um destes periodicamente às consultas de Psiquiatria a S. Miguel. Pelas quantidades apreendidas na Ilha, pode deduzir-se que não seria só para um consumidor, mas, nesta matéria, uma só pessoa poderá comprar e fazer a sua distribuição pelos amigos. A Directora informou ainda que, quando um clínico na ilha tem qualquer dúvida sobre esta matéria, contacta telefonicamente com o

especialista e esta ajuda é bastante frutuosa. Nas urgências aparecem doentes que, algumas vezes, aparentam estados físicos relacionados com a matéria. Considerou ainda que na Escola poderá haver algum consumo, em especial de Ecstasy mas, enquanto médica, não o poderia afirmar. Quanto a campanhas de prevenção, o Centro de Saúde já realizou uma acção num hotel local para a população em geral e realizou outras, por diversas vezes, na Escola Secundária.

Posto de Saúde da Ilha do Corvo

A Comissão ouviu em audição, na ilha do Corvo, no dia 18 de Junho de 2002, o responsável pelo Posto Clínico.

Este afirmou que o fenómeno das drogas é ainda muito insipiente na ilha, apesar de já terem sido detectadas desde as mais soft até às mais pesadas. Por enquanto, não existem situações graves. Relativamente ao alcoolismo, este não deve ser muito diferente do das outras ilhas contudo, os problemas de saúde resultantes desta problemática são inferiores, porque as residências são muito próximo das tabernas e os habitantes quando se deslocam para elas já fizeram as suas refeições, fazendo com que os efeitos sejam menores e mais lentos. Quanto ao combate ao tabagismo, não tem havido campanhas e estas devem partir da Escola.

Audição às Casas de Saúde:

Audição com a Casa de Saúde de S. Miguel

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu no dia 11 de Abril de 2002, nas instalações da Casa de Saúde de S. Miguel, os seus responsáveis sobre as estruturas de apoio às dependências.

Na Casa de Saúde de S. Miguel funciona a Clínica de S. João de Deus, com uma capacidade de internamento de 33 camas. As áreas de intervenção são nos domínios da alcooldependência e da toxicodependência. A clínica possui duas modalidades de tratamento: Regime de Ambulatório e Regime de Internamento. Hoje estão na clínica, em regime internamento, 27 doentes, 13 alcoólicos e 14 toxicodependentes. Em tratamento ambulatório estão 471 utentes.

Tipos de tratamento utilizados pela clínica:

1. Desintoxicação Física;
2. Programa Antagonista Naltrexona (Narolex/Antaxone);

3. Programa de Tratamento com Opiáceos de Substituição/Redução de Danos (Metadona);

4. Reabilitação Psicossocial.

A Clínica de S. João de Deus possui os seguintes programas:

- Livre de drogas
- Livre de drogas+antagonista
- Tratamento por Substituição Opiácea (Metadona)
- Tratamento por Substituição (Buprenorfina) – a implementar em 2002

Constituem critérios de Exclusão do Tratamento (Ambulatório e Internamento):

- 3 faltas às consultas médicas;
- 3 faltas às consultas de psicologia;
- 3 faltas ao acompanhamento social;
- 3 faltas às consultas de terapia familiar.

No caso de preencher um destes critérios passará para o final da agenda do médico/psicólogo que segue o doente se estiver em regime ambulatorio. Ficará 3 meses sem ser novamente internado, se estiver em regime de internamento.

A Clínica de S. João de Deus recebe doentes de S. Miguel e Sta. Maria e também tem tido doentes da Terceira e do Faial.

Para satisfazer os encargos com os doentes a clínica recebe da Segurança Social uma diária por cada doente internado e, para o tratamento ambulatorio, por consulta médica 350\$00.

Neste momento, a Clínica de S. João de Deus passa por um processo de acreditação junto do SPDT.

Para a administração da Metadona será construído brevemente um novo edifício, apoiado pela Direcção Regional de Saúde.

Como estruturas de apoio às dependências, a Casa de Saúde de S. Miguel possui ainda:

Unidade S. Bento Menni

Unidade de Transição para 7 dependentes (álcooldependência e toxicodependência) com os seguintes objectivos:

Treinar competências:

- Actividades de vida diária;
- Gestão de dinheiro;
- Utilização de recursos comunitários;
- Actividades recreativas e culturais;
- Gestão da medicação.

Oficinas Ergoterápicas

- Formação Profissional e Pré-profissional (Cursos financiados pelo FSE);
- Programa Social de Ocupação de Adultos (PROSA);
- Programa de Actividades Ocupacionais e Produtivas (Prog. Ergoterápico).

Actividades desportivas de lazer e recreativas

- Desportos radicais;
- Ginásio e manutenção física;
- Grupo de teatro;
- Grupo musical;
- Passeios.

A Casa de Saúde de S. Miguel tem para aprovação na Segurança Social a candidatura para duas casas de transição na comunidade.

Na Casa de Saúde de S. Miguel funciona também uma Unidade de Serviços de Psiquiatria que tem neste momento 19 doentes internados, 18 alcoólicos e 1 toxicodependente.

No domínio da formação em Escolas e outras Instituições, a Casa de Saúde de S. Miguel desenvolveu as seguintes acções:

- Escola Profissional das Capelas (6^a feiras)

População Alvo: Docentes

- Escola Secundária Antero de Quental

População Alvo: alunos da disciplina de Formação Pessoal e Social

- Acção Social da Povoação

População Alvo: Educadores Sociais

- Programa “Sementes de Mudança”

População Alvo: Beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido

- Quartel de Ponta Delgada

População Alvo: Soldados em Geral

- Escola Profissional do Sindicato de Empregados de Escritórios e Comércio

População Alvo: Alunos

A Casa de Saúde possui ainda as seguintes candidaturas dirigidas à prevenção das dependências:

Projecto de Equipas de Rua – Pro-Ser – Projecto de Promoção de Saúde de Equipas de Rua. O Pro-Ser tem como principais metodologias de intervenção os serviços móveis de troca de Kits, de distribuição de panfletos informativos, de distribuição de bens de 1.^a necessidade; a inserção de elementos em locais habitualmente frequentados por toxicodependentes no sentido de estabelecer uma relação de confiança e posterior encaminhamento para serviços de saúde e de apoio social.

Com a aprovação deste projecto, a instituição pensa atingir os objectivos de prevenir a toxicodependência; saúde nos toxicodependentes consumidores, proteger a saúde e segurança pública, promover estratégias de actuação em zonas de consumo e de concentração de toxicodependentes ou de risco.

Programa Quadro Prevenir II / IPDT – Esta candidatura foi apresentada com intervenção em três eixos: - *Prevenção em Meio Escolar*; - *Prevenção em Família*; - *Prevenção em Espaços Recreativos, de Lazer e Desporto*.

Trata-se de um projecto de intervenção integrado, tendo em conta que o seu desenvolvimento, e implica a participação de outras instituições, escolas e projectos de intervenção social.

O projecto “*Desenvolvimento Pessoal e Social*” (Eixo: *Prevenção em Meio Escolar*) tem como principais objectivos treinar competências pessoais e sociais e prevenir o uso de substâncias nas crianças adolescentes e jovens.

No eixo *Prevenção na Família* foi apresentado o projecto “*Competências Sócio-Familiares*”, que irá desenvolver acções no sentido de prevenir e/ou reduzir danos, problemas familiares e sociais ligados ao álcool e à droga; educar e treinar aptidões e atitudes para um estilo de vida saudável e para um bem estar familiar e social.

“*Comunidade Saudável*” foi o nome adoptado para a candidatura ao eixo *Prevenção em Espaços Recreativos de Lazer e Desportivos*.

A “*Animalândia – Quinta Sócio-Educativa*” (Quinta com animais onde os alunos do 1.º ciclo que queiram passar uma parte do dia a tratar dos animais em relação com os doentes mentais e com o meio ambiente)

“*Programa ROLAR – Programa Radical de Opção, Lazer, Animação e Recreação*” (Utilização do recinto desportivo da Casa de Saúde S. Miguel – parede de escalada, slide, ring, mata, etc.) e “*Uma Casa no Escuro – Grupo Musical*” (actuações e composições musicais com mensagem preventiva) são de uma forma sucinta, as principais ideias de intervenção que se pretende realizar com os objectivos de:

- Prevenir e educar para a saúde;
- Promover o crescimento pessoal, social e afectivo das crianças e jovens;
- Promover hábitos de prática desportiva;
- Educar para estilos de vida saudável.

Todos estes projectos, em apreciação pelas entidades competentes, contarão com equipas próprias financiadas pelos mesmos onde serão integrados técnicos, como: Psicólogos, Técnicos de Serviço Social, Animadores, Assistentes Sócio-Familiares, etc.

São parceiros destas iniciativas o Instituto de Acção Social e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, tendo manifestado esta última o interesse de alargar a actuação daqueles projectos a um âmbito regional, com gestão da Casa de Saúde de S. Miguel.

Audição com a Casa de Saúde de S. Rafael – Angra do Heroísmo

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu no dia 27 de Junho de 2002, nas instalações Casa de Saúde de S. Rafael, os seus responsáveis.

Estes responsáveis começaram por afirmar que havia sido intenção da instituição a criação de um CAT, que não foi possível concretizar. Neste momento tem um projecto para a criação de uma Unidade Terapêutica, mas ainda não obtiveram uma resposta da tutela.

O acordo que possuem visa só combater o consumo de álcool, através de um plano para a prevenção primária e de uma Unidade de Alcoologia entretanto criada.

No período que medeia entre Fevereiro de 1999 e o ano de 2002, a Unidade de Alcoologia já atendeu 119 pessoas, que correspondeu a 230 internamentos. Destas pessoas sabe-se, através de contactos personalizados, que não estão a beber 49.

O Projecto de Prevenção Primária de Combate ao Álcool, no valor de € 20 000, desenvolve-se junto dos alunos do 1.º ciclo de todas as ilhas, com a excepção de S. Miguel e Santa Maria. As Escolas da ilha Terceira vêm à Casa de Saúde de S. Rafael, com o apoio das Câmaras Municipais e Casas do Povo, em termos de transporte. Nas sessões é projectado um filme, são distribuídos autocolantes e um livro sobre a matéria, servido um lanche e, por fim, é feita uma visita à Unidade de Alcoologia.

Na ilha Terceira as acções desenvolveram-se entre 4 de Março e 13 de Maio de 2002, e estiveram presentes 22 escolas, com 913 alunos, 64 professores e 24 auxiliares de acção educativa. De 13 a 15 de Maio realizaram-se acções na ilha de S. Jorge onde participaram 23 escolas, com 502 alunos, 49 professores e 24 auxiliares. Nas ilhas das Flores e Corvo, de 8 a 10 de Maio, participaram nas acções 216 alunos, 19 professores e 10 auxiliares. Este Projecto conta com a participação de 12 técnicos que, alternadamente em equipas de dois, realizam as sessões. A pedido da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, as sessões foram estendidas à ilha de Santa Maria pelo que decorre neste momento uma acção. Em resumo, o trabalho no combate às toxicodependências tem-se centrado ao nível da prevenção primária no combate ao alcoolismo, e, ao nível secundário, através do tratamento. Desenvolvem, ao nível da prevenção primária, ainda algumas sessões públicas em que a afluência não foi muito grande devido a alguns problemas com a sua divulgação.

O alcoolismo provoca um conjunto de sequelas que necessitam de ser minoradas através da reabilitação psico-social e da formação profissional. A Instituição tem feito acções de formação profissional destinadas a jovens com mais de 16 anos, fora da escolaridade obrigatória, com algum risco de exclusão social. Frequentam os cursos actualmente 52 alunos, na sua maioria jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, que representam 70%. Os outros formandos são pessoas desempregadas com dificuldades sócio-profissionais e alguns utentes da Casa de Saúde (12). Três destes formandos vêm do programa de recuperação de alcoolismo,

com uma média de idades entre os 40 e 50 anos, que antes não tinham qualquer projecto de vida e hoje estão muito bem integrados.

Os cursos são nos domínios da hortifloricultura, agro-pecuária, confecção de roupas/estofos e carpintaria-marcenaria. Os Cursos na sua 2.^a experiência, são de nível I, de dois anos de duração e são cofinanciados pelo FSE. Neste momento, está-se a formalizar a constituição de uma cooperativa no domínio agro-pecuário, através de uma quinta de que a instituição é proprietária, de modo a que se possa criar emprego definitivo, essencial para quem não pode entrar no mercado de trabalho, porque muitos dos doentes não conseguem ser autónomos.

Estes doentes estão também integrados numa unidade “equipa de treino”, que visa a sua integração social. Na reabilitação psico-social existem 43 doentes, alcoólicos, toxicodependentes não consumidores e doentes psiquiátricos. Existe também um protocolo com a Escola EB, 2,3 de Angra do Heroísmo para que 4 alunos do Programa Oportunidade desta escola façam um estágio de ensino/aprendizagem em posto de trabalho. A Instituição tem um projecto para a construção de um novo edifício para a formação profissional, anteriormente orçado em 110 000 contos e actualmente em 160 000.

Como forma de resolver o problema de sobrelotação da Casa de Saúde de S. Rafael, a Instituição tem um projecto que gostaria de concretizar, que é o “Abrigo Amigo”, que consistiria na criação de uma unidade para os sem abrigo, com 15 a 20 camas. Outro projecto futuro passa pela criação de um Centro de Dia destinado aos doentes alcoólicos recuperados e aos doentes psiquiátricos. Com este espaço poderá reduzir-se o número de internamentos, dá-se algum tempo às famílias e fortalece-se os doentes.

Relativamente ao internamento de toxicodependentes houve, no passado grandes dissabores, pelo que a Instituição só se dedica aos casos ligados ao álcool. O único apoio que dão é a jovens que frequentam os cursos de formação profissional, ao nível da prevenção.

O responsáveis informaram, por fim, a Comissão de Assuntos Sociais que fora criada uma Associação dos Amigos e Familiares dos doentes da Casa de Saúde de S. Rafael para ajudar e dar a conhecer a Instituição.

O Deputado Bento Barcelos referiu que as políticas de combate às toxicodependências estão intimamente ligadas às medidas políticas do Governo, questionando o responsáveis pela instituição se era ou não importante a criação de um CAT em Angra do Heroísmo, se a unidade de S. João de Deus, em S. Miguel era suficiente ou não para os Açores, concluindo que era importante a prevenção primária no 1.º ciclo que a Instituição está a desenvolver relativamente ao combate ao álcool, visto ser uma base para o sucesso no futuro.

Relativamente ao combate ao alcoolismo, os responsáveis consideram-se satisfeitos, dado que têm uma taxa de sucesso na recuperação na ordem dos 30%. Os recursos humanos foram reforçados com a contratação de um psicólogo, uma socióloga e uma animadora. Quanto à questão da criação do CAT, esta teria sido uma resposta para um universo de 70 000 habitantes, mas não pensam retomar o processo, enveredando pela Unidade de Alcoologia. O Hospital de Angra vai dando uma boa resposta através da sua unidade de Metadona. No que concerne à resposta dada pela Clínica de S. João de Deus esta é boa, podendo ser melhorada em alguns aspectos como o internamento, dado que só possui 20 camas para a desintoxicação.

O Deputado José San-Bento colocou as seguintes questões: se as pessoas que se deslocam para a Clínica de S. João de Deus quando saem, são apoiadas quando chegam à ilha Terceira; quanto ao alcoolismo, como caracterizavam os doentes; e qual a tendência geral, se seria de agravamento. No que concerne à caracterização dos alcoólicos, estes têm uma média de idade de 30 a 40 anos e são relativamente informados, têm problemas desde a adolescência ou no início da vida adulta. Alguns consomem desde crianças. Quanto às pessoas com idades superiores a 50 anos estas são consideradas desinformadas. Relativamente aos doentes que vão para a Clínica de S. João de Deus, alguns “vão numa SATA e voltam noutra”. Os que ficam lá dois meses ou mais quando chegam deviam ser devidamente acompanhados por um psicólogo ou um psiquiatra, para evitar recaídas. Ao nível da reintegração dos toxicodependentes na ilha Terceira não há nada.

Audição com a Associação “Alternativa” – Ponta Delgada

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu em audição, na sede da Associação Alternativa, os seus responsáveis.

Esta Associação trabalha na base de um programa de recuperação e inserção de toxicodependentes após terem feito um programa de desintoxicação no caso dos doentes dependentes de drogas duras. Os utentes da instituição tomam um antagonista e não podem tomar drogas porque estão a fazer este tratamento. Aos utentes são feitos testes semanais aleatórios. A Associação dispõe de uma residência para rapazes e um apartamento para raparigas, quando estes não têm família ou têm conflitos familiares. Para os casais existem alguns apartamentos. Dado que os utentes trabalham, são eles que pagam a sua medicação. A Associação tem ao seu dispor um médico, um psicólogo, um sociólogo e um advogado. Na Associação existe uma oficina de recuperação de caixas e uma de cerâmica e, no Mercado Municipal, dispõem de uma loja. Aos utentes são ainda disponibilizadas aulas de rappel e de ioga.

A Associação desenvolve o Projecto “Ilha Limpa”, em colaboração com as Câmaras Municipais e a Secretaria Regional do Ambiente, através do qual desenvolvem acções de limpeza em vários locais, especialmente em ribeiras e praias.

No programa desenvolvido por esta instituição não são feitos testes às drogas leves (haxixe e marijuana), dado que estas não poderão ser consideradas como as outras. Os responsáveis pela instituição são a favor da liberalização das drogas leves. A não existência no mercado de drogas leves leva a conduzir à iniciação com drogas duras. Há um aumento enorme do número de toxicodependentes. Hoje, os bairros sociais de Rabo de Peixe estão cheios, do barco que deu à costa, deixaram a questão de como será quando acabar. Antes as pessoas chegavam com problemas de heroína e hoje predomina a cocaína.

O Deputado Joaquim Machado questionou estes responsáveis sobre o número de utentes da instituição e comentou que estes defendiam as drogas leves sem falar em prevenção. A “Alternativa” iniciou a sua actividade em 1995, numa época em que era tabu falar em drogas, começaram por trabalhar na cadeia, mas esta não deveria ser a sua principal actividade. Relativamente à prevenção primária, esta deverá ser feita no dia a dia nas escolas, a começar no pré-escolar e no primeiro ciclo. As crianças deverão ser mantidas com actividades que lhes dêem prazer e interesse. Actividades como o dia D ou outras semelhantes são simplesmente gastos de

dinheiro que levam a resultados pouco satisfatórios. O número diário de utentes da instituição é de 17, com medicação. Ligados à instituição estão 40, estando 6 internados. A integração é feita através do Programa PROSA e com empresas privadas. As pessoas que frequentam o Programa da Associação estão integradas no seu meio social, vão ao cinema e bares, e terão que alterar alguns comportamentos na sua vida. Metade das pessoas normalmente ficam no programa. Este não resultou com os repatriados. A Alternativa abrange unicamente pessoas da ilha de S. Miguel. O Deputado José San-Bento questionou se era possível fazer-se uma caracterização dos toxicod dependentes e as zonas de mercado. Para estes responsáveis, as apetências dos jovens passam pelas novas drogas como o ecstasy ou outras pastilhas e as maiores zonas de tráfico são a Calheta, Rabo de Peixe e o Lajedo. No próximo mês vai iniciar-se uma experiência de troca de seringas na Calheta, em cooperação com a Comissão de Luta Contra a SIDA.

Audição à Clínica do Outeiro – Porto

Uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, no dia 29 de Janeiro de 2003, deslocou-se à cidade do Porto e ouviu em audição o Dr. Freitas Gomes, responsável pela Clínica do Outeiro, onde vários açorianos têm feito o seu tratamento.

Este responsável começou por afirmar que a problemática da toxicod dependência caiu na rua e hoje todos falam e opinam sobre esta. Desde 1975, em conjunto com o Professor Doutor Fernandes da Fonseca, começaram a estudar o problema. Os Estados Unidos da América foi o primeiro país que se dedicou ao estudo da toxicod dependência, fruto das consequências da guerra da Coreia. Foram aos Estados Unidos verificar os tipos de tratamento existentes. Existem dois tipos de tratamento; o de “Minnesota” e de “Nova York” qualquer um deles com dois pressupostos; o primeiro, comum aos dois, consiste em considerar a toxicod dependência como uma doença. O segundo pressuposto considera no primeiro tratamento que a toxicod dependência não tem cura e, no segundo, entende-se que tem.

Em 1991, compraram um programa existente no Canadá e em Outubro desse ano abriram a Clínica do Outeiro com 6 doentes. Hoje são autónomos.

No nosso programa existem três momentos: primeiro é feita a desintoxicação em regime de internamento, que dura oito a dez dias, tal como está legislado, sendo os

primeiros três dias bastante penosos; de seguida, desenvolve-se um programa de inter e auto-ajuda, no qual se estabelecem um conjunto de tarefas de rotina de uma casa, com regras; nesta fase, restabelece-se os comportamentos normais dos indivíduos e a retoma da fisiologia, estando-se perante uma alteração neurológica em que é preciso tempo para compensar a procura da droga; este programa desenvolve-se entre oito a doze meses; por fim desenvolve-se a integração.

No segundo momento do tratamento, em termos cognitivos, é explorada a expressão dos sentimentos, com grupos diferenciados, nos quais se integram os novos membros, os recuperados, pares do meio e os modelos constituídos por velhos membros da clínica.

Normalmente é necessário um mês para fazer a descompressão do tratamento e um mês para a integração na comunidade terapêutica. No final do ano promove-se uma cerimónia para a entrega de diplomas. Durante um período de dois a cinco anos, após o tratamento a Clínica, seguem os seus doentes. Quanto a percentagens de sucesso, após a desintoxicação, apenas 25% se sujeita ao tratamento em comunidade terapêutica e destes ainda há entre 10% a 15% de recaídas, não se conseguindo curar mais do que estes valores. O número de pessoas em tratamento do sexo feminino é menor, mas em número de fugas, é o maior. Os utentes quando saem da instituição devem procurar pessoas positivas livres de droga. Normalmente ficam pelo Porto um ou dois anos devido às relações que entretanto estabeleceram. A Clínica é mista, tem muita gente dos Açores e da Europa.

A Organização Mundial de Saúde classifica a toxicod dependência como uma doença, tal como vem descrito no livro “Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde”, do centro colaborador da OMS para a classificação de doenças em português, da Universidade de São Paulo.

Os doentes que não se curam levam esta doença até à morte. Relativamente à classificação das drogas, para este responsável, não existem drogas leves e duras, esta classificação é errada. A título de exemplo, apontou que o haxixe deposita-se nos testículos e nos ovários provocando a impotência. Quem está nas ditas drogas leves, a tendência é passar às outras. Os traficantes começam por introduzir o haxixe

para depois passarem às outras drogas. O haxixe é um aforizante e por isso leva a outras. O haxixe também pode matar por “afixação cardíaca”.

Uma só experiência de LSD provoca lesão para o resto da vida.

O Ecstasy é uma metanfina em que a pessoa perde a noção de cansaço e faz uma desidratação que provoca muitas vezes a morte.

A Cannabis é o mesmo que o haxixe no seu efeito, pode provocar situações de psicoses e esquizofrenias latentes. Relativamente à criminalidade associada às drogas, o roubo para a heroína é para o dia a dia, o que já não acontece com a cocaína, que está associada a uma criminalidade mais violenta.

Hoje temos questões muito novas: os laboratórios vendem substâncias que são proibidas de vender, como por exemplo, a metadona; a heroína tem de ser traçada 98 vezes e, ainda assim, um grama custa entre nove a dez contos.

Falar numa despenalização ou liberalização global das drogas, nunca será autorizadas por instituições como a ONU, a Organização Mundial de Saúde ou a NATO. A história da Holanda, de que as pessoas falam, não é a mais correcta. Naquele país é proibido consumir e vender haxixe, o seu comércio não está liberalizado. Existe um concelho que autoriza a venda em sítios específicos. A nossa legislação deu um avanço através da despenalização do consumo, que considera que está bem, mas terá de haver uma legislação global para todo o mundo.

Relativamente ao Programa da Metadona, referiu-se que este devia ser aplicada em grávidas e casos de doenças graves como a tuberculose; o que acontece na prática é que há cada vez mais gente a tomar, para que as pessoas possam manter o seu trabalho e minorar a sua doença, o que faz com que os médicos tenham depois dificuldade em terminar com a sua aplicação.

Quanto às “salas de chuto”, considerou que elas eram algo de folclórico, quando deveriam ser consideradas como centros altamente especializados, com técnicos preparados para motivar para o tratamento. Compreende ainda a sua existência porque vale a pena ainda que seja para salvar uma só vida.

A sua comunidade tem 63 doentes internados, uma casa em Matosinhos, para a desintoxicação, uma unidade terapêutica em Vila do Conde e uma casa no Porto para a reintegração. Das camas existentes, 35 estão protocoladas com a Segurança

Social. As dos Açores não fazem parte destas, por estarem integradas num subsistema.

Os doentes que vêm dos Açores normalmente não voltam às ilhas. Os custos dos transportes são o mais complicado para as pessoas mais pobres, a segurança social nem sempre tem dinheiro. Desde que o barco deu à costa, em Rabo de Peixe, já passaram cinquenta doentes pela clínica. Os doentes normalmente vêm dos Açores encaminhados para o CAT de Xabregas e por esta via chegam à clínica. Um tratamento privado fica pelo valor de 1247 euros.

Este responsável referiu que a sua instituição era uma das várias existentes no país, com um programa semelhante existe a clínica do Lugar da Manhã, em Setúbal e, com o programa “Minnesota”, salientou as comunidades do Crato, de Vila Real e Castelo Branco.

Por fim, considerou que na sua clínica o programa era desenvolvido por médicos e psicólogos e que eram muito exigentes; o dinheiro não abunda para se fazer um, dois ou três tratamentos por pessoa, concluindo que a instituição tem sido fiscalizada pelos vários Governos no que concerne às instalações e não aos seus programas.

Audições aos responsáveis pelas polícias nos Açores:

Audição com a Polícia judiciária – Ponta Delgada

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu na sede da Polícia Judiciária, em Ponta Delgada, no dia 9 de Outubro de 2002, com o responsável pela Brigada de Estupefacientes na Região Autónoma dos Açores.

Segundo este responsável, já foram efectuadas desde Janeiro desse ano, 100 detenções relacionadas com crimes de tráfico de estupefacientes.

Em seguida informou a Comissão que na ilha do Pico haviam sido capturadas 617 plantas de Cannabis, com características de grande qualidade, que era difundida a sua comercialização pela Internet e estava também à venda na Holanda.

A actuação da Polícia Judiciária é desenvolvida nos Açores em estreita colaboração com a PSP e a GNR.

Para este responsável, o tráfico de estupefacientes é aliciante nos Açores, dado que os preços são muito mais caros e o grau de pureza é muito menor, levando a que os lucros sejam maiores.

Como referência informou entre outros que o preço do grama da cocaína em Lisboa anda à volta dos 4 500\$00 e os 6 000\$00 e, nos Açores 20 000\$00 a 25 000\$00. A heroína de 8 000\$00 a 10 000\$00 e, nos Açores, de 40 000\$00 a 60 000\$00. Estas margens de lucro justificam a ida a Lisboa para abastecimento.

Como factores que levam à inflação destes preços, apontou a dificuldade de penetrar no mercado, a eficácia policial e a relação entre a procura e a oferta.

O meio de entrada tem sido por via marítima ou aérea, sendo, no primeiro caso, camuflado através da entrada de mercadorias.

Os cães, como meio de busca, não são muito eficazes, com excepção para as buscas domiciliárias. Nos outros casos, normalmente, o produto não está muito exposto o que torna a sua detecção difícil para os animais.

O número de overdoses verificadas no ano passado coincide com a captura da droga verificada em Rabo de Peixe, da qual se perderam mais de 200 Kg, que foram consumidos cá. Um copo chegou a ser vendido por 10 000\$00, quando deveria custar 2 500 contos. Exceptuando esta apreensão, as substâncias que foram apreendidas cá são para consumo local. Os consumidores caracterizam-se normalmente por jovens estudantes que normalmente se agrupam em grupos de 3 ou 4 e juntam 300 a 400 contos para se deslocarem a Lisboa para adquirir haxixe.

Produtos estupefacientes apreendidos pela Polícia Judiciária na Região

Detenções efectuadas pela PJ na Região por crimes de tráfico de estupefacientes

Ano – 2001

- 31 indivíduos presos

Ano – 2002 (01 de Janeiro a 09 de Outubro)

- 55 indivíduos presos

A Deputada Nélia Amaral colocou a questão de saber se os Açores poderão ser considerados uma plataforma no comércio internacional. Para o responsável da Judiciária, os Açores estão numa rota privilegiada ao nível das correntes marítimas para os veleiros. Os iates passam por cá, mas não descarregam o produto, portanto não funciona como plataforma, mas como porto de passagem. Lisboa sim, poderá ser considerada uma plataforma para o Continente e para Espanha.

Quanto ao consumo de drogas nos Açores, considerou que este não era grave. Vê-se mais pessoas vítimas do alcoolismo do que da droga. Nos Açores, os consumidores são mais facilmente identificados. Se lhes falta o dinheiro começam por rassar e procuram ajuda ou cometem furtos e são identificados. Aqui, a estatística retrata melhor a realidade que em contextos maiores onde os casos são mais difíceis de detectar. Assim, estes valores não significam que o consumo seja superior, mas a pequenez do meio e o preço dos produtos, fazem com que casos sejam mais rapidamente e eficazmente identificados.

O Deputado Manuel Campos questionou este responsável sobre o relacionamento entre a Polícia Judiciária e as outras polícias, a relação desta com as escolas e o impacto dos repatriados na Região.

Relativamente ao último assunto, eles representam um foco de violência por dificuldade de integração. No domínio da droga, em termos de tráfico, estes não representam nada porque não estão integrados na sociedade, quando muito são relevantes em termos de consumo. Quanto ao relacionamento com as escolas, quando solicitados, comparecem. Importa referir que há alguma falta de informação quanto à Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, onde o consumo não foi despenalizado, mas sim descriminalizado. No que concerne ao relacionamento com as outras polícias, existem reuniões periódicas e muitas das acções são feitas em conjunto, como nos casos da ilha do Pico e da cidade da Horta, que foram feitas com a Brigada Fiscal ou em Rabo de Peixe com a PSP.

O Deputado José San-Bento pediu para ser informado da pureza e da proveniência das drogas consumidas na Região e sobre a caracterização geográfica e o perfil do consumidor. Quanto ao primeiro assunto, nota-se que a pureza está a aumentar e a principal proveniência é o continente português. Quanto ao segundo assunto,

afirmou que existe uma generalização do consumo em termos geográficos, passando por espaços rurais e atravessa todas as classes sociais e idades. Não há local nem pessoas protegidas. A heroína está a ser mais fumada do que injectada, porque chega à rua com maior pureza e as drogas sintéticas estão ser mais utilizadas. Os locais onde têm havido detenções são Rabo de Peixe, Calheta e Arrifes.

O Deputado José San-Bento voltou a inquirir este responsável sobre o tipo de criminalidade ligada à droga e sobre o produto final (lucro) da droga.

Quanto ao tipo de criminalidade, os crimes são contra o património. Já começa a aparecer criminalidade organizada, através de rede pelos correios, alguém que transporta a droga, alguém que dá o nome para aparecer no contentor ou a pequena empresa que é utilizada no percurso. Quanto ao lucro, detectaram um enriquecimento na ordem dos 2 milhões de contos, maior que todos os outros branqueamentos juntos, já detectados.

O Deputado Bento Barcelos salientou que começam a aparecer manifestações exteriores de riqueza na Região, não explicáveis, e que se fica com a sensação que os grandes que existem no meio da droga nunca são apanhados. A problemática da droga é transversal a todas as classes sociais e o trabalho das polícias é muitas vezes posto em causa por erros processuais quando estão perante um crime. Por fim, solicitou um comentário sobre o sigilo bancário.

Em relação ao sigilo bancário este responsável considerou que a Lei n.º 5/2002 é suficiente, faltando regulamentar o seu art.º 3.º . Esta lei permite a investigação do branqueamento de capitais ligado à droga.

Audição com a Polícia de Segurança Pública – Ponta Delgada

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu, na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Ponta Delgada, no dia 9 de Outubro de 2002, o Superintendente Furtado Dias, do Comando Regional da Polícia de Segurança Pública.

Este responsável começou por referir que iria abordar a problemática da toxicodependência na perspectiva da sua experiência de 12 anos à frente do Comando e com base em pistas e resultados obtidos. A sua percepção da toxicodependência, na globalidade, passa pela redução da procura nos seus aspectos a montante e a jusante. A montante considerou que as leis eram boas e o muito

trabalho que se tem desenvolvido nesta área. Todavia, o que nota é que o grande traficante, que tem lucro garantido está menos exposto que o pequeno traficante. Este, quando apanhado, é substituído por outro.

A jusante, é preciso fazer muito ao nível da prevenção, de modo a reduzir a procura. As drogas lícitas e ilícitas podem conjugar-se muitas vezes. Por detrás da evolução da droga está a ganância e falta de humanidade de explorar o homem pelo homem. As drogas têm evoluído e, ainda naquela semana, o Diário de Notícias fazia referência a uma nova droga denominada GHB, elaborada a partir de um solvente utilizado em indústrias cujos efeitos são mais prolongados e mais desinibidores.

A PSP tem desenvolvido pontualmente, desde 1986, um conjunto de acções junto das escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário para combater as toxicodependências. Entretanto, não se pode dar continuidade nos 2.º e 3.º ciclos e secundário por não fazer parte dos currículos uma intervenção deste tipo. No continente, estas acções também têm sido desenvolvidas mas abrangem ainda o combate à violência. Nesta última área, resolveu-se fazer um inquérito às escolas de Ponta Delgada e Arrifes, cujo relatório está praticamente feito. Este relatório, quando concluído, será enviado à Comissão.

Relativamente ao álcool, considerou que este está na raiz da violência, do crime e do vandalismo, sendo a maior pecha da nossa sociedade. No que concerne à droga referiu ainda que esta hoje pode ser adquirida via internet, havendo portanto uma maior facilidade na sua aquisição.

O Deputado José San-Bento começou por considerar que os jovens hoje têm dinheiro e há uma maior mobilidade de pessoas e capitais e, depois, pediu uma informação factual e rigorosa sobre os seguintes aspectos: indicadores indirectos do mercado de droga a nível das apreensões, quantidades e tipos; evolução do preço e pureza da droga e sua proveniência; o perfil dos consumidores; um comentário “foi-nos dito que Rabo de Peixe, Calheta e Santa Clara eram meios onde de se desenvolvia um grande número de transacções”; a droga no meio escolar; e a criminalidade relacionada com a droga nos últimos anos.

A estas questões, o Superintendente Furtado Dias comentou que a existência de mais ou menos dinheiro facilita ou dificulta o mercado da droga. Relativamente aos

dados, estes nem sempre são fiáveis pela falta de cruzamento de informação, algumas vezes entram alunos nos hospitais em estado de coma que a PSP não tem conhecimento. Têm é uma certeza, só há duas vias de introduzir droga no arquipélago, por via marítima ou aérea. Nos correios têm sido feitas algumas capturas, cujo destino nem sempre eram os destinatários previstos. As apreensões feitas de droga não são indicadores de consumo e deu como exemplo a captura de 500 Kg de cocaína em 2001. Quanto ao preço da droga e a criminalidade, o que se verifica é que, quando há um maior aperto na fiscalização, a criminalidade aumenta porque o preço da droga sobe. Em matéria de pureza, faz-se uma análise rápida para se saber se é ou não droga e depois é enviada à polícia científica que dá o grau de pureza. Relativamente ao perfil do consumidor, antes notava-se um ou outro elemento na praça pública, hoje há um refugiar-se em casas particulares. Os consumidores são normalmente provenientes de ambientes familiares degradados e desestruturados. Quanto a locais confirmou os apontados mas existem outras zonas, apesar de haver uma mudança rápida de zonas com a utilização dos telemóveis, a escuta está dificultada dado que se muda de telemóvel como se muda de camisa. Acrescentou ainda que a posse da dosagem permitida por lei leva a que não se possa muita vez considerá-lo traficante. Em relação a Rabo de Peixe, houve sempre a dúvida se se tinha apanhado tudo. No meio escolar a presença da polícia leva a que os casos desapareçam. Os crimes que mais se praticam é o da violência e da injúria ou seja, no domínio comportamental.

Quanto às apreensões feitas pela PSP nos Açores entre 1999 e 2001 foram as seguintes:

Estas apreensões foram feitas na sua grande maioria nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial. As ilhas em que não foram feitas quaisquer apreensões foram S. Jorge e Corvo.

O Deputado Fernando Lopes solicitou que fosse feito um melhor perfil do consumidor e colocou várias questões relacionadas com os seguintes aspectos:

consumo nos meios rurais; coordenação das polícias; meios utilizados; limites de actuação da polícia e efeitos indirectos como os sinais exteriores de riqueza.

Relativamente ao perfil, o Superintendente referiu que a Lei n.º 30/2000, criou as Comissões de Dissuasão, os consumidores que são apanhados deveriam ir lá e, a partir daí, poder-se-ia começar a ter um perfil mais correcto. Quanto aos consumos no meio rural, este está cada vez mais esvaziado de juventude que tem caminhado para a construção civil. Relativamente aos meios técnicos e humanos, há polícias com formação específica e são suficientes. A Região é pequena e normalmente apanham-se os implicados. No que concerne à coordenação entre as forças policiais, existe uma Unidade de Coordenação de Intervenção Contra a Droga que é coordenada pela Polícia Judiciária. A colaboração entre as polícias é imprescindível; porém, a PSP não poderá actuar em áreas que não lhe pertencem, como por exemplo a zona marítima, que pertence à Brigada Fiscal ou à Polícia Marítima. A Lei n.º 21/2000 ampliou áreas para PSP que antes estavam no âmbito da Polícia Judiciária. Quanto aos efeitos indirectos, como os sinais exteriores de riqueza, apontou que não estavam no âmbito da PSP, mas sim de outras polícias. Ainda referente a limites lembrou que há áreas em que a polícia vai por gentileza das entidades, como por exemplo a ida de cães aos Correios. Por fim salientou que, para o Ministério Público aceitar alguns casos, a Polícia terá que ter provas evidentes o que leva a um trabalho investigatório aturado.

Audição com a Brigada Fiscal da GNR – Ponta Delgada

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu em audição no dia 9 de Outubro de 2002, o Comandante do Grupo Fiscal dos Açores, da Brigada Fiscal da GNR, Major Custódio Pires.

A Brigada Fiscal trabalha nos Açores em colaboração com as outras polícias e tem feito apreensões a nível do pequeno traficante. Ultimamente fez apreensões de Cannabis nas ilhas do Pico e de S. Miguel. No Pico foram apreendidas mais de 200 plantas de uma vez, e noutra, em conjunto com a Polícia Judiciária foram apreendidas mais 100 plantas e sementes. A investigação e as buscas são feitas normalmente pela Polícia Judiciária. Na ilha do Pico torna-se cada vez mais difícil as buscas, atendendo ao abandono das terras, que hoje são autênticos matagais.

O Deputado José San-Bento questionou este responsável da GNR sobre as apreensões de droga nos Açores, sua evolução, quantidades, tipos, pureza e proveniência.

O Major Custódio Pires fez uma abordagem ilha a ilha, começando por falar nas plantações de Cannabis existentes nas matas da ilha do Pico, as quais têm sido referenciadas na Holanda, como de qualidade excelente. Este caso tem preocupado a Brigada Fiscal, mas esta depara-se com pouco recursos humanos. No Faial têm-se efectuado algumas apreensões de pequena dimensão, em especial de heroína, que vem de avião. Lembrou ainda que existe uma grande interligação entre as ilhas do Pico e do Faial, devido às fáceis ligações entre elas e “o Pico ser considerado o quintal do Faial”. Na Terceira considerou que a situação era um pouco diferente; existe um número assinalável de consumidores, que adquire as substâncias directamente no Continente ou através de encomendas postais e são as próprias famílias que muitas vezes fazem as denúncias. Nesta ilha, como na do Faial, não se tem conhecimento que haja no mercado Liamba. Na ilha das Flores também já apareceu uma encomenda vinda da Amadora, com destino ao Corvo e que por sua vez foi reencaminhada para as Flores. O cruzamento de muita informação leva a que se possam fazer estas apreensões. Em S. Miguel não dispõem de muitos dados. “É nesta ilha que está sedeadada a Polícia Judiciária, todavia posso informar que no mês passado foram apreendidas 22 plantas de Cannabis na Ribeirinha”. Quanto às ilhas Graciosa e S. Jorge não tem qualquer conhecimento.

O Deputado Bento Barcelos questionou este responsável do seguinte modo: considerando que a GNR actua mais nos portos e aeroportos que acções de rotina costumam fazer ao nível das cargas? Este responsável não respondeu directamente a esta questão. Falou que, relativamente aos iates, o papel da Brigada é normalmente registar a sua chegada e a sua saída. Quanto à fiscalização no seu interior, que é um controlo importante, esta só poderá ser feita com um mandato do juiz, como se de uma casa se tratasse. Em casos de denúncia ou de investigação a Polícia Judiciária entra em acção. Lembrou à Comissão que o número de iates tem aumentado na ilha das Flores e esta não foi considerada fronteira europeia ao nível do “Espaço Schengen”. As apreensões têm sido quase todas feitas nos aeroportos, em especial

nas Lajes e na Horta. Concluiu que apreender mais ou menos para a GNR não significa que o consumo esteja a aumentar ou a diminuir atendendo a que estas apreensões espelham unicamente uma parte das forças policiais que actuam nesta matéria.

Audições aos estabelecimentos prisionais da Região:

Audição com o director do estabelecimento prisional regional de Ponta Delgada

No dia 11 de Abril de 2002, a Comissão de Assuntos Sociais ouviu no estabelecimento prisional de Ponta Delgada, o seu Director.

O Director começou por registar ser a visita dos deputados da Comissão de grande interesse para o estabelecimento. A lotação do estabelecimento é de 130 reclusos e, neste momento, encontram-se nele 110 homens e 31 mulheres. A sobrelotação verificada está próxima da taxa média de sobrelotação do país. Não é possível fazer a diferenciação por idades ou por regimes dos reclusos.

Relativamente à caracterização dos reclusos toxicodependentes, há alguma dificuldade. No entanto, o número de reclusos que tiveram experiências com drogas é de cerca de 50%, podendo pecar por defeito este número. O número nacional é de 65%. Relativamente a estes reclusos, como aos restantes, terá que haver uma grande interligação com os serviços regionais de saúde. São feitos rastreios em colaboração com a Associação Alternativa no domínio das toxicodependências. Na área da tuberculose e do glaucoma é feito pelo Lions Clube e toda a população da cadeia e colaboradores estão vacinados. Há portanto uma estreita colaboração com a “sociedade civil”.

Na área das toxicodependências existem dois programas. O programa da Metadona, altamente eficaz e desenvolvido de uma forma adequada à situação prisional, supervisionado pela Clínica de S. João de Deus, e o programa de antagonistas, que permite encontrar um equilíbrio sem consumo, que não tem sido tão eficaz, mas é muito importante para um determinado tipo de população, principalmente os consumidores menos dependentes. Este último programa é desenvolvido pela Clínica de S. João de Deus e pela Associação Alternativa. Este responsável informou ainda que, cada vez mais, entram neste estabelecimento jovens associados ao crime da droga. Esta população é muito diversificada em termos sócio-

económicos. Recuando ao ano de 1997, ela assentava especialmente na classe média ou média/baixa.

O Director entregou à Comissão o Regulamento do Estabelecimento e uma informação relacionada com a toxicodependência da qual se destaca:

- Reclusos no Programa de Metadona-13
 - Reclusas no Programa de Metadona- 0
 - Reclusos no Programa de Antagonistas - 6
 - Reclusas no Programa de Antagonistas - 0
 - Reclusos que frequentam as Reuniões da Associação Alternativa -13
 - Reclusas que frequentam as Reuniões da Associação Alternativa - 0
 - Reclusos que frequentam consultas Clínica S. João de Deus - 32
 - Reclusas que frequentam consultas Clínica S. João de Deus - 2
 - Reclusos com Hepatite - 33
 - Reclusas com Hepatite - 4
 - Reclusos a cumprirem pena por crime associado a Droga (a) - 19
 - Reclusas a cumprirem pena por crime associado a Droga (a) - 1
- (a) com base nos elementos estatísticos de 31 de Dezembro de 2001

O Deputado Bento Barcelos colocou questões relacionadas com os contactos dos presos pelo telefone, e se existe controlo nas visitas com vista ao combate da droga nos estabelecimentos prisionais. O Director informou que existe controlo aquando das visitas, e que nos casos em que se detectam drogas, é chamada a Polícia Judiciária e a Brigada anti-crime da PSP. Todas as semanas são feitas rusgas aos reclusos e, nos casos em se revelam possuidores, estes são enviados para outros estabelecimentos. Relativamente ao consumo, quando é detectado, é comunicado à Comissão de Dissuasão.

Um objectivo futuro ao nível das consultas de Psicologia e Psiquiatria feitas na clínica de S. João de Deus é que estas sejam feitas no estabelecimento prisional, de modo a rentabilizar os meios humanos, dado que os reclusos têm de ser devidamente acompanhados por guardas às consultas.

Audição com a directora do estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo

No dia 28 de Maio de 2002 a Comissão de Assuntos Sociais ouviu em audição no Estabelecimento Prisional de Angra de Heroísmo, a sua directora.

Neste momento, o estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo tem 85 reclusos, sendo 84 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 55 destes reclusos estão condenados.

Relativamente às toxicodependências dos reclusos, só 0,05% não serão consumidores de tabaco. Quando assumiu a direcção do estabelecimento tentou minorar esta dependência mas, estando perante pessoas que se encontram desocupadas, sofrem de insónias e fumam dois maços de tabaco por dia, a tarefa não se torna fácil. Quanto ao álcool, existem na prisão 5 homens que cumprem a prisão ao fim de semana, por períodos de 36 a 48 horas, em resultado do cumprimento de penas por condução com excesso de álcool. Esta pena é cumprida das 19 horas de sexta – feira às 19 horas de domingo. Alguns dos reclusos tinham hábitos de consumo de álcool e muitos dos crimes cometidos por estes, como o de violação, foram causados em momentos de embriaguez.

Cerca de 40% da população prisional está relacionada com dependências, 18 aguardam julgamento e 16 foram condenados, sendo um destes do sexo feminino. Dos consumidores, cerca de 21% estão no programa da Metadona há cerca de um ano. Este programa depende da vontade do próprio recluso e da orientação do médico e tem havido bons resultados.

O Deputado José San-Bento questionou a Directora se existe uma separação de regimes e se têm havido dificuldades na prestação de cuidados de saúde neste estabelecimento.

Para a Directora, a protecção do direito à saúde está garantido com a colaboração de um clínico geral e de um psiquiatra. Existe um contrato com a Cruz Vermelha na área da enfermagem e foi assinado um protocolo com a Direcção Regional de Saúde para a prestação dos cuidados de saúde. A maior falha dá-se ao nível da medicina dentária. O clínico geral normalmente requisita estes serviços ao Hospital e outros vão aos serviços privados. Quanto ao rastreio, todos os anos em Janeiro, faz-se uma bateria de análises e uma micro-radiografia. Em relação às doenças sexualmente transmissíveis, Hepatites e HIV, existe um recluso com HIV que está a ser seguido

pelos serviços de infecciologia do Hospital de Angra e existe também uma suspeita de um caso de tuberculose.

Estão com uma sobrelotação da cadeia e têm solicitado a transferência de reclusos para o Continente.

Relativamente aos consumos, tem havido uma alteração para a cocaína e heroína. Quanto à entrada de droga na cadeia ninguém pode garantir que ela não entra. Faz-se todo o controle, mas é sempre possível a sua entrada sobretudo através dos visitantes. Podem é garantir que não há tráfico dentro da cadeia.

Tem havido acções de formação organizadas pelo Hospital relativas ao suporte básico de vida. Em relação ao apoio psicológico, não existe directamente. Quando há necessidade, vão às consultas do hospital, existindo apoio psiquiátrico.

Audição às Comissões de Dissuasão da Toxicodependência:

Audição com a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Ponta Delgada

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Ponta Delgada, que abrange as ilhas de S. Miguel e Santa Maria, na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, no dia 23 de Maio de 2003.

A Comissão de S. Miguel é a única que tem instalações próprias na Casa de Saúde de S. Miguel. Tem atendido os casos que lhe têm sido enviados. Ao nível do apoio administrativo, este é feito pela Casa de Saúde de S. Miguel. Já foi pedida uma verba para o correio e outro material administrativo necessário ao desenvolvimento do trabalho da Comissão. Ao nível das remunerações estas foram pagas só até Outubro passado. Desde Julho de 2001 já instruíram 136 processos, nem todos foram ouvidos pela Comissão, apesar de terem sido marcadas as audiências. Nestes casos existem já situações de reincidência.

O Deputado José San-Bento questionou a Comissão para que esta opinasse sobre a legislação em vigor e como caracterizava os toxicodependentes. Quanto à primeira questão a Comissão pronunciou-se através do seu trabalho desenvolvido e das necessidades existentes. Os indiciados são identificados pela PSP que envia o processo à Comissão, a sua maioria não aparece na Comissão, em 10 aparecem 2.

Muitas das vezes a identificação feita pela PSP não é a mais correcta porque muitos dos toxicod dependentes não têm residência fixa, pelo que se torna difícil o contacto. Questões como quem faz cumprir as deliberações das Comissões ou comparecer ou não à Comissão estão em aberto nesta legislação. O apoio administrativo e os custos com a correspondência têm sido assegurados pela Casa de Saúde de S. Miguel porque não foram atribuídos meios financeiros às Comissões. Alguns dos consumidores que têm passado pela Comissão, em especial os consumidores de haxixe, têm deixado de consumir. A composição da Comissão leva a que esta tenha uma postura não sancionatória mas visando sempre a recuperação através do tratamento. A acção da Comissão tem sido positiva neste aspecto. Sobre a problemática da legislação a Comissão deixou ainda uma última questão relacionada com o papel das Comissões no futuro aquando das reincidências. Quanto à caracterização, afirmaram que 90% dos indiciados estão numa faixa inferior aos 25 anos. A distribuição dos casos é mais ou menos uniforme ao longo do ano, com expressões mais relevantes, no Verão, fins de semana ou depois de festas. Os locais mais referenciados, Ribeira Grande – Largo da Câmara, Calheta, zona de Santa Clara, rua de Lisboa, Largo 2 de Março e Jardim da Lagoa. Alguns dos indivíduos que são identificados para além de consumidores, são também traficantes. A maioria destes jovens, ao passar pela Comissão e não ir directamente para os tribunais, poderá ser uma forma dissuasora de futuros consumos. Por isso é muito importante que as Comissões sejam constituídas por pessoas ligadas à problemática da toxicod dependência.

O Deputado Joaquim Machado questionou se havia alguma explicação oficial para o não pagamento das remunerações. A Comissão respondeu que no passado mês de Fevereiro houve uma reunião com o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, onde este assunto fora abordado. No primeiro ano não foram pagos. Sempre houve alguma dificuldade em saber quem pagaria, apesar de estar assente que seria o IPDT. Houve, entretanto, a mudança do Governo da República e a reunificação dos dois institutos ligados às toxicod dependências no IDT. Coloca-se também a questão de se saber se a Comissão deveria funcionar a tempo inteiro, ou não. No entender desta Comissão, o nosso meio não o justifica o que é preciso é dotar as Comissões

de meios financeiros para o apoio administrativo e a criação de uma equipa técnica de apoio na qual devia ser integrado um psicólogo para dar algum apoio pontual.

O Deputado Costa Pereira questionou a Comissão sobre o consumo de droga nas escolas e nas suas proximidades. Para a Comissão de Dissuasão esta problemática tem sido encarada pelas escolas através da forma de “esconder a cabeça na areia”. Houve uma escola que nem permitiu que se fizesse um inquérito sobre esta problemática. No passado, a Escola das Laranjeiras era a única referenciada. Para os Conselhos Executivos, é muito desagradável encarar esta problemática, mas há que assumi-la com coragem. Há droga nas escolas, consumo e tráfico. Os tipos de drogas mais consumido são o tabaco, o haxixe e o álcool. Constaram ainda que os recreios das escolas, por estarem abandonados aos fins de semana, são locais de consumo dos toxicodependentes.

A Deputada Nélia Amaral questionou a Comissão sobre que outras ferramentas seriam necessárias às Comissões para melhor desenvolverem o seu trabalho. Um dos meios, afirmaram, seria o de poder celebrar protocolos com outras instituições de modo a colocar indiciados a fazer trabalho de voluntariado. A maior ferramenta era arranjar um meio de trazer todos os indiciados às Comissões e por fim apontaram que há que reconhecer socialmente o papel das Comissões. Se não se tiver em conta estas situações estas ficarão desacreditadas.

A Deputada Nélia Amaral pediu à Comissão que caracterizasse melhor o universo dos indiciados que tem ido à Comissão. Foi esclarecido que são normalmente miúdos que já trabalham e são consumidores de haxixe. Existem ainda outros casos de pessoas que normalmente estão desempregados e consomem outras drogas.

O Deputado Bento Barcelos questionou se esses consumidores eram considerados consumidores/traficantes e se as Comissões deveriam ter um âmbito mais alargado em especial no que se refere à prevenção e à educação. A Comissão entende que hoje os traficantes andam com pequenas doses de substância porque sabem que assim serão enviados às Comissões de Dissuasão e não aos tribunais. Quanto ao alargar o âmbito das funções das Comissões, entendem que a mesma Comissão pode ter o papel de prevenção e de punição. Todavia, a própria divulgação do trabalho da Comissão poderá ser dissuasor o que contribuirá para o seu reconhecimento social.

A prevenção primária é muito importante mas terá que ser feita através de um trabalho em rede e não em “capelinhas”, em que cada um quer implementar o seu projecto.

O Deputado Joaquim Machado questionou se o consumo tem aumentado ou não na Região. Para a Comissão, a média dos casos existentes não permite dizer que tenha havido um aumento, mas estatísticas sobre Portugal indiciam que os consumos têm aumentado.

O Deputado José San-Bento perguntou à Comissão se esta já havia aplicado algum tipo de coimas aos indiciados, tendo sido respondido que nunca fora aplicada qualquer pena pecuniária.

Audição com a Comissão para a Dissuasão da Toxicoddependência de Angra do Heroísmo

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu a Presidente da Comissão para a Dissuasão da Toxicoddependência de Angra de Heroísmo, Dra. Susana Alves, que abrange as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, no dia 9 de Setembro de 2003.

A Presidente começou por informar que de há dois anos para cá os membros da Comissão de Dissuasão têm tido formação no IPDT. A Comissão começou por funcionar no Solar dos Remédios, depois foi transferida para o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, funcionando em gabinetes médicos, o que era inviável e os utentes não eram muito desejados naqueles serviços. O apoio administrativo era dado sempre com alguma relutância.

A entrega dos processos é feita directamente pela Polícia aos membros da Comissão, visto não terem sede própria. Neste momento voltaram a funcionar no Solar dos Remédios mas ainda não avisaram a Polícia por ser uma situação temporária. Continuam sem ter qualquer apoio logístico nem computadores para funcionar. Neste momento parece que não existem e, no ano transacto, não funcionaram. O Hospital de Angra do Heroísmo sempre considerou que o seu trabalho como membro da Comissão de Dissuasão devia ser efectuado num período pós-laboral. Relativamente ao espaço referiu que a jurista é que anda com os processos porque nem armários tem.

Quanto à credibilidade da Comissão esta não tem nenhuma, devia funcionar em rede, em especial com a Segurança Social, mas não tem quaisquer condições. No que concerne à audição dos indiciados das outras ilhas, deu o exemplo da ilha de S. Jorge, em que tem de ligar à PSP das Velas e tentam inquirir via telefone. É uma situação bizarra, nem o indiciado se pode deslocar à Terceira nem os membros da Comissão podem ir à ilha de S. Jorge.

Relativamente à instrução de processos de contra-ordenações há dois anos atrás a Administração Pública recusou-se a instruir um processo para a aplicação de coimas, quando é dela esta competência. Concluiu, por fim, que a própria lei é muito vaga em determinados aspectos e que a sua posição de ser Psicóloga e Presidente da Comissão ao mesmo tempo é geradora de alguns conflitos.

O Deputado Paulo Valadão questionou a Presidente se a Comissão já se havia deslocado às ilhas da sua sobre intendência. A Presidente respondeu que a Comissão só havia reunido com as Polícias da Terceira, que também são responsáveis pelas outras ilhas, mas os chefes de esquadra das ilhas de S. Jorge e Graciosa não vieram, pelo que não os conhecem.

A Deputada Nélia Amaral questionou a Presidente para que esta fizesse uma apreciação ao que lhe tem dificultado o seu trabalho. Esta respondeu que até agora não tinham um sítio para funcionar. O Hospital também se debate com falta de espaço, a área não é desejada, a Psiquiatria e a Psicologia não estão articuladas, o tratamento de toxicodependentes não existe na ilha Terceira e não existe qualquer tipo de trabalho de reinserção social. Ao nível da Comissão de Dissuasão terão de recomeçar de novo.

O Deputado Bento Barcelos referiu que a Comissão de Assuntos Sociais já havia ouvido a Comissão de Dissuasão de Ponta Delgada e fica-se com a sensação que se fazem as leis e não se tem em conta a sua aplicação. Esta solução não tem eficácia e não é culpa das pessoas que trabalham nas Comissões, sendo precisas condições e autoridade e uma ligação inter-sectorial. Espera que o trabalho da Comissão de Assuntos Sociais e o relatório resultante dêem um contributo nesta matéria. De seguida, questionou a Presidente quanto ao número de processos que a Comissão já analisou e sobre os pagamentos das suas gratificações.

Relativamente ao último assunto, a Presidente respondeu que em Outubro ou Novembro passado haviam recebido as gratificações correspondentes ao ano de 2001. Quanto ao número de processos, a Comissão já recebera 40, sendo 20 só deste ano, estando a tentar recuperar os processos nas novas instalações no Solar dos Remédios, mas é sua opinião que as entidades policiais estão a tentar não tropeçar nos consumidores por falta de respostas.

O Deputado Paulo Valadão começou por afirmar que o preocupava a Comissão não ter local de trabalho e questionou se a Comissão de Dissuasão já havia apresentado à tutela alguma proposta de gabinete ou edifício. A Presidente respondeu que não tinha feito qualquer proposta. Todavia, sempre que a chamam da Secretaria dos Assuntos Sociais comparece e, com a entrada do novo Secretário Regional, foi dito que a situação iria mudar. Em termos pessoais pensa apresentar a demissão e trabalhar só em termos clínicos.

O Deputado José San-Bento referiu que era altura de se fazer um balanço do protocolo existente entre o Governo da Região e o IDT e colocou as seguintes questões: é ou não verdade que está na ordem dos 20% o número daqueles que aparecem nas Comissões. Qual o número, o perfil dos toxicod dependentes, os locais de consumo e qual era a opinião da Presidente acerca da execução das deliberações das Comissões.

A Presidente respondeu que a sua Comissão marca as terças e quintas-feiras para notificar os indiciados; dos processos existentes, já foram notificados 30% a 40% e, destes, faltam aparecer na Comissão cerca de 15%. A nível de idades têm aparecido pessoas muito jovens. A média de idades está entre os 18 e os 20 anos. Os casos são normalmente relacionados com drogas leves, haxixe e erva. Destes, alguns têm já cadastro e tem um caso em que o indiciado encontra-se detido. Quanto às localidades, os processos são na maioria oriundos da PSP de Angra do Heroísmo, sendo os indiciados na sua maioria originários do meio rural porque estão mais expostos. Quanto à execução das deliberações, a própria lei apresenta dificuldades e reza para não haver reincidências porque a Administração Pública não iria fazer cumprir a aplicação das coimas.

Audição com a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência da Horta

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu na sede Assembleia Legislativa Regional dos Açores no dia 29 de Setembro de 2003, a Comissão para a Dissuasão da Horta, que abrange as ilhas do Faial, Pico Flores e Corvo, presidida pela Dra. Sandra Moura e pelas vogais Dra. Manuela Duarte e Dra. Dian Luna.

A Comissão de Dissuasão começou a funcionar com algumas dificuldades em 2001, especialmente relacionadas com as instalações que só hoje estão a tentar colmatar, com a sua instalação na sede da Junta de Freguesia da Conceição. Desde 2001 funcionaram sempre provisoriamente no Hospital da Horta, onde é o seu local de trabalho. Trabalham a tempo parcial na Comissão e têm dúvidas se se justificaria que esse trabalho fosse desenvolvido a tempo inteiro.

A avaliação e o encaminhamento são os objectivos essenciais da Comissão.

Ao nível do encaminhamento existem poucas unidades. Têm encaminhado para a Casa de Saúde de S. Miguel. Poder-se-ia pensar em criar mais unidades de tratamento.

Número de processos recebidos pela Comissão por ano:

2001- 9

2002 - 14

2003 - 17

Os processos vêm essencialmente do Faial e Pico e recebem alguns das Flores. Relativamente aos das Flores, coloca-se o problema da deslocação dos indiciados. Esta questão foi colocada aquando da celebração do protocolo com o Governo da República, tendo-se falado na hipótese da video-conferência. No protocolo com o IPDT estava previsto apoio técnico e administrativo à Comissão, em especial o apoio de um Psicólogo ou um Assistente Social. O acompanhamento posterior do indiciado não deveria ser feito pela Comissão, mas sim por um Psicólogo externo. O que está previsto no protocolo está bem definido mas não está a ser aplicado. A Assistente Social da Comissão colocou a questão de como se pode trabalhar o encaminhamento dos doentes. A sua reinserção não é fácil de fazer porque não existe na Horta qualquer instituição vocacionada para tal.

O Deputado Joaquim Machado colocou as seguintes questões: existiram ou não alterações antes ou depois da assinatura do protocolo, este é ou não suficiente para

responder às solicitações existentes, há ou não outras matérias que deveriam estar previstas, e das três dezenas de processos houve alguma aplicação das sanções previstas na lei, e, se não houve, porquê.

Os membros da Comissão de Dissuasão afirmaram que a filosofia do diploma é o tratamento dos indiciados. O objectivo é nunca aplicar uma sanção. A suspensão da sanção ao aderir ao tratamento é primordial nestes casos. Por isso, é muito importante o papel dos psicólogos ou dos assistentes sociais na tentativa de socializar estes doentes. Para além das questões da efectivação do protocolo seria importante para a Região a criação das unidades de tratamento e de reinserção. Tem havido uma preocupação na formação quer através da vinda de técnicos do Continente ou da deslocação dos membros da Comissão; estas actividades têm sido desenvolvidas em conjunto pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e pelo IDT. Também têm trabalhado directamente com o IDT.

O Deputado Joaquim Machado voltou a questionar se tem sido fácil o contacto com o IDT, tendo a Presidente respondido que os contactos têm sido feitos através de fax. Existe um programa informático que facilita estes contactos mas só se espera a sua implementação quando a Comissão estiver devidamente instalada. O Deputado Joaquim Machado voltou a questionar o que seria melhor se a aplicação do protocolo ou a criação de unidade de tratamento. A Presidente respondeu que criada a Comissão de Dissuasão há que dar as condições para que ela possa trabalhar e isto passa pela aplicação do protocolo.

O Deputado Paulo Valadão colocou a questão se a Comissão deveria ir às ilhas onde não está instalada a Comissão ou se os doentes é que deveriam deslocar-se à Comissão.

Para a Presidente, o contacto pessoal é melhor que a video-conferência. Se o número de processos justificar existe disponibilidade da parte da Comissão para efectuar estas deslocações. Este processo não se resume a uma audição pelo que, talvez por isso, não se torne viável a sua deslocação. O Deputado Paulo Valadão retorquiu que também será difícil deslocar um doente do seu local de trabalho. Tendo obtido como resposta que alguém para se tratar, necessita de estar motivado para o tratamento, sendo por isso um dos elementos fundamentais a motivação. Para além disso, terá

que haver um suporte social que passa pelo emprego e pela família. Por fim o Deputado Paulo Valadão pôs a questão de que as pessoas que têm ido tratar-se ao Continente não têm sido enviadas pela Comissão de Dissuasão. A Presidente afirmou que se aplica a esses doentes a mesma “portaria de deslocação de doentes”, e esta indica que primeiro estes são enviados para os Hospitais da Região onde é possível o tratamento e, caso não haja resposta adequada nestes hospitais, são estes que por sua vez enviam para o Continente.

A Deputada Nélia Amaral questionou a Comissão, concluindo que da apresentação entendera que para além da consulta no Hospital da Horta, este não assegura os tratamentos. A Presidente confirmou que tem sido esta postura dado que não tem havido disponibilidade dos Serviços de Psiquiatria daquele hospital devido à quantidade de serviço. Toda ou qualquer pessoa tem acesso à consulta, no Hospital não há internamentos específicos de Psiquiatria, o doente é normalmente enviado para S. Miguel onde existe a especialidade e só se não houver lugar ou condições em S. Miguel é reencaminhado para o Continente.

A Deputada Nélia Amaral questionou se a Comissão tem dificuldades em colocar os doentes em comunidades terapêuticas. A Presidente respondeu que no caso da Casa de Saúde de S. Miguel a demora é de cerca de um mês.

A assistente social da Comissão mostrou-se preocupada com os jovens consumidores ocasionais e o papel duplo que a Comissão tem assumido. Teria que haver uma equipa tendo em vista estes casos e em especial para se dedicar à prevenção. Da Escola Segura têm chegado processos com pequenas doses, que não deveriam ser encarados como toxicodependentes, mas casos ocasionais. A prevenção primária, não sendo uma das funções da Comissão, é todavia essencial que se faça.

A Deputada Nélia Amaral questionou a Comissão de qual era a idade do indiciado mais novo. Segundo a Presidente a média de idade dos indiciados é de 24 aos 26 anos, menor que 16 anos houve uma situação e 16-18 anos 2 casos. Muitos dos indiciados são estudantes e de profissões indiferenciadas e as habilitações literárias normalmente são o 1º ciclo.

O Deputado Francisco Sousa questionou a Comissão sobre a problemática da droga na escola, e se a Região dá ou não condições a quem queira ser tratado. A Comissão só recebeu um jovem indicado pela escola, apesar de entre os vários indiciados haver estudantes. Quanto à Região dar condições aos doentes, desde que estes se queiram tratar, são colocados todos os meios à disposição. Poderá haver algum tempo de espera para o início do tratamento, a maior problemática coloca-se aquando do seu regresso, por não ser possível fazer determinadas metas de reintegração em especial a terapia de grupo.

O Deputado Joaquim Machado questionou a Comissão sobre o número de indiciados que foram encaminhados para tratamento e qual o seu sucesso. A Presidente respondeu que todos os que foram à Comissão são encaminhados. Todavia terá que haver motivação para o tratamento, havendo à partida um número de indiciados que falta logo à primeira audição. Os resultados não dependem do número de instituições mas da sua taxa de sucesso, mas esta situação levaria a outras discussões.

O Deputado Joaquim Machado voltou a questionar a Comissão se o seu trabalho e o combate às toxicodependências não deveria ser encarado de uma forma mais repressiva. A Presidente sobre essa questão respondeu apenas que a toxicodependência sendo uma doença, nunca poderá ser tratada nos tribunais.

Audições a Escolas:

Escola Básica 3/S Padre Jerónimo Emiliano de Andrade – Angra do Heroísmo

No dia 28 de Maio de 2002, a Comissão ouviu o Conselho Executivo da Escola Básica 3/S Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo.

Segundo estes responsáveis, o que se passa hoje relativamente à droga não é muito diferente do que passava há dois atrás. Talvez haja uma evolução positiva, mas não podem confirmar. O que sabem é que ela existe, mas os consumos não são feitos dentro da escola. Relativamente ao tabaco e ao álcool, é proibido fumar na escola, no edifício não é frequente ver-se alunos a fumar, o mesmo já não podem afirmar quanto aos pátios, tornando-se difícil cumprir a lei. Dentro da escola não há consumo de álcool, tendo havido um caso pontual por altura do Carnaval.

Com base no Projecto Educativo e no Plano Anual de Actividades têm sido desenvolvidas actividades em conjunto com outras entidades como a PSP, através do Projecto Escola Segura. Concluíram que face às toxicodependências, a Escola tem passado por fases melhores e outras piores.

O Deputado Paulo Valadão colocou duas questões; uma sobre que actividades têm sido desenvolvidas ao nível da prevenção primária e se existe na escola um clube “Caça Cigarros”. Sobre estas questões informaram que não existia nenhum clube sobre esta temática e, em relação às actividades, algumas foram realizadas nas actividades de ocupação de tempos livres e outras estão incluídas no Plano Anual de Actividades da Escola.

O Deputado Bento Barcelos pronunciou-se sobre a problemática de contactos de pessoas estranhas aos alunos na proximidade da escola, à elevada concentração de casas de bebidas alcoólicas junto da escola, tornando os jovens um público alvo e colocou uma questão relacionada com as acções de formação obrigatórias para professores e auxiliares de acção educativa desenvolvidas na escola.

Relativamente aos cafés e similares existentes na proximidade da escola, esta não foi ouvida e não há uma clarificação da legislação sobre o conceito de “proximidade das escolas”. Quanto às acções de formação, estas foram realizadas por indicação do Conselho Pedagógico da Escola. Quanto ao tipo de acções, as maiores pretensões têm sido no domínio da reorganização curricular. No que concerne à formação, o Conselho Executivo informou que a prática da vinda de acções de fora não se adequa muitas vezes às reais necessidades da escola, estas terão que sair de dentro da escola, com novas formas de as fazer, podendo contar sempre com uma pessoa de fora.

Escola Básica Integrada/S de S. Roque

No dia 19 de Abril, a Comissão ouviu o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada/S de S. Roque, tendo a Presidente do respectivo conselho afirmado que na sua escola não havia casos de dependências relacionados com drogas ou bebidas alcoólicas, havendo sim alguns problemas com o tabaco. No Regulamento Interno da Escola está definido que não é permitido fumar aos alunos menores de 15 anos, entre os 16 e os 18 anos só com a autorização dos pais e encarregados de educação

e, a partir dos 18 anos, não existe qualquer limitação. Contudo, em seu entender, não é uma situação muito grave. Como forma de esclarecer os alunos dos malefícios das várias drogas ou outras toxicodependências tem havido várias acções na Escola, integradas no Plano Anual de Actividades, e no passado houve na escola um Clube “Caça Cigarro”. Por fim salientou o papel desenvolvido pela PSP através do Projecto “Escola Segura”, em especial no combate à violência.

Escola Básica Integrada /S Padre Maurício de Freitas - Flores

A 17 de Junho de 2003, a Comissão ouviu a Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada / S – Maurício de Freitas que informou que não existem grandes problemas relacionados com a toxicodependência na Escola. A Escola está inserida numa ilha pequena, as Flores, e estes problemas são normalmente do conhecimento das pessoas. O absentismo escolar é bastante reduzido e quando este se verifica está relacionado com alunos oriundos de famílias com problemas económicos e sociais. Neste momento existem 3 alunos que suscitam algumas preocupações. A Escola possui um Psicólogo contratado por 6 meses da área clínica. Relativamente a acções de prevenção a Escola realizou, com a colaboração do Centro de Saúde, uma acção de sensibilização no âmbito da Droga e outra contra o alcoolismo em colaboração com o a Casa de Saúde de S. Rafael, da Ilha Terceira. Relativamente ao combate ao tabagismo, este terá de passar também pelas próprias famílias, uma vez que os pais fumam e assumem que contribuem financeiramente para a aquisição de cigarros para os filhos.

Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira - Corvo

A 18 de Junho de 2002, a Comissão ouviu o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, no Corvo. Este, após uma breve descrição da Escola e relativamente à problemática das toxicodependências informou que não observaram nenhum caso nem qualquer suspeita nos alunos da escola; apesar do fenómeno já existir na ilha este não tem impacto directo na Escola.

Escola Básica 3/S Antero de Quental – Ponta Delgada

A Comissão ouviu no dia 8 de Janeiro de 2003, o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 3/S Antero de Quental, sobre a problemática da droga tendo este considerado que alguns alunos fumam e que na proximidade da escola fala-se que

existe tráfico. Por iniciativa da Escola foi pedida uma audiência à subcomissária da PSP e alguns agentes foram infiltrados na escola para estudarem a situação (12 de Outubro de 2001), tendo sido detectado na altura um cigarro com haxixe. Já este ano lectivo, na fila do bar, detectaram uma saqueta que depois de devidamente identificada, não passava de tabaco. Quanto à ingestão de álcool, no Natal, no final do ano lectivo e nas festas de amigos e amigas este fenómeno tem sido detectado na escola.

Nos locais apontados como facilitadores destas práticas foram colocados três auxiliares de educação e não tem havido informação de qualquer acto. Foram ainda colocadas 3 câmaras de vigilância electrónica, só com imagem, nos três portões de acesso à escola. A Associação de Estudantes que está mais próxima dos alunos e a Associação de Pais apontaram também os locais mais críticos da escola, entre eles, o campo de jogos, os quais foram reforçados com mais funcionários.

No Plano Anual de Actividades da Escola desenvolveu-se uma conferência sobre o risco da SIDA levada a efeito por um Psicólogo e duas enfermeiras estagiárias. O Presidente do Conselho Executivo salientou ainda alguns dos projectos que se desenvolvem na Escola e que são muito importantes para a ocupação dos alunos; hoje a escola dispõe de quatro salas com actividades não lectivas e um posto de informação juvenil. Em conclusão, referiu que o papel do Director de Turma é muito importante na detecção de casos relacionados com a toxicodependência, todavia não têm sido apontados por estes, quaisquer casos.

Escola Básica 3/S das Laranjeiras – Ponta Delgada

A 8 de Janeiro de 2002 a Comissão ouviu o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica /S das Laranjeiras que se fez acompanhar pela Presidente da Assembleia de Escola e pela Psicóloga da Escola.

O combate às toxicodependências tem sido uma preocupação deste Conselho Executivo. Há mais de uma década que a Escola tem estado empenhada em projectos, dos quais salientou o Projecto Vida, lamentando a sua extinção, porque dele advinham vários apoios e também têm colaborado em vários estudos europeus e nacionais. A Escola convidou a Directora do IPDT a apresentar o resultado do estudo nacional na Região. Ao nível escolar foram desenvolvidos vários projectos

no âmbito da Área-Escola relacionados com a Droga, o Álcool e o Tabaco e hoje, na Área de Projecto, estão também a ser desenvolvidos projectos sobre a mesma matéria e na disciplina de Formação Cívica fazem parte dos seus conteúdos programáticos. Salientou ainda que há que investir na prevenção e em actividades desportivas, porque é preciso avisar que a droga está aí. Quanto à sua existência na Escola, afirmou que só há cerca de 10 anos foi apontado um caso que poderia ser uma overdose, mas não fora confirmado pelo hospital porque poderia ser um excesso de medicação.

O novo estatuto do aluno aponta como um dos seus deveres não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas.

Ao nível político tem sido feita alguma coisa, mas terá que ser feito muito mais ao nível pedagógico. Todavia, há necessidade da participação de vários intervenientes, de uma forma multifacetada e não exigir que sejam só os professores a abordar estas matérias.

Relativamente a outras toxicodependências, referiu o dia das amigas e dos amigos como momentos em que situações anómalas relacionadas com o álcool aparecem na escola; quanto ao consumo de tabaco, realçou que a população escolar feminina já fuma muito mais. Sobre o tabagismo, a escola fez um inquérito a toda a população escolar cujos resultados se anexam ao presente relatório. Ainda relativamente ao combate ao tabagismo a escola teve um clube “Caça Cigarros” durante muitos anos.

Escola Básica 3/S Domingos Rebelo – Ponta Delgada

No dia 8 de Janeiro de 2002 ouviu-se o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 3/S Domingos Rebelo que, relativamente ao consumo de drogas nas escolas afirmou: “diz-se muito, mas sabe-se muito pouco. Poderei apontar um caso de uma aluna que após as actividades escolares não foi para casa e esteve no Jardim António Borges como possível consumidora, mas existem muitas dificuldades em identificar quando uma pessoa está ou não drogada”. Relativamente ao tabaco conhece-se a situação na escola e os alunos respeitam as zonas onde é possível o seu consumo. No que concerne ao consumo de álcool os dias de amigas e amigos são os mais negros. No ano passado três alunas foram enviadas para o hospital quase em estado

de coma, pertencentes ao 7.º ano de escolaridade. Realçou que nos convívios de alunos realizados na escola não é permitido o consumo de álcool.

Nos contactos que o Conselho Executivo tem efectuado com a Polícia, esta tem afirmado que esta escola não é das mais problemáticas.

Na Escola têm sido desenvolvidas várias actividades sobre o combate às toxicodependências integradas no Plano Anual de Actividades e nas disciplinas de Desenvolvimento Pessoal e Social e de Formação Cívica.

Audições a outras entidades:

Presidentes das Câmaras Municipais da Ilha das Flores

No dia 17 de Junho de 2002 a Comissão de Assuntos Sociais ouviu em audição, na ilha das Flores, os Presidentes das Câmaras Municipais de Santa Cruz e das Lajes.

O Presidente da Câmara Municipal de Sta. Cruz das Flores considerou que embora haja notícias sobre a existência de droga na Ilha, no seu entender o que mais preocupa é aquela que não é vista e que começa a ser preocupante para uma terra pequena. Relativamente ao tabaco considerou que este afecta cada vez mais os jovens e questionou quais as atitudes a tomar se no âmbito pedagógico ou repressivo. Quanto ao álcool há alguns casos, mas não é uma situação muito grave.

O Presidente da Câmara Municipal das Lajes considerou que no seu concelho felizmente não havia muitos casos relacionados com a droga. O maior problema ao nível das dependências verifica-se com o álcool.

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu em audição na Ilha do Corvo, no dia 18 de Junho de 2002, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo.

Este informou que a problemática da droga ainda não é uma grande preocupação da ilha. Devemos preocupar-nos com a entrada dela numa sociedade pequena porque seria uma razia para a sua população. Relativamente ao alcoolismo, as quantidades de bebidas que chegam à ilha são assustadoras face à sua reduzida população, todavia não se vê ninguém embriagado pelos caminhos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência

A Comissão no dia 18 de Novembro de 2003 ouviu a Secretária Regional Adjunta da Presidência, na sede da Assembleia Legislativa, na cidade da Horta.

Esta audição resultou de uma decisão tomada pela Comissão no sentido de esclarecer as afirmações da Presidente da Comissão de Dissuasão de Angra do Heroísmo, a qual havia afirmado, aquando da sua audição para o presente relatório, que “Relativamente à instrução de processos de contra-ordenações há dois anos atrás a Administração Pública recusou-se a instruir um processo para a aplicação de coimas, quando é dela esta competência”.

A Secretária Regional Adjunta da Presidência informou a Comissão que a Comissão de Dissuasão de Angra do Heroísmo nunca havia pedido em tempo algum à sua Secretaria para instruir ou aplicar qualquer processo de aplicação de coimas no âmbito do combate às toxicodependências.

Tendo em conta as afirmações feitas pela Presidente da Comissão de Dissuasão de Angra do Heroísmo e da Secretária Regional Adjunta da Presidência, a Comissão deliberou solicitar por escrito um esclarecimento à Presidente daquela estrutura, que o fez chegar à Comissão no dia 30 de Janeiro e que se anexa ao presente relatório.

Capítulo IV

Conclusões

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais com base nas audições às entidades e instituições ligadas às toxicodependências, concluiu o seguinte:

1. A toxicodependência é uma doença que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é definida como “um conjunto de fenómenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (frequentemente forte, algumas vezes irresistível) de consumir drogas ...”;
2. Esta doença de cariz multifactorial com repercussões a nível pessoal, psicológico, social, jurídico e clínico manifesta-se nos Açores em todas as ilhas, em meios rurais e urbanos. Verifica-se uma crescente globalização do consumo, uma diversificação

da oferta de substâncias psicoactivas, afectando todas as classes sociais sem excepção e consumidores com idades de início cada vez mais precoce. Este processo resulta, em parte, de uma cada vez maior circulação de pessoas e bens, bem como do aumento do poder de compra dos jovens;

3. As consequências desta doença nefasta impõem uma acção pluridisciplinar, no sentido de promover os consensos necessários na sociedade com vista a uma intervenção que contemple a tendência ao agravamento da marginalização dos consumidores, a instabilidade nas famílias, a existência de organizações criminosas, o aumento da criminalidade associada ao consumo, a transmissão de doenças infecto-contagiosas, entre outros;

4. Existindo unanimidade quanto ao reconhecimento da gravidade do problema e na luta contra o tráfico, já a mesma não se verifica no que respeita ao tratamento, multiplicando-se as diferentes abordagens e estratégias, distintos modelos preventivos e diversas atitudes face ao consumo;

5. Na Região Autónoma dos Açores desenvolvem-se um conjunto de medidas e acções com o objectivo de melhorar a eficácia e a articulação dos dispositivos no domínio da prevenção, do tratamento, da redução de riscos e minimização de danos, da reinserção social, bem como da formação e da investigação;

6. A prevenção visa evitar, diminuir ou reduzir o impacto das consequências negativas do consumo de substâncias psicoactivas, isto é intervir a montante do problema. Para ser eficaz esta terá de ser partilhada por todas as instituições com intervenção junto da população em risco, nomeadamente educação, saúde, solidariedade social, juventude, emprego, poder autárquico e comunidade em geral, com os objectivos de reduzir a procura de drogas, facilitar a aquisição de comportamentos de protecção, promover oportunidades de vida saudáveis e divulgar informação de cariz preventivo;

7. No âmbito da prevenção desenvolveram-se um conjunto de acções das quais se salienta:

- Programa de sensibilização sobre o consumo de álcool efectuado em todas as ilhas, destinado a alunos, professores e auxiliares de educação do 1.º ciclo;

- Acções desenvolvidas pelas escolas dos 2.º, 3.º ciclos e secundárias integradas no âmbito dos seus Projectos Educativos;

Sessões públicas de combate ao alcoolismo;

- Divulgação de informação junto de grupos de risco através dos postos de informação juvenil;

- Campanhas regionais contra o abuso de álcool e uso de drogas;

- Apoio à produção de materiais com o objectivo de informar os jovens acerca das consequências do consumo de drogas e transmitir estilos saudáveis de vida;

- Intervenção em espaços de diversão nocturna implementada por jovens, com formação adequada, que junto dos seus pares promoviam a distribuição de material de prevenção;

- Participação no Inquérito Nacional Droga – Meio Escolar, coordenado pelo IPDT;

8. O tratamento visa garantir o acesso às diferentes modalidades terapêuticas disponíveis na Região e no País, a todos quantos necessitem e desejem iniciar um processo recuperação;

9. Os Centros de Saúde e os Hospitais da Região garantem o acesso a um conjunto de modalidades de tratamento, nomeadamente:

- Ambulatório, em S. Miguel, consulta de Psiquiatria no Hospital do Divino Espírito Santo e na Casa de Saúde de S. Miguel, na Terceira, consulta de Psiquiatria no Hospital de Santo Espírito e nas Casas de Saúde de S. Rafael e Espírito Santo e no Faial, consulta de Psiquiatria no Hospital da Horta;

- Internamento em S. Miguel, na Clínica de S. João de Deus, para o alcoolismo e outras substâncias, e na Terceira, na Casa de Saúde de S. Rafael apenas para o álcool;

- Tratamento com recurso a antagonistas disponível na Casa de Saúde S. Miguel, na Associação Alternativa e nos tratamentos ambulatoriais por prescrição médica ;

- Internamento em Comunidades Terapêuticas no Continente, disponível através de protocolo entre a Região e o IDT;

10. A nossa reduzida expressão demográfica e dispersão territorial levaram a que, até ao momento, se tenha optado pelo internamento em comunidades terapêuticas fora da Região. Contudo, a falta de consenso quanto à localização das comunidades

terapêuticas dentro ou fora das comunidades dos utentes, e a experiência de alguns açorianos que têm efectuado tratamento no Continente os quais referem o isolamento e a falta de apoio familiar, como factores negativos, bem como as pretensões de algumas instituições, levam a que deva ser estudada a criação de uma comunidade terapêutica nos Açores;

11. A redução de riscos e minimização de danos visa eliminar os riscos ou danos decorrentes do consumo de drogas, como sejam evitar a contaminação por doenças infecto-contagiosas, prevenir a delinquência, a criminalidade, marginalização social e motivar os toxicodependentes para o tratamento;

12. Na Região esta resposta está disponível em S. Miguel na Clínica de S. João de Deus e na Terceira no Hospital de Santo Espírito. Neste âmbito é ainda de salientar a existência do programa de trocas de seringas;

13. A reinserção social visa facilitar a transição de situações de tratamento para uma situação de vida autónoma, livre de drogas. A reinserção social assume grande importância, uma vez que o êxito do processo de reabilitação/tratamento está intimamente condicionado pela reintegração familiar, profissional e social do doente. A reinserção social deve ser encarada como parte integrante do tratamento, contemplando acções centradas na pessoa/doente, bem como, no seu contexto social.

14. Na Região desenvolve-se um conjunto de acções no âmbito da reinserção social nomeadamente:

- Formação profissional para toxicodependentes, disponível na Casa de Saúde de S. Rafael, na Casa de Saúde de S. Miguel e na Associação Alternativa;
- Emprego protegido na Casa de Saúde de S. Miguel, na Associação Alternativa e em fase de projecto na Casa de Saúde de S. Rafael;
- Apoio à integração profissional em mercado normal de trabalho na Casa de Saúde de S. Miguel e na Associação Alternativa;
- Unidades de Transição na Casa de Saúde S. Miguel e na Associação Alternativa;
- Residências masculinas e femininas para ex-toxicodependentes;
- Acompanhamento psico-social, prevenção de recaídas e apoio à família, na Casa de Saúde S. Miguel;

15. Nos Açores têm sido apreendidas quantidades assinaláveis de estupefacientes. Enquanto que a droga apreendida nos aeroportos ou produzida nos Açores poderá ser considerada para o mercado local a dos portos na sua quase totalidade destina-se a outros mercados. Os Açores ficam na rota entre a América Latina e a Europa, e pelos seus mares passa muita da droga com destino à Europa. Todavia os Açores não poderão ser considerados como Plataforma Atlântica, dado que a maioria dos barcos não atraca nas ilhas. Em 2001 deu à costa no norte da ilha de S. Miguel, grande quantidade de cocaína, em resultado de um incidente de um iate. Foi apreendida uma parte substancial, sendo certo que muita foi comercializada no mercado local a preços significativamente reduzidos, o que contribui não só para o aumento exponencial do consumo, bem como dos casos de orverdose;

16. O combate ao tráfico dos estupefacientes é feito pelas diversas forças policiais existentes dos Açores, articulado pela Unidade de Coordenação de Intervenção Contra a Droga, liderada pela Polícia Judiciária;

17. Nos Estabelecimentos Prisionais existentes na Região, tal como no restante território nacional, verifica-se uma percentagem bastante elevada de reclusos a cumprirem pena por crimes associados à droga. Estes reclusos recebem apoio das Instituições que, nas diferentes ilhas, se dedicam ao tratamento das toxicodependências;

18. Com a descriminalização do consumo pela Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2001/A, de 27 de Abril, foram criadas as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência. Nos Açores existem três comissões, em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Para o seu funcionamento foi celebrado um protocolo entre a Região e a Presidência do Conselho de Ministros, com vista a assegurar as condições necessárias à sua intervenção. Ao abrigo deste protocolo foi feita formação dos técnicos que integram as Comissões. No entanto, tem havido algumas dificuldades na sua implementação. Importa dotar as Comissões dos meios necessários para o bom desempenho das suas funções, pelo que se impõe proceder a um balanço intercalar do Protocolo;

19. No que concerne ao consumo de substâncias psicoactivas em meio escolar é de salientar as discrepâncias verificadas entre as audições efectuadas às Escolas e os

dados contidos no Inquérito Nacional em Meio Escolar efectuado pelo IPDT em 2001. Se por um lado as escolas referem que o consumo de drogas não representa um problema significativo, por outro os resultados preliminares do estudo efectuado pelo IPDT colocam os Açores nos patamares mais elevados de consumo em meio escolar;

20. Da generalidade das audições efectuadas constata-se algumas áreas que necessitam de ser reforçadas, nomeadamente: melhorar os mecanismos de recolha, análise e cruzamento de dados estatísticos que permitam um mais objectivo diagnóstico da situação e consequentemente um planeamento mais adequado; reforçar as actividades desenvolvidas ao nível da prevenção primária, integrando jovens, famílias, escolas, autarquias e instituições de cariz social, cultural e recreativo; promover uma melhor articulação entre os serviços de diagnóstico, tratamento e reinserção social por forma a potenciar o sucesso do processo de recuperação; alargar e diversificar as modalidades de combate às toxicodependências; intensificar a oferta de formação sobre toxicodependências disponível aos profissionais de saúde, professores, pais e comunidade em geral.

Capítulo V

Anexos

- Esclarecimento da Presidente da Comissão de Dissuasão de Angra do Heroísmo às suas afirmações constantes neste relatório;
- Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 23/2001/A, de 15 de Dezembro que encarrega a Comissão Permanente de Assuntos Sociais, para a elaboração do presente relatório;
- Resolução n.º 92/2001, de 12 de Julho, do Governo Regional dos Açores, que cria o “Núcleo Coordenador do Programa de Luta Contra as Dependências”;
- Resolução n.º 1/2004, de 8 Janeiro, do Governo Regional dos Açores, que aprova o Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Drogas;

- Protocolo de Cooperação na luta contra a Droga e a Toxicodependência entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, datado de 22 de Fevereiro de 2002;
- Material produzido pela Clínica de S. João de Deus;
- Histórias de crianças, como eu e tu – produzido pela unidade de alcoologia da Casa de Saúde de São Rafael;
- Desdobrável produzido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- Relatório Anual de 2002 sobre a Evolução do fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega;
- Relatório de Execução de 2002 do Projecto “Alternativa”;
- Relatório Anual de 2002 – Tráfico de Estupefacientes – Estatística – PJ e outros;
- Relatório sobre a problemática da droga na Região Autónoma dos Açores, da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais da ALRA, 3 de Setembro de 1997;
- Relatório sobre a problemática da droga na Região Autónoma dos Açores, Comissão Eventual para o estudo da toxicodependência, 31 de Maio de 2000;
- Relatório do Inquérito Nacional Droga- Meio Escolar;
- Toxicodependências, Ministério da Saúde – Instituto da Droga e da Toxicodependência, volume 9, 2003;
- A Situação do país em matéria de drogas e toxicodependências, Relatório anual de 2002, Volume I e II, do Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Angra do Heroísmo, 9 de Março de 2004

O Relator, *José de Sousa Rego.*

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata.

Presidente, *Francisco Barros.*

Presidente: Estão inscritos para intervir no debate os Srs. Deputados José San-Bento, Bento Barcelos, Paulo Valadão e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A promulgação da Lei nº30/2000, de 29 de Novembro, definiu o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

Assim, a transformação do quadro legal de consumo, aquisição e detenção de estupefacientes para uma mera ilicitude contra-ordenacional, culminou um longo e duríssimo combate político centrado na ideia de mudar o paradigma de abordagem à toxicodependência, uma luta iniciada pela JS com dez anos de antecedência. Passamos assim a deter um quadro legal inspirado no norte da Europa, que há muito tinha procedido a uma abordagem despreconceituosa, tolerante e pragmática do problema das toxicodependências. Encarando o toxicodependente essencialmente como um doente e a toxicodependência como um problema de saúde pública. Na prática os toxicodependentes passaram a ser tratados no sistema de saúde em detrimento das cadeias.

Nessa altura outros resistiram, continuaram a defender a linha dura, a posição clássica, criminalista, que considera o toxicodependente como um criminoso responsável pelos males da sociedade e como tal susceptível de ser encarcerado em prisões onde, no caso de Portugal, como se sabe, coabitam o regime de preventivo com o de condenado...

Assim, foi num quadro de socialização da luta contra as drogas ilícitas que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 15 de Dezembro de 2001, aprovou a Resolução n.º 23/2001/A, a qual encarregou a Comissão Permanente de Assuntos Sociais de, em primeiro lugar, estudar a situação existente na Região relativamente às toxicodependências.

O apuramento dessa realidade, embora estimulante, revelou-se um trabalho muito difícil, essencialmente por estarmos perante realidades sociais muito complexas com um enorme carácter de subjectividade e de imprecisão. O relatório espelha essa dificuldade.

Mas não nos resignemos, façamos o exercício, por que é que as pessoas consomem drogas? Por puro divertimento, para escapar ao fardo do dia-a-dia, por aventura, por adrenalina, para testar as capacidades de superação física e psicológica, por influência, por atitude, por curiosidade, mas também por razões de exclusão social, de pobreza, de falta de emprego, de desestruturação familiar, entre outras.

O modelo económico das sociedades actuais, onde dominam a livre circulação de pessoas, de bens e de capitais, facilita o estabelecimento de redes de tráfico de drogas, o sector mais lucrativo da chamada economia informal, propiciando uma oferta de drogas ilícitas muito diversificada e a preços aliciantes. As importadas: como a cocaína, com consumo estabilizado; a Heroína, em claro desuso e regressão; e as sintéticas em claro incremento, emergindo na actualidade como a droga da moda e da noite dos fins-de-semana. E ainda as drogas produzidas localmente, como acontece com a maioria dos derivados da Cannabis, que, como se sabe, é uma planta de muito fácil cultivo.

O reforço da atenção dos meios de vigilância e policiamento, que nos Açores carecem de condições em termos físicos, humanos e tecnológicos, tem sido uma realidade reconhecida, embora na prática exerçam um papel importante que, em certos casos, influencia o preço e a percentagem de pureza das substâncias ilícitas.

Do lado da procura, verifica-se um incremento generalizado da procura de drogas, sobretudo entre os jovens e cada vez em idade mais precoce, sobretudo pela generalização da oferta mas também pelo importante estatuto enquanto consumidores que os jovens hoje possuem na sociedade de consumo em que vivemos.

Apesar das diversas acções e múltiplas vertentes abordadas na prevenção primária tradicional, esta tem tido, presumivelmente, uma eficácia reduzida, facto aliás, e sublinho, susceptível de se generalizar a todo os países do chamado mundo ocidental, em especial nos Estados Unidos da América, expoente da abordagem criminalista, que despendem cerca de 40 biliões de dólares por ano no combate à toxicodependência no paradigma clássico.

Ainda muito recentemente, um estudo em Portugal revelou que a idade média do início de consumo de cerveja baixou sempre nos últimos 15 anos e cifra-se

actualmente nos 11 anos, repito 11 anos. Um outro estudo nacional, de 2002, revelou que 14% dos jovens entre os 13 e 15 anos e 17,4% dos cidadãos entre os 15 e os 64 anos já tinham consumido pelo menos uma vez uma substância ilícita.

O padrão de consumo assinala um comportamento dos consumidores acentuadamente racional. Escolhem as drogas que têm menores efeitos colaterais e as que possuem menor probabilidade de adição. É por essa razão que a Heroína, com risco de adição de 33%, está a passar de moda, atendendo à forte dependência física que acarreta e aos riscos infecto contagiosos que representa. Assim, outras drogas com uma dependência essencialmente psicológica, como a cocaína e as sintéticas, com riscos de adição de 20%, naturalmente emergem como preferências. É assim possível deduzir que os consumidores de drogas duras são normalmente bem informados e que têm uma noção precisa do grau de nocividade das substâncias que utilizam. Neste particular, os Açores representam uma peculiaridade, a do consumidor traficante, que trafica para poder sustentar o vício, inflacionando o preço das drogas ilícitas em até aos 400%.

O padrão actual entre os Jovens é predominantemente de poli-consumo, onde relevam o álcool, o tabaco, a cafeína e numa percentagem ínfima desses, embora seja uma população não negligenciável, os derivados de cannabis e ainda em menor expressão as chamadas drogas duras. Todas essas substâncias são consumidas com alguma regularidade, sobretudo aos fins de semana e à noite, e representam uma sensação de prazer que as pessoas procuram repetir.

Do ponto de vista geográfico, embora com assimetrias entre Ilhas, existe uma relativa generalização e democratização do fenómeno das toxicodependências, deixando de existir grandes diferenças entre os espaços urbanos e rurais em cada uma das nossas ilhas.

Apesar do referido, convirá desmistificar certos preconceitos formados sobre a adição, sobretudo no tocante às chamadas drogas ilícitas. Com efeito, convirá referir que só uma percentagem muito diminuta de consumidores fica efectivamente dependente de uma ou de várias substâncias, sendo que o factor principal parece ser muito mais a hereditariedade e menos a condição social do consumidor. A nicotina e o álcool são, sem dúvida, a maior dependência da população, jovem ou adulta, nos

Açores. No caso dos jovens convém referir claramente, sem hipocrisia, que muitas vezes com própria a anuência dos próprios pais.

Devemos pois, ter a coragem e a lucidez de concluir que os Açores vivem hoje, numa época de globalização e mobilidade de massas, no tocante às toxicodependências, uma realidade normal e integrada no país e na Europa. As variações que existem, são sobretudo de escala. Nós não possuímos “tribos de drogados” nem manifestações de extrema violência, normalmente associados a fenómenos de concentração populacional e de grandes organizações criminosas.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Um segundo objectivo da Resolução n.º23/2001/A, prendia-se com o estudo das respostas dadas pelas diversas entidades, nomeadamente o Governo Regional, no sentido de encontrar medidas mais eficazes no combate à toxicod dependência. Um propósito que se revelou muito mais fácil de aferir, atendendo ao grande número de parcerias e de políticas concretas que foram adoptadas.

Assim, conforme se torna em nosso entender muito claro, o relatório agora apresentado revela a existência de uma política regional de luta contra as toxicod dependências estruturada, diversificada, abordada em multi-parcerias, abrangendo todas as ilhas dos Açores, com capacidade de resposta nomeadamente nas terapias que requerem internamentos e que asseguram todo o percurso necessário para a reinserção social e assim recuperação dos toxicod dependentes que se queiram tratar.

A Prevenção Primária tem sido densificada e é uma das prioridades do Governo, uma intervenção centrada em espaço escolar, no âmbito dos projectos educativos das escolas, e em espaços recreativos e de lazer.

A aposta do Governo do PS nos cuidados terapêuticos aos doentes, estruturando a toxicod dependência no sistema regional de saúde, através de consultas de psiquiatria, criando assim uma rede direccionada para as dependências, possibilitou um acesso universal ao tratamento dos toxicod dependentes.

A articulação com IPSS's que procedem a desintoxicações, com ou sem internamento, assegurando programas de redução de danos com substituição de

opiáceos, que prevê a possibilidade de internamentos em comunidades terapêuticas no continente português, revela uma estratégia clara e estruturada de combate aos casos mais graves.

Todas estas terapias, articuladas com diversos programas de reinserção social, assentes em protocolos multidisciplinares com IPSS's, algumas já constituídas em empresas de inserção, asseguram habitação, emprego protegido e regras sociais quotidianas que têm permitido à Região apresentar inúmeros casos de sucesso em casos problemáticos. Esta é uma reconfortante realidade. Sendo, por isso, merecido um reconhecimento público às diversas instituições da sociedade civil pelo trabalho de extrema importância, muitas vezes ingrato, que têm desenvolvido na Região.

Outros eixos de intervenção como a formação e actualização profissional da comunidade médica, educativa e da envolvente familiar, ou no domínio da investigação, informação estatística e cooperação nacional e internacional revela a prioridade que o PS tem atribuído à luta contra a toxicodependência.

Mas num balanço global, como o que hoje fazemos, torna-se incontornável salientar o papel inovador que constituiu a integração na Rede de Informação Juvenil dos Açores de consultas relacionadas com a toxicodependência. Esta é uma medida que consideramos muito positiva na política de juventude dos Governo Regional do Partido Socialista.

Aliás é precisamente, em nosso entender, nas políticas de juventude, que se pode depositar as maiores esperanças de sucesso no difícil combate à toxicodependência.

Os Açores contam com: mais de 18 mil jovens federados nas mais diversas modalidades desportivas; 3290 no programa OTL-J; mais de dez mil jovens mobilizados na Semana da juventude; cerca de 20 mil jovens envolvidos no associativismo, englobando 44 associações; 50 mil jovens utilizadores da Rede de Informação Juvenil do arquipélago. Para já não falar da RSIA que também abrange toda Região, possibilitando a ocupação e a fruição científica e tecnológica de dezenas de milhares de jovens. Tamanha envolvência e mobilização social permite-nos encarar com optimismo moderado o futuro da luta contra as dependências, pelo menos nos casos mais graves.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PS mudou os Açores, e também mudou profundamente a forma de encarar a toxicod dependência na Região, embora se possa registar que num campo onde relevam as parcerias de financiamentos públicos, a publicitação da acção governativa, nesta área concreta, não foi uma prioridade, um aspecto que deve ser alterado no actual quadro de mediatismo informativo.

Assim, felizmente se conclui que este governo encara frontalmente a toxicod dependência e recorre à adopção dos mecanismos necessários para o combate ao problema, embora na convicção de que não é possível uma sociedade livre de drogas e que por isso os problemas que lhes estão associados nunca serão resolvidos em absoluto. Embora neste particular, os optimistas possam sempre esperar que o desenvolvimento da genética e da micro-biologia possa um dia personalizar terapias que livrem as sociedades das toxicod dependências.

No passado, entendia-se os assuntos da pobreza, da marginalidade, da delinquência, da exclusão social, da violência e também da toxicod dependência como questões a esconder, seguindo a máxima de que se não se falasse dos assuntos, esses problemas não existiriam. Actualmente, como já referi, não é assim. Nós falamos de todos esses assuntos e até chamamos mais gente e mais entidades para nos ajudarem a falar e a resolver todas estas problemáticas.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O combate ao problema da Droga é difícil e por vezes frustrante mas tem que ser uma prioridade da sociedade, de todos e não só do Governo A, do Secretário B ou do partido C.

A atitude Salazarista, do Estado omnipresente, que remete para o governo, ou exclusivamente para os poderes públicos a responsabilidade da prevenção e resolução de problemas para os quais a sociedade não tem encontrado as soluções adequadas, exerce sobre os governos e mesmo sobre a democracia uma pressão muito difícil de gerir, propiciadora de perigosos fenómenos populistas e demagógicos.

Por isso, num problema de enorme complexidade como é a luta contra as drogas não perguntem se o governo fez tudo o que podia. Perguntem antes se a coligação contribuiu com alguma ideia válida ou meritória para a resolução dos problemas da droga na sociedade açoriana.

Atrevo-me mesmo a sugerir ao PSD, já que se colou escandalosamente às eleições espanholas, que retire agora as ilações dessa alternância de poder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vocês é que têm que mudar.

O Orador: Aprenda, Sr. Deputado Joaquim Machado, que não basta jogar apenas e repetidamente no tabuleiro do passar culpas, na lógica cartesiana do falo mal logo existo, apenas por se saber que um determinado assunto é uma preocupação saliente em estudos de opinião, é preciso apresentar propostas e ter uma atitude responsável e construtiva, é isso que as pessoas esperam de vós!

Disse!!!

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A toxicod dependência e as suas consequências é um problema que convive diariamente com os Açorianos, em cada uma das nossas ilhas.

Um problema que é tanto do toxicod dependente, como da sua família e de todos nós.

A droga domina as pessoas dela dependentes e empobrece a vida de toda a comunidade.

Uma sociedade solidária não esconde o problema, nem se demite da “guerra” que se impõe fazer a todo o momento.

Precisamos de uma verdadeira política e de acções concretas neste combate à droga.

A prevenção é a primeira e a melhor aposta para evitar não só o problema mas também que este se alastre.

Pela Resolução nº 23/2001/A, de 15 de Dezembro, a ALRA encarregou a Comissão dos Assuntos Sociais de apreciar a situação existente na Região quanto à

toxicod dependência, a avaliação das políticas sectoriais no combate a este flagelo e a propositura de medidas mais eficazes, ou tidas como mais adequadas.

A Comissão promoveu audições a um conjunto apreciável de entidades na área da saúde, da solidariedade, da acção social, serviços policiais, responsáveis do Governo Regional e da República, o que permitiu um leque de informações apreciável, que integram o Relatório em apreciação.

Estudos apontam, a própria opinião pública o confirma, bem como os testemunhos das famílias, que a toxicod dependência, quer seja o consumo ilícito de drogas, o alcoolismo e até o tabagismo, é um dos problemas que mais preocupam os cidadãos, as famílias e a sociedade em geral.

Ao apreciar este Relatório, tive o cuidado de observar as linhas de política orientadoras sobre a toxicod dependência contidas no Programa do Governo.

Encontrámos meras intenções políticas.

Não encontrámos um Plano Integrado de Prevenção e Combate das Toxicod dependências, o que resultou numa evidente incapacidade política de concretizar uma estratégia regional de prevenção e tratamento das dependências.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Ou seja, não houve uma estratégia definida, um rumo determinado, intersectorial e interdisciplinar, um programa que envolvesse numa forma articulada, a prevenção primária e secundária, a terapia de substituição e redução de danos, o tratamento e a integração social, familiar e profissional.

Houve acções desintegradas, com maior evidência em algumas ilhas com a aplicação do Programa Metadona, o que é, só por si, uma fase limitada de resposta ao problema, quando não é acompanhada do necessário tratamento dos doentes e todas as outras envolventes.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Relatório evidencia, numa forma tímida, esta fracassada política de prevenção e combate das toxicod dependências e os depoimentos de algumas das entidades auscultadas não deixam margem para dúvidas.

Aliás, as insuficientes dotações previstas no PMP 2001-2004, para a Prevenção das Toxicod dependências não deram garantias de qualquer acção exigente, regular e

efectiva nas tarefas colossais da prevenção primária, para referenciarmos apenas esta vertente.

Lamentavelmente, com prejuízo que não é mensurável para os adolescentes, os jovens, os adultos, todos os doentes toxicodependentes, para as suas famílias, para o desenvolvimento social, cultural e até económico de cada comunidade e dos Açores e só agora, na ponta final do mandato desta governação socialista, é que o Governo fala em rede regional de combate às dependências, com centros de consulta e tratamento, etc. Só agora!

Deputado Osório Silva (PS): Não é verdade.

O Orador: A situação da toxicodependência agravou-se de sobremaneira na Região.

É lamentável esta constatação: os adolescentes estão mais próximos das drogas.

É confrangedor os resultados do Inquérito Nacional Droga/Meio Escolar, realizado em Novembro de 2001.

Os resultados deste Inquérito, que o então Instituto Português da Droga e Toxicodependência mandou realizar, que teve como alcance a apreciação epidemiológica sobre o consumo de drogas em alunos do 3º ciclo do ensino oficial, ou seja, adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e 15 anos, não nos pode deixar nada tranquilos, como aliás, já não tínhamos razões para isso.

O problema do consumo de drogas ilícitas, que abrange milhares de açorianos e as suas famílias, problema que atravessa transversalmente a sociedade açoriana e que deixa atrás de si ou ao seu redor um rasto de dependência física e psicológica, de doença, de fragilidade humana, familiar e social, de infelicidade pessoal e afectiva, de absentismo às actividades profissionais, escolares e outras, de pobreza económica e financeira e até a perda da própria vida, significa, em termos humanos e sociais, um autêntico drama e por vezes uma tragédia.

Constatou-se que a Região Autónoma dos Açores, figura como uma das "parcelas" do País com os níveis de consumo de drogas mais elevados, consumos que não só estão a aumentar, como são cada vez mais precoces os consumidores, prática que já não fica pelos meios urbanos, mas abarca, com forte implantação, os meios rurais.

Com efeito, as prevalências do consumo de droga nos Açores assumem os valores mais altos em comparação com as outras regiões do País, ou seja, 19% já experimentaram alguma droga, 14% no último ano e 9% no último mês, reportando-se a Novembro de 2001.

Os Açores são uma das Regiões do País com as percentagens mais elevadas de prevalência de consumo de drogas ao longo da vida. O mesmo se passa com a prevalência de consumo de cannabis, ecstasy, heroína e cocaína.

É com o maior lamento que constatamos esta realidade e são os mais jovens os mais envolvidos nas drogas.

Tendo presente que se trata de adolescentes e jovens, ainda muito jovens, que tão cedo começaram a ter contacto com drogas, num período escolar, familiar, social e afectivo muito especial, torna-se ainda mais preocupante os resultados deste Inquérito.

Estes resultados identificam bem, que não houve nenhum Plano Regional de Prevenção e Combate às Toxicodependências.

É preciso uma actuação conjugada ao nível do meio escolar e familiar, que implicará uma verdadeira estratégia, dando prioridade à prevenção primária. É, de facto, ao nível da idade escolar, e em primeiro lugar no ensino básico, que a sensibilização, informação e prevenção se deve verificar, numa forma sistemática, efectiva, abrangendo todas as escolas da Região, quer sejam do meio urbano como do meio rural, envolvendo os pais, as famílias, os profissionais do ensino e toda a comunidade.

No âmbito do alcoolismo houve efectivamente um trabalho válido.

É preciso, pois, fazer uma reflexão objectiva e agir, agir com firmeza e empenhamento, atitude não encontrada na acção deste Governo, que deve assumir as suas responsabilidades, envolvendo nomeadamente, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que tem uma competência específica no âmbito da luta contra as dependências, bem como a Secretaria Regional de Educação e Cultura, dada a prioridade na atenção destas políticas em relação às crianças, adolescentes e jovens em idade escolar e toda a juventude.

Todos têm uma função nesta acção, mas o Governo, em primeiro plano não pode fugir a ela.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não houve, de facto, um Plano Regional de Intervenção de Luta Contra a Droga, constituindo um instrumento político, institucional e funcional, que já existiu na Região, integrado no Plano Regional de Saúde, tendo sido seu gestor o actual Director Regional da Solidariedade e Segurança Social e que o Governo do PS não deu continuidade, nem reestruturou e agora em final de mandato, é que fez aprovar, pela Resolução nº 1/2004, de 8 de Janeiro, o Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga, Programa este que será coordenado por uma nova estrutura a criar no âmbito do SRAS, ou seja, ainda não está em execução.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vejam só!

Perante uma problemática tão complexa não é admissível que o Governo tenha enveredado por iniciativas desgarradas, sem conexão, com falhas de orientação, de coordenação e de continuidade, sem a devida abrangência regional, contextos que identificam a fragilidade, a inoperância e a ineficiência das políticas regionais.

É, de facto, ao nível da idade escolar e em primeiro lugar do ensino básico que a forte sensibilização, informação e prevenção se deve verificar numa forma sistemática e efectiva, abarcando todas as escolas da Região, quer sejam do meio urbano como do meio rural, envolvendo as famílias, os profissionais do ensino e da saúde e toda a comunidade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Merece referência especial a actividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, muito especialmente a Clínica de São João de Deus da Casa de Saúde de São Miguel e as Casas de Saúde de São Rafael e do Espírito Santo da Ilha Terceira, que ao nível da prevenção e tratamento, têm sido o suporte da acção no âmbito das toxicodependências, dando resposta possível às necessidades de internamento, o que não se verifica nos hospitais regionais, e tratando das doenças

mentais, muitas vezes consequentes do consumo das drogas ilícitas, mas também do álcool.

E é importante que se diga, que desenvolvendo estas instituições as mais importantes acções nesta matéria, nem sempre o Governo Regional as tem atempadamente compreendido e é, por vezes, de forma mitigada que recebem apoios públicos governamentais.

Importa melhorar e avaliar o programa da redução de danos e o efectivo tratamento destes doentes, bem como promover um plano de verdadeira inserção social, com formação profissional etc.

Importa, que se efectue a criação de Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT's) nas ilhas que deles necessitem e concordamos que deva ser estudada a criação de uma Comunidade Terapêutica nos Açores.

Não há na Região, Planos Municipais de Prevenção Primária, nem um, por forma a que o combate ao consumo de drogas chegue a todas as parcelas da nossa Região, porque o Governo não promoveu esse planeamento junto das Autarquias.

E não venham os Srs Deputados Socialistas e o Governo Regional afirmar que não houve propostas do PSD e do seu Grupo Parlamentar relativamente à problemática das toxicodependências.

Propusemos alterações nas dotações do PMP e dos Planos Anuais com vista ao reforço das exíguas verbas inscritas neste âmbito, o que foi sempre rejeitado.

O PSD bem tem reclamado a criação de CAT's nas ilhas que deles possam necessitar, como o fez para a Ilha Terceira.

Deputado Osório Silva (PS): O que é que fizeram para a prevenção da sida?

O Orador: Está ainda em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º17/96/A, de 2 de Agosto, iniciativa legislativa concretizada no mandato de 1993/1996, que nunca o Governo Socialista regulamentou, o que levou o PSD a propor nesta Assembleia em 2001, através de uma proposta de Resolução, que foi rejeitada pelo Grupo Parlamentar do PS, a promoção de mecanismos de prevenção, apoio e tratamento da toxicodependência na Região, de que se salienta:

1 - O estabelecimento de uma sistema ambulante e sistemático especializado de informação e sensibilização à população escolar, nas escolas básicas e secundárias

da Região, com vista a evitar o consumo de produtos psicotrópicos e substâncias estupefacientes;

2 - Instituição de um serviço SOS para atendimento telefónico às pessoas assediadas para consumirem drogas, aos toxicómanos ou às famílias que pretendam apoio ou informações;

3 - Criação, junto dos serviços de psiquiatria nos hospitais da Região, de secções de atendimento directo aos toxicómanos.

Nessa mesma iniciativa, e em alternativa, o PSD recomendou ao Governo Regional que apresentasse uma proposta de Decreto Legislativo Regional, com a sua própria política para a prevenção e tratamento das toxicodependências nos Açores, revogando o Decreto Legislativo Regional n.º17/96/A, de 2 de Agosto. Nem isso foi feito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O presente Relatório e as conclusões do mesmo, evidenciam bem que o Governo Regional não desenvolveu um efectivo Plano de Prevenção, Tratamento e Combate às Toxicodependências. Estamos perante o fracasso das suas políticas neste âmbito, o que bem demonstra a grave situação do aumento do consumo de drogas dos nossos adolescentes e jovens.

Deputado Osório Silva (PS): O senhor veja o Orçamento de Estado.

O Orador: Uma sociedade que vê os seus adolescentes e jovens, a sua principal riqueza, a garantia da evolução das gerações e do futuro, mergulhar nas drogas e nas dependências, não pode deixar de estar abalada.

Não é para menos!

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Secretário Regional:

Estamos a analisar o relatório da Comissão dos Assuntos Sociais sobre os problemas da toxicodependência.

Este relatório tem origem numa resolução aprovada nesta Câmara por todos nós, em 15 de Dezembro de 2001, cuja proposta foi da responsabilidade do Partido Comunista Português.

Neste momento estamos satisfeitos pelo facto de termos tido esta iniciativa em 2001, de ter sido aprovada e de ter tido como consequência a elaboração do presente relatório, que nós consideramos excelente no que diz respeito à análise de toda esta problemática que a Comissão levou a cabo.

Este relatório é o reflexo de todo o trabalho que a Comissão teve durante todo este período, trabalho importante, trabalho árduo e trabalho de muito mérito, e tem que se reconhecer, por parte do relator da Comissão.

Foi possível a Comissão ouvir todo um conjunto de instituições que têm a ver com os fenómenos da toxicodependência.

Foi possível ouvir e confrontar opiniões experiências e aspectos completamente diferentes.

Também foi possível ouvir falar das drogas ilícitas, como foi possível ouvir falar do uso e abuso do álcool, do uso e abuso do tabaco por parte de pessoas de muito tenra idade.

Aliás, um dos aspectos que penso que vale a pena realçar é que, quer um estudo feito, quer algumas opiniões que ouvimos, dizem-nos que o consumo do tabaco, o consumo do álcool e o consumo das drogas ilícitas começa cada vez mais cedo nos jovens, o que deve merecer uma preocupação extrema por parte de todos nós. Aliás, penso que foi o Sr. Deputado San-Bento que referiu, aspecto esse que nos foi relatado, que existe a percepção de que essas crianças começam a utilizar as drogas lícitas, concretamente o tabaco e o álcool, mas também começam a utilizar as drogas ilícitas.

Portanto, em todos os contactos e no diálogo que foi possível manter entre muitas instituições e entre muitas pessoas, ouvimos, perante a Comissão, as coisas mais diversas, ouvimos alguém que disse que a cannabis que se produz no Pico é de excelente qualidade, que está no relatório e que é uma realidade.

Deputado Francisco Barros (PS): Mais um produto regional.

O Orador: Devo dizer até que um grande responsável desta Região, que já cá não está, na altura em que estávamos a trabalhar esta matéria, numa conversa em privado que tive com ele em que lhe falo da minha preocupação em relação ao consumo destas substâncias lícitas por jovens de muito tenra idade, em estabelecimentos que não é permitido a entrada desses jovens, esse responsável responde-me dizendo que não se pode fazer nada, porque nesse Concelho esses jovens não têm outra alternativa para passarem os seus tempos livres.

Portanto, isto são fenómenos, são coisas que nós ouvimos que nos fazem pensar, têm que nos fazer pensar e têm que nos fazer equacionar todo este conjunto de problemática no sentido de criar alternativas.

Eu não estou a dizer que não têm sido criadas alternativas, o que eu quero dizer é que são necessárias muitas mais alternativas, no sentido de que os jovens possam, em sentido positivo, ser desviados do consumo de substâncias lícitas ou ilícitas, mas que são substâncias que lhes causam dependência e prejuízos, tendo em vista ocupá-los de maneira a poderem usufruir duma vida livre de drogas e de substâncias prejudiciais.

Tive oportunidade esta semana, como muitos outros Srs. Deputados tiveram, de ouvir os responsáveis pelo futebol da Região Autónoma dos Açores e um dos aspectos que eles nos disseram com toda a clareza foi que se houvesse maior incentivo, houvesse maior apoio no sentido de mobilizar os jovens para a prática daquela modalidade, teriam muitos mais jovens a praticar, não havendo, de facto, condições que permita incentivar cada vez mais a ocupação dos jovens nessa actividade. Aliás, quem fala no futebol, poderá falar de todas as outras modalidades. É necessário criar nesta Região um maior número de dirigentes, de pessoas que livremente incentivem os jovens a praticar actividades alternativas à ocupação que os irá conduzir aos produtos ilícitos e que são prejudiciais. É necessário ocupar esses jovens noutras actividades como o desporto, o teatro e a música que são, de facto, portas abertas para levar os jovens, desde muito tenra idade que lhes interesse e com actividades que os vai efectivamente desviar destes produtos que são altamente prejudiciais e que lamentavelmente estão a prejudicar não só os jovens, como as suas famílias e isso sente-se nesta Região.

Aliás, não vale a pena esquecer este fenómeno, porque nós temos que viver e lidar todos os dias com ele e é discutindo-se aqui e na sociedade que vamos impedir o seu alastramento.

Em penso que é altamente positivo nós estarmos hoje aqui dedicando alguns minutos a esta problemática, porque é discutindo estes assuntos, é encarando as situações que nós vamos resolvê-los.

Em relação a uma matéria destas, eu penso que ninguém colhe proveitos político-partidários no sentido de dizer, eu sou o melhor, aquele é pior, antes fez-se melhor ou agora vai fazer-se melhor. Eu penso que esta problemática não pode nem deve ser motivo para isso, mas para encontrar caminhos, para se avançar no sentido correcto, para se avançar no sentido de, efectivamente, nós termos as respostas que precisamos.

Do mesmo modo pensamos que não se pode dizer que este ou aquele tratamento está correcto, porque para determinados conceitos morais deve ser assim, mas aquele não está, ou que este é que deve ser assim, porque é assim que eu penso. Antes pelo contrário, nós por aquilo que ouvimos, chegamos à conclusão que todas as alternativas têm aspectos positivos e dou isto como exemplo: a metadona que é um sistema de substituição, é reconhecido por todos como um paliativo, mas pessoas que lidam com este processo há muitos anos, em determinados casos, apesar de o considerarem paliativo, chegam à conclusão que através dele chegaram a curas. Esta foi uma realidade que nós encontramos, e estou convencido, com surpresa para alguns de nós.

Embora as opiniões sejam diversas, temos que apreciar os resultados, mas não tenhamos ilusões que em relação àqueles que já foram apanhados na rede, não se vão curar todos.

Se há um sistema que foi capaz de ao fim do trabalho de um ano ou dois curar uma, duas ou três pessoas já valeu a pena, segundo nos disseram alguns técnicos, porque aqueles foram salvos.

Portanto, quando algumas pessoas começam também a dizer que houve uma instituição que tratou 100 jovens mas que a percentagem de cura foi muito fraca,

ainda bem que conseguiu essa percentagem por muito fraca que tenha sido, porque conseguiu resultados.

Houve alguém que nos disse que – penso que foi no Porto – quando se consegue retirar um desse meio e salvá-lo, ficamos satisfeitos, porque aquele conseguiu salvar-se e, portanto, nesta problemática penso que o objectivo é procurar, perante as situações, conseguir recuperar alguém, conseguir que alguém seja capaz de sair das malhas da droga.

Por outro lado, nesta Região verifica-se um fenómeno que também não podemos esconder que é o seguinte: as polícias têm encontrado cada vez maior quantidade de substâncias ilícitas. É uma realidade que nós temos que lidar com ela e ela tem, a meu ver, que nos dar a seguinte conclusão: existe aqui dois fenómenos, ou seja, por um lado, existem autoridades que, talvez, estejam a trabalhar melhor, mas, por outro, continua a haver apetência para adquirir o produto, porque se não houver essa apetência, o produto não entra no mercado, mas a realidade é que o produto entrou e entra no mercado todos os dias.

Portanto, estas são situações que nós temos que estar atentos a elas, são situações que nós temos que corporizar como uma realidade que se vive nesta Região.

Há anos dizia-se que o problema das toxicodependências era um problema urbano, mas a conclusão a que chegamos é que este é também um problema, tanto na Região, como no país, que tanto se passa nos meios citadinos como se passa nas mais recônditas freguesias.

Esta é a realidade e nós temos que pensar seriamente que este é um problema de todos, é um problema de toda a sociedade, quer seja das ilhas mais pequenas, quer seja das maiores, quer seja das principais cidades, quer seja das freguesias mais diminutas.

Ela existe, é utilizada e deve ser encarada de modo a haver alternativas aos jovens e são esses que nos devem preocupar.

É preciso insistentemente pensar na acção preventiva e não se pensar apenas na acção curativa. Tem que se pensar e muito na acção preventiva.

Por outro lado, e em relação ao problema da acção preventiva, há algumas coisas que me preocupam muito.

Há anos, quando houve uma maior abertura, e estou a lembrar-me, por exemplo, quando se começou a falar deste fenómeno nas escolas, começaram a aparecer pequenos clubes nas escolas, tais como o “caça cigarros”... etc., mas dá-me a impressão que esta fase diminuiu, que passou e nós vemos nas escolas principalmente pessoas preocupadas com a matéria, mas que não foram capazes de manter, junto dos miúdos, aquele nível de preocupação que já houve.

Dá-me a impressão que o convívio com o fenómeno entrou nalguma rotina e isso preocupa-me e muito, porque era fundamental ninguém entrar em rotinas nesta matéria, ninguém esquecer-se deste fenómeno que está à nossa porta, seja um centro de saúde, seja uma cadeia, seja uma escola. Este fenómeno está no nosso meio e é necessário criar alternativas, é necessário criar todas as possibilidades de fazer uma prevenção muito séria, muito dedicada e com grande entusiasmo, porque acreditamos que tudo isto passa pela prevenção.

Neste relatório há um aspecto que nós realçamos e pensamos que é muito importante.

É definida no nosso relatório, e muito bem, a toxicoddependência como uma doença, doença que devemos evitar, mas é uma doença e penso que esta mensagem tem muita força.

A toxicoddependência é uma doença individual, é uma doença social, mas é uma doença e tem que ser tratada pela sociedade como uma doença que se manifesta no nosso meio, que se manifesta...

Presidente: Eu não queria interrompê-lo, mas já ultrapassou os 12 minutos.

O Orador: Eu tinha muito para dizer sobre esta matéria, mas vou concluir muito rapidamente e a minha conclusão é que esta é uma matéria séria, é uma matéria que tem sido tratada de modo muito sério por esta Assembleia, é uma matéria que foi tratada de modo muito sério pela Comissão dos Assuntos Sociais e chegou a conclusões que nós pensamos que são muito importantes.

Isto é mais uma página do nosso trabalho, que já tem páginas para trás e que vai ter páginas para a frente. É um trabalho que tem que ser continuado.

É um assunto que, como já disse há pouco, tem que ser tratado com toda a clareza, é um assunto que tem de ser encarado com realismo, é um assunto que nós todos em

conjunto temos que contribuir para dar respostas e elas têm que ser dadas por toda a sociedade.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começaria por saudar e felicitar a Comissão dos Assuntos Sociais e na pessoa do Sr. Deputado Relator, pelo excelente relatório que nós temos aqui, que é um óptimo ponto da situação, que revela trabalho, profundidade, honestidade intelectual e que é um marco útil para todos aqueles que, ao nível individual ou colectivo, de algum modo se preocupam e têm que se preocupar com este problema na nossa Região.

Também saúdo e felicito os excelentes contributos que resultaram das intervenções dos Srs. Deputados José San-Bento e Paulo Valadão.

Efectivamente este assunto é grave, é sério, é difícil, é preocupante e exige e reclama um combate duradouro e sem desfalecimento.

Todos nós sabemos que as drogas, as velhas e as novas, são imemoriais e são contemporâneas de toda e qualquer cultura ou civilização. Nós podemos até dizer, sem exagero, que não haverá civilização que não tenha as suas drogas e sabemos também que elas sempre foram usadas dentro de uma determinada cultura em momentos excepcionais, em rituais, em convívios sociais, em momento de excepção de quebra das regras de libertação.

O problema das drogas que nós falamos, preocupa-nos e isso é importante, tem a ver com algo que foi aqui referido, mas que não ficou exactamente claro, que é a própria perspectiva com que deve ser encarado o fenómeno e que só pode ser o da doença, que só pode ser o do tratamento, a da ajuda dentro de um quadro de drogas lícitas, de drogas ilícitas, com diferentes raízes, com diferentes aceitações sociais.

Portanto, não é, como foi aqui afluído, o caminho da repressão, não é o considerar que este fenómeno é ou era apenas de alguns, como tal rotelado. Não é esse, conforme ficou devidamente demonstrado, o caminho certo e nessa medida também é útil referirmos o marco importante que foi a legislação aprovada em 2000, bem como a sua adaptação a esta Região por esta Câmara.

O problema preocupa-nos, na medida em que ele causa dependências. Não se trata só de uma questão moral, não se trata de um juízo individual, mas trata-se de colocar a determinado tipo de indivíduos, ao nível físico e psicológico, problemas duradouros, mais ou menos duradouros ou até permanentes que vão desde logo limitar ou condicionar de forma importante a sua capacidade de autodeterminação de decidir a sua vontade, a sua capacidade de exercer uma profissão, a sua capacidade de se relacionar com os amigos, se relacionar com a família e de interagir ao nível social.

Também, como é evidente, para além dos custos sociais, familiares, pessoais que isto provoca, não há dúvida que ao nível duma comunidade politicamente organizada, são também grandes os custos sociais, mas também, porque não dizê-lo, financeiros ao nível dos sistemas de saúde, das doenças infecciosas, das incapacidades, dos acidentes provocados na sequência das toxicodependências ou do estado que elas provocam.

Podemos dizer de algum modo, e é verdade, não sendo original, o toxicodependente actual é cada vez mais uma caricatura triste da sociedade de consumo, (o máximo de prazer no mais curto espaço de tempo). Isto é assim inclusive relativamente a velhas drogas lícitas, como o álcool que revelam alguns comportamentos mais recentes, nomeadamente ao nível da associação imediata entre velhas drogas como o álcool e novas drogas. Os policonsumos constituem hoje também uma grande preocupação.

Também por razões, que todos nós compreendemos, de fragilidade, de crescimento individual, de desenvolvimento pessoal, de experimentação, de desafio e de rebeldia, é sobretudo ao nível da adolescência e juventude que estes fenómenos são mais preocupantes.

Felizmente, sabemos também, apesar da gravidade crescente e global deste problema, que é uma minoria de jovens que se droga, é uma minoria de jovens, mesmo entre aqueles que experimentam, que ficam agarrados.

No entanto, isto não nos deve descurar a gravidade crescente do problema como também uma nova face que temos que encarar com realismo daquilo que é a globalização.

Se as comunicações físicas são mais fáceis, se as telecomunicações, se a sociedade de informação também chega instantaneamente a nós, é natural que esses fenômenos também muito mais rapidamente cheguem a nós. É natural também, nesta como noutras matérias, que seja cada vez mais esbatida a diferença de mentalidades, de educação, de cultura, a diferença entre o mundo rural e o urbano, a diferença entre centros urbanos, ilhas maiores e ilhas mais pequenas.

Temos que ter consciência deste problema, temos que ter consciência que é em nome da dignidade da pessoa humana, fixada no artigo 2º da nossa Constituição, que nos devemos preocupar com este problema, só que isso implica a responsabilidade que esta Câmara, agora com este corolário, tem assumido, que o Governo Regional, que os Municípios, que as polícias, que os tribunais, que as associações civis, que as famílias e cada um de nós, que a dignidade implica necessariamente responsabilidade, tem perante si e perante os outros.

Só assim podemos efectivamente intervir sobre este fenómeno.

Só assim podemos alcançar ganhos numa luta que é, como foi aqui referido, também necessariamente difícil e em que algumas vitórias têm um significado muito especial e muito querido.

Eu gostava de lembrar que, ao nível das suas responsabilidades, com os meios financeiros que tem, também com os meios humanos que tem e que são necessários para o combate cada vez mais especializado, mais multidisciplinar a este flagelo das toxicopedências, nós temos, por exemplo, na Terceira 6 enfermeiros especialistas em saúde mental e psiquiátrica e a maioria esmagadora deles não está no exercício.

Nós temos dificuldades práticas também ao nível dos recursos humanos temos que reconhecê-las e temos que assumi-las, apesar do esforço que temos feito e que vamos continuar a fazer para formar pessoas.

Muito recentemente falei com várias instituições com tradição ao nível da saúde mental para saber se eles queriam aceitar o desafio de pôr de pé uma comunidade terapêutica.

O conhecimento que eles têm do terreno e dos recursos que dispõem, levou a que algumas delas me tenham dito que neste momento não encaram este desafio.

Há todo este conjunto de dificuldades, mas apesar disso, e para nós não transformarmos, o que seria grave como lembrou o Sr. Deputado Paulo Valadão, este importante debate parlamentar na “droga da política”, seria bom nós reconhecermos aquilo que se tem feito.

Seria bom nós reconhecermos que só desde 99 temos nos Açores tratamento com terapêuticas medicamentosas de substituição, como a metadona, que antes não tínhamos.

Era bom nós reconhecermos que tem sido feito um enorme esforço ao nível da prevenção...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Qual foi esse esforço?

O Orador: ... ao nível da sensibilização nas escolas, nos centros de Saúde, junto dos jovens, ao nível de spots na rádio, na televisão, ao nível de desdobráveis junto dos jovens e dos centros de saúde.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então por que é que temos mais consumo?

O Orador: Isso tem sido feito e tem efeitos positivos.

Ao nível da saúde mental as instituições de solidariedade social têm desempenhado um trabalho pioneiro e é com muito prazer que o Governo Regional reconhece isso, mas também é justo lembrar que isso é feito com o total empenhamento e apoio, como deve ser, por parte do Governo Regional que tem inclusive o cuidado de, onde essas instituições existem e trabalhem bem, não as substituir, nem criar circuitos paralelos.

Temos um conjunto de iniciativas, temos um plano aprovado e não foi, é bom dizê-lo, por não existir um plano formal, a que alguns agora se agarram, que em Julho de 2001 a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais deixou de lançar a campanha de Verão contra o uso e abuso do álcool.

Não foi por não haver um plano formal que em Outubro de 2001 se deixou de lançar a campanha de prevenção e luta contra a droga.

Não foi por falta disso que em Julho de 2002, em parceria com o IDT, foi alargado à Região o projecto de intervenção em espaços nocturnos.

Não foi por falta disso que no ano lectivo de 2003/2004 se fez nas escolas a campanha de sensibilização sobre o consumo do álcool.

Não foi por falta disso que se deixou de fazer as campanhas e os spots na televisão e que foram retomados em 2003.

Não foi também por falta de vontade política e institucional da Região que se deixou, desde sempre, de ter os melhores contactos e a melhor vontade de colaboração com o IDT e as instituições que anteriormente existiam e a que ele sucedeu, porque ao mais alto nível a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais teve encontros com o então Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que tem a tutela desta matéria e eu em Abril do ano passado tive contactos com o Sr. Presidente do IDT, Dr. Fernando Negrão, onde coloquei uma série de questões e na sequência disso troquei um conjunto de ofícios, que trago aqui e que são interessantes e que, aliás, julgo ser meu dever dar conhecimento do seu principal conteúdo a esta Câmara.

Deputado Joaquim Machado (PSD): São anónimos?

O Orador: Não são anónimos, Sr. Deputado. Estão perfeitamente assinados.

A resposta é que não terá sido a melhor, porque nós entendemos que os protocolos são para se cumprir e em Fevereiro de 2002 o Governo Regional dos Açores assinou um protocolo com então instituto ao qual sucedeu o IDT e segundo esse protocolo – o Sr. Deputados já sabe disso, porque ouviu em Comissão – cabe, na sequência de legislação nacional e regional, ao IDT também encarregar-se pelo funcionamento das CDTs da Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu sei disso. Até lá nada tinha sido transferido!

O Orador: Essas comissões de persuasão da toxicodependência têm um duplo papel fundamental ao nível da sensibilização, da prevenção, do encaminhamento dos toxicodependentes apanhados com uma quantidade de estupefaciente que, segundo a lei actual, não é considerada crime e são encaminhadas pelas autoridades policiais para estas comissões.

Essas pessoas, de acordo com a lei, de acordo com o seu trabalho, pelos processos que analisam têm direito a uma determinada remuneração que, segundo o protocolo estabelecido com o IDT, seria também responsabilidade do IDT.

Infelizmente, quer ao nível das instalações, quer ao nível do apoio administrativo, quer ao nível dos consumíveis, quer ao nível do pagamento a esses técnicos que conosco colaboram, o IDT até hoje não transferiu um único cêntimo, dando cumprimento a esse protocolo e por isso o Governo Regional tem, ao mais alto nível institucional, o direito de manifestar, perante esta Câmara de que depende, a sua indignação que, por exemplo, o Sr. Presidente do IDT não tenha tempo nem disponibilidade financeira – e talvez não tem, porque andou durante meses a dever às comunidades terapêuticas do Continente – para dar uma justificação à Região, para reunir com os responsáveis da Região, já que esta matéria é responsabilidade da Região Autónoma dos Açores, embora aceitemos parcerias com quem devemos aceitar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então que assumo tudo. Tem um Governo Regional é para isso.

O Orador: O Sr. Presidente do IDT teve a lata de vir recentemente à Região, em pura missão partidária, prometer este mundo e o outro, quando não cumpre o protocolo que tem assinado com a Região Autónoma dos Açores e não nos dá um único cêntimo. Eu acho que aqui é preciso ter alguma desfaçatez, desfaçatez essa que só é comparada com o sentido autonomista do Sr. Deputado Victor Cruz – ele não está aqui, mas eu não tenho culpa disso – que veio, como panaceia para os nossos males, como se a autonomia não existisse, dizer que a grande panaceia era a instalação nos Açores duma delegação do IDT, como se nós agora voltássemos ao tempo das delegações como se as competências da autonomia não existissem.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Isto é que é triste, porque, tirando isto, ao nível institucional nós estamos perfeitamente prontos a colaborar com o IDT e temos mais de meia dúzia de ofícios só no último ano.

Pensamos que o IDT deve ter uma política, que sabe o que é que quer e nós estamos aptos a colaborar. Temos feito insistências, mas não temos, infelizmente, recebido qualquer resposta.

A única coisa que conhecemos do IDT dos Açores são, infelizmente, volto a repetir, campanhas partidárias.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Sr. Deputado Paulo Valadão e o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português pela Proposta de Resolução que apresentou e para manifestar o registo que fiz da vossa postura construtiva, uma postura de procura de soluções, de contributos para melhorar o tratamento das questões relacionadas com a toxicod dependência.

De facto, o relatório representa um trabalho muito válido, como também já referi, e é, como o senhor sabe, o terceiro documento desta natureza que é feito pela Comissão de Assuntos Sociais. No futuro, é natural que venha a ter outras sequências.

Em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Bento Barcelos, eu gostava de referir algumas questões que me preocupam grandemente.

Eu era um miúdo e o Sr. Deputado já andava nessas coisas, mas eu sempre tive uma ideia em relação à experiência, em relação ao contributo que determinadas pessoas, determinados responsáveis ou ex-responsáveis políticos da minha Região pudessem dar para a melhoria, para a busca de melhores soluções para os problemas concretos. Devo dizer, Sr. Deputado, que já começa a ser um exercício ridículo, se me permite, os senhores dizerem permanentemente que o que falta é a prevenção primária.

Eu estou, como já referi, há muito menos tempo nessas coisas do que o senhor, mas ao que eu assisto há para aí 5 ou 6 anos é que quando o Governo implementa uma determinada medida, falta a prevenção primária; o Governo faz prevenção primária, mas falta a prevenção primária; o Governo cria programas de redução de danos, cria programas de metadona, falta prevenção primária; o Governo cria estrutura de

toxicoddependência na rede do sistema de saúde da Região, falta prevenção primária. Os senhores não saem desse discurso.

Curiosamente os senhores introduziram hoje aqui uma questão, que eu já tinha esclarecido na Comissão, de que falta um plano, que o plano veio tarde e que a Região esteve parada. Essa é uma visão redutora que nós denunciámos aqui e que não corresponde à verdade. O Sr. Secretário já teve oportunidade de esclarecer isso. Eu próprio na minha intervenção tive o cuidado de referir que as medidas que têm vindo a ser implementadas nos Açores, representam claramente um plano, uma estratégia concreta de luta e de abordagem aos problemas da toxicoddependência.

Portanto, é preciso ser extremamente teimoso e perfeitamente crítico e com um sentido de rotura para não reconhecer estas questões.

Gostava também de esclarecer que numa entrevista muito recente o Director Executivo do Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência, refere – e é isso mesmo que justifica parte daquilo que o senhor julga que é um atraso na questão da aprovação dos planos – o seguinte: “Parece possível pensar, num quadro de acompanhamento, em termos de cooperação, informação e, por fim, de avaliação das medidas políticas relacionadas com a toxicoddependência na Europa, que essas orientações estão a ser implementadas há muito pouco tempo”. Isto é do ano passado e posso facultar-lhe estes documentos.

Espero que agora tenha ficado esclarecido.

Gostava também de referir, Sr. Deputado, e também referi isso na minha intervenção, que o que verdadeiramente se viu aqui é que os senhores também têm passado.

O Sr. Deputado Paulo Valadão fez um apelo para não, de certa forma, partidariizarmos estas questões, mas há aspectos aqui que têm que ser devidamente esclarecidos.

Os senhores têm passado por aquilo que fizeram quando estavam no governo. Eu tive oportunidade de ler o plano de acção sectorial quando o senhor era Secretário e penso que era um documento fraco, um documento que deve fazer o PSD reflectir seriamente no nível de críticas que faz hoje sobre a política da toxicoddependência na Região.

Gostava ainda de lhe dizer, Sr. Deputado, que aquela que foi a postura do PSD na Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Sistema de Saúde, também representa o passado que os senhores têm em termos de apresentar soluções, de apresentar propostas e de tentar contribuir para a resolução dos problemas.

Gostava também de referir, Sr. Deputado Bento Barcelos, que para além de terem passado, os senhores também têm presente.

Já foi aqui exposto pelo Sr. Secretário, e muito bem, a questões relacionadas com as Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência e pela paralisia que existiria se não fosse o Governo Regional a assumir essas verbas.

Pensei que o senhor fosse a última pessoa a vir falar em dotações orçamentais, quando é o seu governo na República que representa um corte de 53% na despesa da política sobre a matéria da toxicod dependência.

Deputado Osório Silva (PS): O que é que os senhores têm a dizer a isso?

O Orador: Isto foi uma situação de tal maneira grave que obrigou o Dr. Fernando Negrão a ter que dar uma entrevista à revista "Visão" com o título "A luta contra a droga não parou". Veja lá ao ponto que isto chegou.

Por último, se me permite Sr. Deputado, eu penso que o senhor não tem razão quando refere que não existe uma política para a questão da toxicod dependência nos Açores. Já tivemos oportunidade de falar sobre isso e remeto-o para aquilo que já foi dito aqui por mim e pelo Sr. Secretário.

Sr. Deputado, eu trouxe inclusivamente alguns adereços para essa discussão, percebendo já que o PSD ia voltar a insistir no discurso de que não se fez nada de concreto.

O senhor tem aqui um plano de acção contra o alcoolismo, tem diversos autocolantes que poderá utilizar. Ofereço-lhe também um pino sobre prevenção primária e, inclusivamente, ofereço-lhe as tais brochuras.

Srs. Deputados, eu não vejo qual é o problema de nós expormos aqui questões concretas relacionadas com a prevenção primária, que são precisamente os aspectos que os senhores recorrente e demagógicamente apontam como não estando a ser realizados nos Açores.

Em relação à crítica que o senhor faz ao chumbo que a bancada do PS na altura deu a essa proposta de resolução, tenho aqui uma das brochuras que os senhores defendiam que podia ser realizada e inclusivamente tem uma dedicatória do José Carlos San-Bento para o Deputado Bento Barcelos com consideração e estima, procurando que da próxima vez introduza maior rigor no seu discurso. Faço muito gosto em lhe entregar isto.

Para terminar, já que o senhor tentou vir aqui dar lições ao Governo, a todos os partidos e a todos os deputados sobre prevenção primária, gostava de lhe perguntar se a prevenção primária que o senhor quer convencer o Governo e o Partido Socialista a fazer, é a prevenção primária que se faz na organização de juventude do seu partido, com festas do género: “vodka laranja”, “JSD angaria militantes em troca de *shots de vodka* em bares do Porto”. É esta a prevenção primária que o senhor defende?

Sr. Deputado, se me permite, antes de abrir a boca o senhor comece dentro do seu partido a inculcar esse espírito da verdadeira prevenção primária que o senhor defende.

Muito obrigado.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nos poucos minutos que nós temos não posso deixar de dar resposta a um conjunto de observações que foram feitas, principalmente pelo Sr. Deputado José San-Bento.

Em primeiro lugar agradeço o autógrafo nesse desdobrável.

Nós trouxemos aqui, sobre uma matéria tão complexa como é a droga, uma intervenção positiva, uma intervenção honesta, uma opinião política.

Deputado José San-Bento (PS): Susceptível de crítica.

O Orador: Não é, naturalmente, a vossa opinião, mas é uma opinião política, sustentada e não é por um mero desdobrável, um pino ou por o Sr. Deputado Osório trazer aqui uma camisola que dizemos que temos um plano regional de prevenção de combate às toxicodependências.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Aliás, se houvesse esse plano, se houvesse quase 8 anos de trabalho, afinado, sistemático, envolvendo todos, porque esta é uma matéria complexa, não tínhamos este inquérito desastroso para a situação nos Açores, em relação à problemática da droga. É desastroso, porque envolve qualquer ser humano, que tem para nós toda a importância, mas envolve essencialmente os adolescentes e os jovens.

Basta observar folha a folha para ver, infelizmente, que estamos no topo das situações de aproximação dos adolescentes e dos jovens ao consumo de drogas. Isto é o grande problema, isto é de grande gravidade.

Os senhores vêm agora com três ou quatro argumentos de algumas coisas que foram feitas. Nós mencionámos na nossa intervenção que a iniciativa da campanha de sensibilização no âmbito do alcoolismo ao nível das Escolas do 1º Ciclo foi válida.

Nós também referimos o programa da metadona, que não contestamos, mas dissemos que era preciso avaliá-lo, era preciso melhorá-lo. Aliás, foi dito pelo Governo Regional que era extensivo a outras ilhas com problemas também visíveis como, por exemplo, o caso do Faial que não foi cá implementado.

Portanto, o que é facto é que, volvidos 8 anos, foi preciso alterar por três vezes a Resolução. Por que é que nunca foi por decreto legislativo regional? Exactamente porque não queriam revogar o nosso diploma.

Houve uma teimosia política, porquê? Porque o nosso tinha validade.

Continuaram com resoluções e a última tem dois meses.

Há dois meses atrás, no término deste mandato, no término de oito anos do Governo, houve política definida, sistemática, coerente, intersectorial, interdisciplinar para levar por diante esta complexa missão? Não houve.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por outro lado, também este anúncio tão tardio da rede regional de combate às dependências, nomeadamente, a implementação dos CAT'S.

Fomos à Casa de Saúde de S. Rafael e ouvimos os responsáveis daquela instituição, que estão a fazer um brilhante trabalho, como aqui foi referenciado na nossa intervenção, mencionaram que tinham apresentado uma candidatura ao Governo para a implementação dum CATE, que foi é rejeitada.

Deputado Osório Silva (PSD): Leia o relatório.

O Orador: Não é preciso ler o relatório. Eu tenho aqui documentos que dizem: “Desentendimentos fazem cancelar a abertura dum centro”.

Deputado José San-Bento (PS): Não vimos isso na Comissão? Visitamos essa instituição.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): São jornais!

O Orador: Não são jornais, é a verdade, é a realidade Sr. Secretário Regional e não admito que o senhor venha dizer que são jornais, porque o senhor está, por um lado, a desclassificar os jornais e a comunicação social, que nisto tem um papel fundamental e, por outro, está a pôr em causa aquilo que são os técnicos.

O que houve foi algumas iniciativas, algumas acções desgarradas, sem orientação política, sem haver um plano, sem avaliação, conforme os tempos.

Aliás, na falta duma verdadeira política de resultados positivos, o Sr. Deputado Osório vem aqui mostrar dois ou três desdobráveis, um pino, as camisolas e um boné. Sinceramente, os açorianos não merecem esta actuação.

Portanto, a nossa posição é construtiva e foi ao longo deste mandato, sobre esta problemática, que tivemos a propositura, tomámos iniciativas, mas foram sempre rejeitadas, porque os senhores não vêem o interesse dos Açores, vêem apenas a teimosia de levaram a sua por diante.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Bento Barcelos.

Um breve esclarecimento.

Conforme lhe disse em aparte, é bom que o Sr. Deputado se habitue à ideia, que já foi aqui dita nesta Casa há alguns anos por um deputado desta bancada a um colega seu, entretanto, desaparecido em combate, de que a razão não é directamente proporcional ao tom de voz. O Sr. Deputado pode ter a certeza que não é por “berrar mais”, passe a expressão, que tem razão.

Agora, o que eu lhe queria dizer, Sr. Deputado, era o seguinte:

Conforme referi na minha intervenção, foi também por iniciativa e por adesão do Governo Regional que participámos nesse primeiro inquérito, realizado em meio escolar.

Também referi na minha intervenção que a globalização não pode ser apenas para aquilo que nos interessa, ela ocorre para os factos positivos, mas também é natural que ela traga aqueles factos menos positivos que, porventura, nós gostaríamos de controlar, mas tal não é possível.

Portanto, não me surpreende, embora não me agrade, – e não devemos confundir, porque é um grave pecado, desejos com realidade – que a situação nos Açores tende, nesta matéria infeliz, como noutras matérias felizes, a aproximar-se e a uniformizar-se cada vez mais.

Queremos, naturalmente, ao nosso nível e na nossa realidade, arranjar as formas de combater isso.

Eu não duvido minimamente da tendência para que o inquérito aponta, embora não leve com absoluto rigor, porque isto são entrevistas feitas a determinados adolescentes que não sei se foram todas preenchidas de forma acompanhada ou não, se foram todas preenchidas na escola ou não, embora volte a repetir que a tendência que o relatório aponta no sentido dos Açores, também a este nível, estarem cada vez mais próximos daquilo que se passa no Alentejo, Trás-os-Montes, etc. Essa tendência, infelizmente, parece-me como um preço da globalização e do mundo em que vivemos.

Era só para dar este esclarecimento.

Deputado Lizuarte Machado (PS) *Muito bem!*

Presidente: Antes de dar a palavra a outros Srs. Deputados, quero informar que existe uma Proposta de Resolução a apreciar conjuntamente com este relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes da sua intervenção, eu estava com dúvidas pelo facto do Sr. Secretário estar a designar a “droga da política partidária” e à medida que fui ouvindo percebi e fiquei com a noção plena de que este relatório, pela circunstância de estar a ser apreciado no fim da legislatura, acaba por ser penalizado exactamente pela “droga da política partidária”.

Deputado Osório Silva (PS): Essa é a sua opinião.

O Orador: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP queria congratular-me com o trabalho realizado pela Comissão, que é muito meritório, mas queria lamentar pelo facto desses trabalhos usualmente se prolongarem no tempo, a verdade é que acabam por aparecer nesta parte final da legislatura, em que todos já percebemos que as preocupações que estão subjacentes em muito do trabalho e da acção do Governo, são preocupações doutra ordem, ou seja, de ordem eleitoral. Isso é normal e repete-se.

Portanto, eu lamento isso, porque acho que, em consciência, todos verificamos que não haverá sequer grande tempo para nesta legislatura tirar o devido proveito do trabalho feito em sede da Comissão Parlamentar.

Por outro lado, a Proposta de Resolução do Partido Socialista, que está aqui em apreciação, julgo que acaba por confirmar essas preocupações que aqui deixo em nome do meu Grupo Parlamentar.

Ninguém de boa fé acredita que este conjunto de recomendações naturais, sérias, na sequência do trabalho que foi aqui apresentado, tenha qualquer eficácia na mão deste Governo, porque se até aqui não foi capaz de satisfazer o que aqui se pede, não é nos quatro meses que faltam que vai fazer o que quer que seja.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não quero dizer com isto que as recomendações que aqui estão, na óptica do PP, não possam vir a ser úteis para este ou para outro governo, mas ninguém acredita nesta Casa que, em termos práticos, isso terá alguma eficácia. O CDS/PP não se vai opor, mas não tem nenhuma eficácia.

Gostaria ainda de referir o seguinte:

Lamento que o Governo, na sua óptica, tenha aqui colocado uma preocupação de ganhos, que fez mais e que conseguiu. Porque estamos em balanço de mandato, acho que o balanço da política do governo, na óptica eleitoral, não devia ser feito com base nem a pretexto deste relatório, porque ele é mais sério do que o debate que o gera possa fazer crer.

Por outro lado, acho que nestas matéria devíamos ter a humildade e a consciência de que os governos, as polícias e a sociedade, perante este combate, estão a perder e acho que ninguém ousa sair daqui com a ideia de que está a ganhar o que quer que seja, porque o resultado no ano seguinte é pior do que no ano anterior. Acho que isto nos deve preocupar seriamente, como estou convencido que acontece com a totalidade desta Assembleia.

Desculpe não entrar nesse desafio que o discurso do Sr. Secretário podia levar, até porque me falta também conhecimentos pessoais e específicos para o fazer, mas entro no desafio que preocupa os açorianos, as famílias, os jovens, os que são vítimas e aqueles que, não sendo, convivem no dia-a-dia com os que são.

Isto é demasiado sério.

Os nossos adversários têm todos meios, mas os nossos governos e as nossas polícias ainda não estão ao nível deles e a nossa sociedade revela uma fraqueza crescente perante essa matéria.

Eu peço desculpa, mas acho que estes assuntos devem ser tratados noutras alturas, talvez no princípio da legislatura, com outra tranquilidade de todos, da oposição e do governo.

Eu não queria avançar muito por esse caminho, mas não nos podemos esquecer dos elementos, que são tremendos, das estatísticas apresentados há pouco pelo Sr. Deputado Bento Barcelos.

Que o Governo Regional fez esforços? Obviamente que sim, mas foram insuficientes.

A acção das polícias foi altamente deficitária.

A acção dos responsáveis, dos educadores institucionais das escolas, apesar de fazerem o melhor que sabem, foi insuficiente.

Nós reconhecemos que eles frequentam as acções, cursos, que há os folhetos, há as t-shirt, etc.

Concluindo, os traficantes estão cada vez mais à vontade, têm campos cada vez mais férteis, institucionalizou-se cada vez mais a festa do álcool a todos os níveis, como já foi aqui dito, pelas autarquias, subsidiadas pelo erário público.

Levemos este combate muito a sério, porque este também é um problema muito sério.

Eu estou muito à vontade, porque não sou técnico do sector, nem pretendo ser.

Ainda hoje, pela idade, sou muito menos consumidor das drogas lícitas do que era no passado.

Estou muito à vontade, porque cada vez menos serei atingido na minha consciência por aquilo que está aqui em jogo.

Cada vez menos vai um cigarrinho e a medo, muito a medo, sobretudo, graças à política inserida nas carteiras do tabaco.

Eu tenho consciência de que este assunto é cada vez mais sério e nós não a tínhamos.

Faço votos que o futuro Governo Regional dos Açores, espero que seja do projecto que integro e estou quase certo disso, em colaboração com esta Assembleia, em colaboração com o Governo de Lisboa, e a única boa certeza que temos é que é este que lá está, com as instituições, as autarquias, as IPSS, a nossa comunidade, possa resolver este sério problema.

Sr. Secretário, eu não quero entrar na “droga da política partidária”, mas nós temos competências nesta matéria.

Eu compreendo que se possa insurgir contra a transferência duma instituição que abra uma delegação nos Açores.

Temos competências, mas se as temos não podemos aligeirar que não fazemos, porque o protocolo está atrasado e porque Lisboa não nos manda as coisas.

Isto é muito complicado, porque as nossas competências também são relativas e muitas vezes a gente limita-se a esperar de Lisboa para pôr um carimbo e depois dizer que é regional. Eu ainda me lembro e sei que há Secretarias que têm lá tudo pronto para quando as coisas vêm da Direcção Geral, copia-se, manda-se para a reprografia, mete-se o carimbo da Direcção Regional e aí está a autonomia a funcionar. Ainda hoje existe muito disso.

Portanto, sejamos humildes e sejamos modestos. Eu acho que se nós soubermos fazer melhor do que Lisboa, façamos.

Temos uma coisa melhor do que Lisboa, é a nossa pequenez e eu sempre acreditei que, em matérias como esta da Toxicodependência e noutras, a nossa pequenez fosse um escudo para nós, fosse a nossa defesa, porque conhecemo-nos uns aos outros, os nossos polícias conhecem os traficantes, os traficantes conhecem os polícias, o director da Escola conhece o que vende e o que vende conhece o pai de quem compra.

É esta pequenez que nos dá esta possibilidade de sermos mais eficientes.

Pelo contrário, não tiramos vantagem da pequenez e estamos a ser vítimas disso.

Não estou a culpar o Governo Regional dos Açores. Estou a culpar o nosso colectivo, a nossa incapacidade de lidar com o problema.

Portanto, muito mais se poderá dizer sobre isso, mas não tenho tempo. Fazia um apelo ao Sr. Secretário Regional no sentido de que não acabássemos este debate a puxar pelos galões, a dizer que efectivamente fizemos isto e fomos capazes, quando não o fomos, mas acabássemos com humildade.

Pela parte do CDS/PP, acabamos a nossa participação neste debate com a consciência de que não vamos no bom caminho.

Acabamos a nossa participação neste debate com a consciência de que, pela parte que cabe ao CDS, demos um contributo muito insuficiente, como partido político, como deputado, como instituição. Se calhar podíamos ter sido mais úteis no Parlamento do que não fomos.

Pela parte do CDS/PP acabamos com a consciência de que achamos que a sociedade dos Açores espera desta Casa coisa diferente.

Eles já sabem que o PS vai dizer que é muito bom e que a coligação vai dizer que é melhor. Não adiantamos nada falar nisso.

Eu acho que os açorianos esperam desta Casa um sinal de que seríamos capazes de ser mais eficientes no combate à toxicodependência, mas lamento dizer que nada disso vai sair daqui.

Os açorianos sabem que houve uma Comissão do Parlamento que fez um excelente trabalho e não se pode pedir mais a uma Comissão que é formada por políticos e não por técnicos.

É bom referir que no passado, há umas legislaturas atrás, idênticos trabalhos foram feitos, com grande mérito, por deputados que também não eram técnicos. Não se pode pedir muito mais aos deputados.

O Partido Socialista propõe que se aprove e eu não vejo mal nenhum em se aprovar.

O CDS/PP também está disposto a aprovar se for esse o sentido geral.

Não quero com isto dizer que este Governo não quer acabar com a “droga da política partidária”, mas percebo que este Governo chegou ao fim e não vale a pena sair daqui com bandeiras que soam a falso.

Presidente: Sr. Deputado, também está a chegar ao fim o seu tempo.

O Orador: Estou a chegar ao fim do debate, mas julgo que tentei deixar claro meia dúzia de preocupações. Fazemos votos que no futuro possamos ser mais capazes do que fomos agora.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas para dizer, como já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que a Proposta de Resolução também está em discussão neste momento.

A intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro teve aspectos muito particulares que achei interessantes, mas gostava só de esclarecer o Sr. Deputado de algumas coisas.

Em primeiro lugar, como sabe, a Comissão esteve a funcionar na abordagem desta problemática 26 meses, em que alguns partidos tiveram representados, nessa altura, apenas 8 meses, mas a Comissão esteve 26 meses a trabalhar e reuniu com cerca de trinta entidades.

Tivemos oportunidade, como também referiu, de verificar, se fosse necessário, a complexidade e a abordagem multidisciplinar com diversas entidades que estão neste momento associadas, digamos assim, na resolução dos problemas da toxicod dependência.

Portanto, Sr. Deputado, se julgava que, depois de todo este trabalho, o Partido Socialista pelo facto de faltarem 6 meses, poderia faltar um dia, estaria aqui com os seus deputados, com o trabalho que nos competia fazer, a apresentar as soluções que nós consideramos que são boas, que são válidas e que devem ser apresentadas para o Governo Regional procurar melhorar a abordagem da toxicod dependência nos Açores, seja o governo do PS nos próximos meses, seja os governos que vierem a seguir.

Espero que não venha um governo com a matriz ideológica que o senhor se revê.

No entanto, gostava de deixar bem claro que o Partido Socialista não tem uma perspectiva de círculo eleitoral na formulação seja de que Proposta de Resolução for. Eu gostava que isto ficasse muito saliente.

O Sr. Deputado também diz que a proposta sabe a pouco. É a sua opinião.

Gostava de referir que da parte do CDS/PP nós não recebemos nenhuma proposta e o senhor é livre para introduzir alguma alteração. Era apenas este reparo que eu queria fazer.

Como sabe o senhor é co-responsável pela Proposta de Resolução a partir do momento que aceite votá-la.

Ficamos a aguardar a apresentação de alguma proposta.

Por último e em jeito de apresentação da Proposta de Resolução, que já é do conhecimento dos Srs. Deputados, uma vez que já foi apresentada publicamente há alguns dias atrás, gostava de referir que num desses pontos, – e vou referir isso em particular, porque nos trabalhos da Comissão, em determinada altura, houve uma grande polémica sobre estas questões – mais concretamente no ponto 7, nós

defendemos um balanço intercalar do cumprimento do protocolo, que já foi aqui referido, deixando bem claro que esse protocolo diz de forma inequívoca no seu artigo 2º, no que diz respeito ao financiamento e apoio técnico, no 1º ponto: “A Presidência do Conselho de Ministros, através de actual IDT, assegura o financiamento dos encargos decorrentes do financiamento das três Comissões para Dissuasão da Toxicodependência (CDT) existentes na Região Autónoma dos Açores”.

Portanto, a tal competência que o Dr. Negrão tem e que não vou repetir aqui o que já foi dito, mas o PS considera que é uma questão grave e que tem afectado o funcionamento das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência e, por isso, achamos que é importante proceder-se a esse balanço para tentarmos resolver este problema.

Em síntese fica aqui essa formalidade em relação à Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em tom ameno, na sequência das intervenções que me antecederam e lamentando o facto do Sr. Secretário Regional ter referenciado que eu tinha “berrado”, gostaria de dizer que levantei a voz, entusiasmei-me um pouco mais, mas não é meu estilo habitual. Eu fi-lo, porque o Sr. Secretário regional desconsiderou a informação que eu estava a dar ao plenário das iniciativas tomadas por mim e outros deputados da Ilha Terceira do PSD, em contactos com a Casa de Saúde de S. Rafael, dizendo que o objectivo da mesma, na criação do CATE, eram apenas questões de jornais.

Esta Comissão fez um importante trabalho.

A iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista foi uma iniciativa muito válida.

O relator foi, de facto, cuidadoso nos trabalhos que foram realizados na apresentação do relatório.

Em sede de Comissão, considerando o seu conteúdo, um conteúdo que era verdadeiro, eu disse que ele estava aquém da realidade na minha interpretação e mantenho essa posição.

O conteúdo da intervenção que eu fiz na tribuna, foi um conteúdo, como já foi aqui referido, positivo, de análise política, porque somos responsáveis políticos e não técnicos.

O trabalho que houve foi de tal ordem aquém, que os resultados foram aqueles que nós vimos, ou seja, uma situação que se agravou relativamente ao envolvimento de adolescentes e de jovens em relação à droga.

Verificou-se também, em programa recente na RTP 1, o embaraço do Sr. Secretário Regional quando lhe perguntaram sobre as medidas que este Governo estava a levar por diante em relação à prevenção primária e o Sr. Secretário Regional referiu uma experiência da Escola dos Biscoitos e ficou por aí.

Por outro lado, falando em jornais, fala-se que “Os planos no âmbito da droga estão em banho maria desde 98”.

Outro jornal diz: “Flagelo das drogas que se abate sobre a Região”. Não estamos a partidizar este debate, estamos a falar da Região.

Outro ainda diz: “Açores, ilhas contaminadas”.

Portanto, é esta situação que todos nós queremos que seja alterada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nós queremos uma Região que progrida económica, social e culturalmente e que os açorianos sejam felizes, que é isso que importa.

Sabemos efectivamente que a droga e todas as dependências não trazem a felicidade e quando os nossos adolescentes e jovens, como eu dizia na tribuna, são a nossa maior riqueza, temos que os proteger. É essa a nossa maior preocupação.

Esperamos bem que daqui até final do mandato o Governo Regional assuma as suas responsabilidades e correspondendo ao apelo que o Sr. Presidente da Assembleia fez de que estamos também a discutir esta Proposta de Resolução, dizemos que a bancada do PSD vai aprová-la, não obstante considerar que esta Proposta de Resolução, emanada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é uma crítica ao próprio Governo, porque diz: “melhorar os mecanismos, promover uma maior

utilidade, melhorar a sistematização, apelar pela maior eficácia”. Isto evidencia que a acção do Governo até agora foi ténua, no âmbito da prevenção, do tratamento e do combate às toxicodependências.

Mesmo assim, queremos que se faça tudo pelo bem dos açorianos e se as drogas e as dependências não são nada de bom para os açorianos, vamos apoiar esta iniciativa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Como jovem deputado e também membro duma organização partidária de juventude não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para participar neste mesmo debate, atendendo à problemática sobre a questão das toxicodependências.

A Juventude Socialista/Açores tem a noção da complexidade dessa mesma problemática, tem a noção dos seus múltiplos factores nela envolvidos, tem a noção de que é um problema difícil, mas não é impossível a sua resolução no sentido do seu extermínio, mas por este mesmo facto sabemos que é preciso nunca desistir de controlar a situação.

Temos noção que vivemos hoje numa região diferente, numa região desenvolvida, numa região que está integrada nas sociedades modernas e daí todas as consequências deste mesmo desenvolvimento.

Também não poderia deixar de dizer o seguinte:

Temos consciência de que no passado não havia motivação no seio da juventude açoriana e essa motivação não existia por falta da existência duma política concertada e direccionada para a juventude açoriana.

Esta situação, infelizmente, é que se verifica hoje num Governo da República, da coligação centro/direita. Basta olharmos para o Orçamento de Estado e vemos que a Secretaria de Estado da Juventude só existe de nome.

Os jovens açorianos precisam de motivação e nós demo-la através da implementação duma política coerente e concertada.

Lanço daqui também um desafio a um dos líderes de um dos partidos que diz ser candidato a Presidente do Governo Regional, que leia o Programa do Governo

Regional de 2000, que leia o Livro Branco da União Europeia, intitulado “O Novo Impulso para a Juventude Europeia” e aí, sim, seja coerente e veja a realidade das políticas que o Governo Regional do Partido Socialista tem implementado nesta Região, comparando com o nosso País.

Em relação às políticas de prevenção primária, são múltiplas as disponibilidades que o Governo Regional tem desenvolvido. Basta olharmos para a Direcção Regional de Juventude e Emprego e vemos que algumas dessas políticas têm sido implementadas e já aqui apresentadas pelo Sr. Deputado José San-Bento, como é o caso dos programas de Ocupação dos Tempos Livres que em 2003 envolveu mais de 4 mil jovens; como é o caso do Associativismo Juvenil que envolve mais de 20 mil jovens, com 44 associações existentes na Região; mais de 10 mil jovens que participaram nas semanas de juventude; os postos de informação juvenil onde já abrange 50 mil jovens e que existem em todos os Concelhos dos Açores com uma rede de informação juvenis. Isto é prevenção primária, Srs. Deputados.

Portanto, isto é uma forma, e vai de encontro àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, de dar motivação aos jovens, permitindo-lhes a sua ocupação, a sua integração e a sua participação na vida social e ontem à tarde tivemos aqui o exemplo com a presença dos jovens do projecto “Cidadania passa pelo voluntariado”. Este é um exemplo.

Nós estamos no bom caminho e devemos continuar a reforçar essas mesmas políticas que o Governo Regional tem vindo a desenvolver.

Como foi dito também pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, tem existido campanhas na Região e enumero aqui algumas delas:

- campanha contra o uso e abuso do álcool;
- prevenção da luta contra a droga;
- intervenção em espaços nocturnos;
- campanha de sensibilização sobre o consumo de álcool.

Portanto, há algo que está a ser feito e esta é a altura de reforçar essas mesmas políticas que o Governo Regional do Partido Socialista tem vindo a desenvolver.

Termino deixando uma mensagem aos açorianos e espero que ela chegue às suas casas.

A luta da toxicodependência não só diz respeito àqueles que sofrem. Relativamente a esta problemática exige-se cada vez mais um esforço conjunto, bem como a mobilização das várias instituições públicas e privadas, a começar por todos nós, a começar pela sociedade civil.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostava só de esclarecer algumas questões que foram aqui referidas, porque parece-me oportuno esse esclarecimento.

Em primeiro lugar, em relação ao agravamento dessas questões relacionadas com a toxicodependência nos Açores não é propriamente linear.

Eu tive oportunidade de referir que no caso concreto da heroína, que é uma das drogas mais nocivas, que cria uma dependência física extremamente grave, tem havido uma diminuição acentuada do seu consumo no País e nos Açores.

Eu tive oportunidade de referir que há um comportamento racional da parte dos consumidores nas substâncias que eles escolhem.

Em segundo lugar, no que diz respeito ao referido agravamento, gostava de referir que, embora esse inquérito no meio escolar desse muito que falar, o que acontece nos Açores é susceptível de ser generalizado para todo o chamado mundo ocidental.

Portanto, não vamos criar aqui um mito dum buraco negro, dum nuvem absolutamente terrível e demolidora relacionada com as dependências que está a cair sobre a nossa juventude.

Infelizmente acontece esse fenómeno, mas é um fenómeno, como referi, generalizado a todo o mundo ocidental.

Quanto à leitura política do Sr. Deputado Bento Barcelos relativamente à Proposta de Resolução que se traduz numa crítica ao Governo Regional, eu só lhe posso agradecer ter destruído aqui o mito da maioria musculada e que os senhores

andaram durante três anos a acusar-nos. Como vê não há uma maioria musculada e o Governo não manda no Grupo Parlamentar. Nós colaboramos mutuamente e cá está a prova, precisamente através da Proposta de Resolução.

Portanto, aquilo que eu gostava de sublinhar mais uma vez é que esta Proposta de Resolução, acima de tudo, representa um contributo do Grupo Parlamentar do PS para ajudar à resolução do problema da toxicodependência nos Açores.

Se é ou não uma crítica ao Governo, isso não nos preocupa.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Bento Barcelos tinha pedido a palavra, mas devo informá-lo que o PSD já não tem tempo e para que todos fiquem a saber os tempos disponíveis, anuncio que o PP e o PCP também já não têm tempo. O PS tem ainda 4 minutos e os Governo tem 18.

Assim sendo, vamos passar à votação da Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para uma Proposta de Resolução – “Encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório a ser apresentado no plenário de Junho de 2004 no qual se proceda ao exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias”**, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para apresentar este pedido de urgência.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não vou tomar tempo à Câmara desnecessariamente.

Na declaração política que fiz anteontem tive a oportunidade de explicar as razões da apresentação desta Proposta de resolução.

Evidentemente que quem está na vida parlamentar sabe que uma proposta com esta natureza e com este objectivo só faz sentido que seja apresentada com pedido de urgência, porque o que se pretende é apenas que o plenário estabeleça uma orientação para uma comissão, porque em vez de ter que descer à Comissão e depois voltar a subir, é evidente que só faz sentido assim.

Em relação às razões do fundamento da urgência, penso que a minha declaração política substitui mais palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(*) **Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação à declaração política do Sr. Deputado Decq Mota, eu não estava cá e por isso não a ouvi.

O pedido de urgência suscita-me algumas questões que eu queria pôr à consideração da Assembleia e que se resumem no seguinte:

O que é que efectivamente muda na aprovação desse pedido de urgência em vez da Proposta de Resolução ir para a Comissão sem passar pelo plenário?

Dito doutra forma, haverá diferença entre nós aprovarmos este pedido de urgência ou o rejeitarmos? Se ele for rejeitado o que é que acontece?

Em princípio a Proposta de Resolução, quando muito, com um retoque de redacção, irá para a Comissão.

Se ele for aprovado, irá para a Comissão com resultados que me parecem que são apenas negativos para aqueles instrumentos habituais que estão previstos no Regimento de se poder recorrer duma decisão do Presidente para o plenário, ou seja, parece-me que inviezadamente está-se apenas a conseguir isso.

A única razão que é aduzida é que havia maior rapidez sem a tramitação em Comissão. Ora, se eu estivesse para me incomodar com essa afirmação, podia fazê-lo, mas não estou para isso.

O que é que acontecerá de diferente se for ou não for com urgência para a Comissão? Acontecerá que a proposta será agendada na primeira reunião da Comissão.

O âmbito da actuação da Comissão fica rigorosamente mais delimitado, o que poderia ser uma das vantagens dessa urgência.

O prazo poderia ser outro e seria igualmente fixado pelo Presidente, agora cria-se é mais um problema.

Aliás, em relação à precisão de objectivos a Proposta, além de enunciar três ou quatro temas, diz: "... e outros conexos".

Portanto, a questão que eu ponho, em princípio, é que eu não percebo a vantagem da apresentação do pedido de urgência, porque, sendo aprovado ou rejeitado, tudo vai decorrer exactamente da mesma forma.

Há uma outra questão, que é uma questão de fundo, que eu aproveito para pôr aqui e para que não se repitam situações que aconteceram no último plenário que é a utilização abusiva dos pedidos de urgência, e nesse caso ninguém teve dúvidas, mas eu chamo a atenção para o facto do PCP, em face do Regimento, não conseguir provar a fundamentação regimental do pedido de urgência. Refere os artigos 146º e 147º, que se referem à declaração de urgência de qualquer projecto ou proposta de decreto legislativo regional.

Eu chamo a atenção que aquilo que há pedaço foi aqui referido, inclusivamente pelo Sr. Deputado Decq Mota, de que existe um novo funcionamento, um novo espírito neste Regimento que é das propostas poderem ter alterações, se elas forem aceites pelo seu proponente, pressupõe que efectivamente elas passem pela Comissão. Este esquema em si pressupõe isto. O que está no Regimento também pressupõe o mesmo. Se repararem o artigo 144º diz em relação às Ante-Propostas de Lei, o 145º diz exactamente a mesma coisa em relação em relação às Resoluções.

Aos projectos e propostas de resolução são aplicáveis, com as indispensáveis adaptações, as posições relativas ao processo legislativo comum.

A urgência é algo que aparece nos processos legislativos especiais. Só para clarificar que me parece haver uma referência substancial entre o anterior Governo, ele dizia, em relação às ante-propostas de lei e Resoluções: "as disposições deste regimento relativas ao processo legislativo são aplicáveis". Não havia uma redução, uma restrição em relação à disposição de serem aplicáveis apenas ao processo legislativo comum. Isto parece-me ser evidente, quer em face da fundamentação que não é

conseguida, quer em face desta interpretação que os pedidos de urgência para as propostas de resolução estão inviabilizados pelo Regimento.

É esta a minha interpretação e é esta interpretação e as considerações que fiz concretamente ao caso desta proposta que eu ponho à consideração, quer do meu Grupo Parlamentar, quer da Assembleia que, como é evidente, tem plena liberdade de as levar em conta ou de não fazer absolutamente nenhum caso delas.

Para mim suponho que são questões que têm algum interesse, e volto a referir o exemplo do anterior plenário, dado haver, lamentavelmente, com um número cada vez menor de plenários, a tendência para determinados abusos e aproveitamentos que são efectivamente negativos para a Assembleia e que com esta solução, e estou convencido que foi isso que este Regimento pretendeu, de impedir que haja pedidos de urgência para as propostas de resolução, ficariam efectivamente sanados e não voltaria a haver a tentação de as repetir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem, a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação à argumentação do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, posso estar de acordo em relação a vários aspectos, mas há outros em que não estou e queria chamar a atenção para o seguinte:

Esta não é uma resolução em termos normais. O que se pretende com uma resolução é estabelecer uma recomendação ou uma orientação política de natureza geral, normalmente com incidência na actividade governativa.

Com esta resolução o que se pretende, a exemplo do que tem sido feito por esta Assembleia sucessivamente, – e acabámos de discutir um relatório que é fruto duma resolução equivalente a esta – é que o plenário dê uma orientação interna a um órgão da Assembleia, no caso vertente a Comissão de Economia, para que a ela proceda a um determinado trabalho. É isto que se pretende com esta Proposta de Resolução.

Se não for aprovada com urgência e dispensa de exame em Comissão, vai à Comissão e esta só tem que se pronunciar se concorda ou não em fazer aquele trabalho e volta aqui para ser ou não aprovado.

Portanto, de certeza que se perde aqui um mês e quando se pretende que a Assembleia decida politicamente encarregar a sua Comissão de Economia de fazer um trabalho, nós não estamos aqui a tomar nenhuma decisão política.

O raciocínio do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, sendo correcto em relação ao objectivo das resoluções em geral, eu chamava a atenção de que esta não é uma resolução normal. Lembro-me de nesta legislatura o PCP ter apresentado duas, esta sobre a toxicodependência e outra sobre a leptospirose. Noutras legislaturas houve outras com esta natureza.

Esta é uma resolução que visa estabelecer apenas uma orientação interna e é por isso que a urgência possivelmente não foi tão fundamentada como possivelmente o Regimento exige, porque me pareceu óbvia, ou seja, se ela for aprovada, a Comissão de Economia sai hoje daqui com a orientação de que até Junho tem que abordar esta matéria nos termos previstos e tem que apresentar um relatório sobre isto.

Nada se fala sobre o sentido desse relatório ou das suas conclusões, etc. Estabelece um pressuposto de por que é que o proponente propõe isto, para justificar a razão de ser do proponente entender que esta matéria merece ser abordada em profundidade num prazo de tempo necessariamente curto, porque é uma matéria urgente.

Portanto, só faz sentido o processo de urgência para uma resolução deste tipo. Caso não seja aprovado o processo de urgência, a resolução vai à Comissão e esta vai discutir se faz ou não aquele trabalho.

Suponhamos que a Comissão acha que sim, ela é aprovada e depois começa a fazer o trabalho.

Portanto, estamos a perder um mês desnecessariamente numa matéria em que, por várias razões, o tempo conta e por razões que têm a ver com o nosso calendário, com o calendário político em geral, mas tem a ver objectivamente também com um problema concreto.

Insisto que neste caso a urgência se justifica dada a natureza da Proposta de Resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, esta Proposta de Resolução do Partido Comunista foi entregue há bocado aqui na mesa e perante as questões aqui suscitadas eu solicitava aos Srs. Presidente dos Grupos Parlamentares que se reunissem comigo, porque há um problema regimental que tem que ser analisado e que foi levantado pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(Pausa)

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Ocorreu aqui uma questão regimental e nos termos do artigo 203º teve que ser suprida por uma interpretação da Mesa e da própria Conferência.

A matéria que estamos a tratar, é matéria que eu diria interna do funcionamento da Assembleia e configura de certa forma uma deliberação da Assembleia a determinar que uma das suas comissões aprecie uma determinada matéria.

Assim sendo e com este entendimento, continua aberto o debate sobre sobre esta proposta do PCP, mas com o entendimento de que se trata duma deliberação da Assembleia a ordenar a uma das suas comissões que proceda a um determinado trabalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) Deputado José Decq Mota (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostava de solicitar ao Sr. Presidente que, nos termos do mesmo artigo do Regimento, esta integração de lacunas fosse publicada no diário para servir como norma, tal qual está previsto, enquanto este nosso Regimento vigorar.

Em segundo lugar, e uma vez que a partir deste interpretação agora feita, a Proposta de Resolução desaparece e dá lugar a uma proposta de deliberação, a urgência desapareceu.

Neste momento estamos a discutir uma proposta de deliberação e em duas palavras compete-me justificar apenas o seguinte:

A decisão desta Assembleia, de acordo com a visão que temos, de encarregar a Comissão de Economia de abordar estas questões num prazo de tempo relativamente curto, tem a ver com as preocupações que temos, e que já apresentei a esta Câmara, dos impactos que estão a suceder em relação à evolução que a Política Comum de Pescas está a ter, em relação às interpretações contraditórias que há, mas pensamos também que tem a ver com a necessidade, no plano político, do Parlamento não se desligar dum problema que já está a ter impacto na sociedade, que não é difícil prever que vai continuar a ter e que, inclusivamente, sem pretender ser futurologista ou adivinho, penso que posso dizer com alguma segurança que ainda vai ter muito mais impacto no futuro.

Portanto, sendo um problema desta natureza, sendo um problema desta gravidade, mal seria, condicionados que estamos pelo tempo, porque estamos em fim de legislatura, que não encontrássemos a maneira expedita, a maneira prática, sem grande artifício ou recurso à criação de comissões eventuais, para aprofundar uma abordagem desta questão.

A Comissão de Economia, como quaisquer outras das comissões nas suas áreas, é um instrumento muito capaz que a Assembleia Regional dispõe para estudar este assunto e vir a apresentar um relatório fundamentado sobre a matéria, independentemente do sentido que esse relatório tenha em relação às questões propostas.

Portanto, propomos que a Assembleia delibere isto mesmo e que a Comissão de Economia em Junho possa apresentar o seu diagnóstico desta situação, nos pontos que são indicados.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo mais intervenções, vamos votar a deliberação da Assembleia que encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório, a ser apresentado ao plenário em Junho de 2004, no qual se proceda ao exame das

consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias.

Os Srs. Deputados que concordam com esta deliberação da Assembleia, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que dizia respeito a um pedido de autorização para o Sr. Deputado Paulo Valadão depor como testemunha, fica sem efeito, porque eu recebi uma carta do Tribunal dizendo que a audiência e discussão em julgamento ficou também sem efeito e, portanto, também já não é necessária a autorização.

Assim sendo, resta-nos aprovar uma peça processual parlamentar, que tem uma designação e que provavelmente não deveria ter e que eu agora, na sequência do que se passou anteriormente, chamaria **deliberação em que a Assembleia delibera declarar findo o Período Legislativo de Março.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminaram os nossos trabalhos. Cumprimos a nossa agenda do dia. Muito boa noite e muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

António Bento Fraga Barcelos

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Deputados que faltaram às Sessão:

Partido Socialista (PS)

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

DOCUMENTOS ENTRADOS

Proposta de Resolução

Encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório a ser apresentado no plenário de Junho de 2004 no qual se proceda ao exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias.

- Considerando que, desde Janeiro de 2004, até à presente data é muito e cada vez mais elevado o número de barcos de pesca espanhóis que têm evoluído dentro da ZEE contígua aos Açores, quer na faixa entre as 100 e as 200 milhas, quer mesmo, em certos locais, dentro da faixa das 100 milhas;
- Considerando que algumas dessas embarcações possuirão documentos de autorização para pescar emitidos pelo Ministério das Pescas de Espanha, não havendo notícia de que o Sistema de Autoridade Marítima tenha recebido ordens para actuar, a propósito dessa presença sistemática de navios de pesca espanhóis nas nossas águas;

- Considerando que as pescarias estão a ser efectuadas ao abrigo de um regulamento sobre o qual há legítimas dúvidas esteja em vigor e até, em muitos casos, em violação desse Regulamento;
- Considerando que os locais escolhidos são, pela informação disponível, limitados em recursos, desconhecendo-se as artes usadas e as espécies e quantidades capturadas;
- Considerando o impacto negativo que todos os factos descritos acabam por ter no equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional;

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 23º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP apresentam à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a seguinte Proposta de Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um Relatório, a ser apresentado no Plenário de Junho de 2004, no qual se faça, com a profundidade possível, o exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e para a economia pesqueira regional que resultam da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias, o exame das necessidades objectivas em termos de fiscalização e o estudo da legalidade da própria resolução que permita a abertura da ZEE, bem como outros assuntos conexos.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 17 de Março de 2004

Os Deputados Regionais do PCP, José Decq Mota e Paulo Valadão.

Período de Informação Parlamentar

1 – Correspondência Diversa

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a propor o Senhor Dr. José Manuel Monteiro Lourenço como Representante da Região Autónoma

dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS,
S.A..

Proveniência: Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 04.03.17

Referência: 07.08.02 – 0924.

O Redactor, *José Robrigues da Costa.*